



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DE BIOLOGIA – IB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E INCLUSÃO – PGCTIn

SÔNIA MENDES FERREIRA

FUNCIONALIDADE, CONVIVÊNCIA E TECNOLOGIA: PARADIGMAS
CONTEMPORÂNEOS PARA A COMPREENSÃO DA DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a EDICLÉA MASCARENHAS FERNANDES



NITERÓI
2025

SÔNIA MENDES FERREIRA

**FUNCIONALIDADE, CONVIVÊNCIA E TECNOLOGIA: PARADIGMAS
CONTEMPORÂNEOS PARA A COMPREENSÃO DA DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão – PGCTIn, da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências, Tecnologias e Inclusão.

Orientação: Profa. Dra. Edicléa
Mascarenhas Fernandes

NITERÓI

2025

Ficha catalográfica automática - SDC/BCV
Gerada com informações fornecidas pelo autor

F383f Ferreira, Sônia Mendes Ferreira
Funcionalidade, convivência e tecnologia : paradigmas contemporâneos para a compreensão da deficiência intelectual / Sônia Mendes Ferreira Ferreira. - 2025.
235 f.: il.

Orientador: Edicléa Mascarenhas Fernandes Fernandes.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Biologia, Niterói, 2025.

1. Deficiência intelectual. 2. Funcionamento psicossocial. 3. Inclusão social. 4. Paradigma. 5. Produção intelectual.
I. Fernandes, Edicléa Mascarenhas Fernandes, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Biologia. III. Título.

CDD - XXX

SÔNIA MENDES FERREIRA

**FUNCIONALIDADE, CONVIVÊNCIA E TECNOLOGIA: PARADIGMAS
CONTEMPORÂNEOS PARA COMPREENSÃO DA DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão - PGCTin da Universidade Federal Fluminense - UFF, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências, Tecnologia e Inclusão.

BANCA EXAMINADORA

**Prof^ª. Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes – Instituto de Biologia-
PGCTin/UFF (Presidente/orientadora)**

**Prof^ª Dra. Jucélia Linhares Granemann de Medeiros – Instituto de
Biociências – UFMS**

Prof^ª Dra. Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz - PGCTIN/UFF

**Prof^ª Dra. Maria Cristina Tavares de Moraes Danelon – SME Resende/RJ –
Associação Educacional Dom Bosco**

**Prof^ª Dr^a Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis – PPGECS/UNIGRANRIO
Afyá**

**Prof^º. Dr. Luiz Antonio Botelho Andrade – Departamento de Imunobiologia
– PGCTIN/UFF (Suplente e revisor)**

Prof^º Dr. Helio Ferreira Orrico - Instituto Nacional de Seguridade Social

Dedico essa pesquisa a Deus que me sustentou e fortaleceu até aqui. À minha família que sempre esteve ao meu lado, eterna gratidão por cada minuto de amor e parceria. Aos colegas profissionais que amam a Inclusão. Aos jovens e adultos com deficiência intelectual/autismo, por serem meus mestres na funcionalidade humana e no que os Humanos podem Ser, Fazer e Existir. E à Prof^a Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes, minha orientadora sistêmica, gratidão por cada escuta e fala eternamente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu Criador e Senhor, por receber todas as minhas lágrimas de gratidão, preocupação e emoção durante a construção deste trabalho. Agradeço também aos meus pais, ao meu marido Machado, aos meus filhos João Pedro e Sophia (verdadeiros aprendentes-ensinantes), que estiveram comigo em toda a caminhada, me alimentando, lembrando dos meus horários, organizando minha vida e sempre acreditando em mim. Obrigada pela paixão que possuem pelas pessoas neurodivergentes e com necessidades específicas para a aprendizagem, pois esse amor vem de Deus para nós.

Aos meus irmãos, agradeço pela paciência, compreensão e apoio nessa jornada intensa, e por termos passado esses últimos anos tão difíceis com a nossa mãe. A todos os meus mestres e parceiros, à minha família, que, na marca da afrodescendência, sempre valorizou e reconheceu o estudo como um dos pilares principais para uma mudança de vida, ampliação de caminhos, liberdade de ser e possibilidade de atuarmos como instrumentos de transformação nos grupos em que convivemos.

À Universidade Federal Fluminense, meus agradecimentos, assim como a todos os docentes e colegas discentes do CMPDI e do PGCTin.

À minha orientadora sistêmica (a quem chamo assim desde o mestrado) e grande incentivadora, a Prof^a Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes, pelas lições de vida, inquietações, exemplos de pesquisadora e pelo compromisso com a dignidade da Educação pública de qualidade neste país.

À Faetec e a todo o corpo docente, alunos e famílias, por terem aceitado viver as diferentes fases da pesquisa.

À equipe da Diretoria de Desenvolvimento da Educação Básica e Técnica, na pessoa da Prof^a Mestre Márcia Farinazzo, e a todo o corpo qualificado da mesma, pela parceria, incentivo, por acreditar em meu trabalho e pelo impulsionamento diário.

À Direção da Escola de Hotelaria, na pessoa do prof. Fernando e toda a equipe de profissionais e alunos.

À Favo de Mel minha gratidão eterna.

Aos alunos e amigos jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo, somados às suas famílias, que representam minha referência e meu brilho no olhar para continuar investindo em pesquisas neste país.

Aos amigos de perto e de longe, em especial aos meus amigos de infância, adolescência, da igreja e da Faetec, por viverem cada etapa comigo.

*“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta,
que me insere na busca, não aprendo nem ensino”*

(Paulo Freire)

RESUMO

A perspectiva da Funcionalidade tem sido discutida pela Organização Mundial de Saúde desde 2003 como princípio norteador na condução do trabalho com indivíduos com limitações ou deficiências. Este projeto de Doutorado teve por **objetivo** propor uma metodologia de ensino em um modelo de intervenção comunitária de jovens e adultos com deficiência intelectual, fundamentado no paradigma da funcionalidade. A pesquisa teve como base **metodológica** a abordagem aplicada e qualitativa, de caráter exploratório utilizando a perspectiva da pesquisa-ação, com observação participante que permite a produção de conhecimento sobre realidades e fenômenos sociais, com vistas à promoção de mudanças nos diferentes contextos. O **procedimento técnico** adotado foi o processo de estudo de caso e coleta de dados. A estrutura desse estudo se torna contemporânea, pois propõe uma análise inovadora baseada na Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, na aplicação da Escala de Intensidade de Suporte e entrevistas semi estruturadas. A partir desses modelos teóricos e metodológicos, o projeto fomentou discussões essenciais para a sua implementação em uma Instituição que trabalha com pessoas com deficiência interligando o conhecimento produzido com as tecnologias digitais, como a construção de tutoriais. Como **resultado**, os instrumentos, a aplicação e o levantamento dos dados orientaram ações, discussões educacionais e intervenções na comunidade, culminando na construção de novo tutorial e do Programa FISA (Funcionalidade Inclusiva Sistêmica e Aplicada). O estudo buscou ampliar pesquisas voltadas para a área da funcionalidade de indivíduos com deficiência intelectual. **Espera-se** que futuras iniciativas educacionais incorporem o paradigma da funcionalidade em propostas voltadas à aprendizagem de alunos de uma Rede Pública Profissionalizante e na Comunidade alinhadas às legislações vigentes que promovem planos de transição para a vida adulta desse público.

Palavras chave: deficiência intelectual; empregabilidade; funcionalidade; inclusão social; paradigma e vídeo educativo.

ABSTRACT

Functioning's perspective has been discussed by the World Health Organization since 2003 as a major leading principle in the conduction of works related to limited or disabled individuals. The following Doctor's degree thesis **Objective** is to propose a teaching methodology within a community-based intervention model for young people and adults with intellectual disabilities, grounded in Functioning's paradigm. The **Methods** adopted an applied, qualitative, and exploratory approach, employing an action research perspective with participant observation. This approach enables the production of knowledge about social realities and phenomena, aiming towards a promotion of changes in diverse contexts. The **Technical Procedure** employed was the case study method, combined with data collection. This study is contemporary in nature, as it proposes an innovative analysis based on the International Classification of Functioning, Disability, and Health, the application of the Support Intensity Scale, and semi-structured interviews. By integrating these theoretical and methodological models, the project fostered essential discussions for its implementation in an institution that serves individuals with disabilities, linking the knowledge produced with digital technologies, such as the development of instructional tutorials. As a **Result**, the instruments, data collection and informed decision-making, guided educational discussions, community interventions, culminating in the development of a new tutorial. This study sought to expand research focused on the Functioning of individuals with intellectual disabilities. Our main **Expectations** are that future educational initiatives will incorporate the Functioning's paradigm into learning proposals for students in a Public Vocational Education Network and within the community, aligning with current legislation that promotes transition plans for adulthood with intellectual disabilities.

Keywords: intellectual disability; employability; functioning; social inclusion; paradigm and instructional video.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	— População no Brasil distribuída por sexo e grupos de idade.....	32
Figura 2	— Distribuição da população de 2 ou mais de idade de indivíduos com algum tipo de deficiência.....	33
Figura 3	— Análise sociodemográfica do país sobre número de pessoas com deficiência maiores de 2 anos em 2022...	34
Figura 4	— Pessoas de 2 ou mais de idade com alguma deficiência no Brasil.....	35
Figura 5	— Pessoas entre 15 a 64 anos do município do Rio de Janeiro em 2022.....	36
Figura 6	— Quadro dos domínios funcionais da pesquisa do PNAD 2022.....	37
Figura 7	— Principais Políticas Públicas em Educação Especial e Inclusiva.....	71
Figura 8	— Total das matrículas da educação básica no Brasil e da educação especial em 2023.....	73
Figura 9	— Resultados do Censo Escolar de 2023.....	75
Figura 10	— Vertentes principais da definição da DI.....	81
Figura 11	— Interações entre os componentes da CIF.....	86
Figura 12	— Modelo Multidimensional do Funcionamento Humano.....	88
Figura 13	— Mapa do município do Rio de Janeiro.....	108
Figura 14	— Foto da entrada principal da Faetec Unidade Quintino no Rio de Janeiro.....	113
Figura 15	— Espiral de Arquimedes.....	116
Figura 16	— Encontro com o grupo de alunos e professores (1).....	120
Figura 17	— Encontro com o grupo de alunos e professores (2).....	120
Figura 18	— Momento da apresentação e aplicação dos questionários (1).....	122
Figura 19	— Momento da apresentação e aplicação dos questionários (2).....	122

Figura 20 — Apresentação dos tutoriais de pessoas com DI.....	126
Figura 21 — Convite da banca de avaliação dos cursos.....	130
Figura 22 — Slide 1.....	131
Figura 23 — Slide 2 - Conceito de funcionalidade.....	131
Figura 24 — Slide 3 - Registro do produto do mestrado: tutoriais de pessoas com DI.....	132
Figura 25 — Slide 4 - Registro das etapas da pesquisa e dos grupos focais.....	132
Figura 26 — Síntese das etapas metodológicas do Programa FISA (Linguagem simples e acessível).....	139
Figura 27 — QR Code.....	143
Figura 28 — Apresentação no XIII CONINTER.....	145
Figura 29 — Funcionalidades identificadas para trabalhar com pessoas com DI.....	148
Figura 30 — Limitações identificadas para trabalhar com pessoas com DI dos participantes do seminário.....	148
Figura 31 — Banner de divulgação nas redes.....	149
Figura 32 — Banner de divulgação no local.....	149
Figura 33 — Seminário Internacional Funcionalidade, Tecnologia e Inclusão (1).....	150
Figura 34 — Seminário Internacional Funcionalidade, Tecnologia e Inclusão (2).....	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 —	Percentual de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns (com e sem atendimento educacional especializado) ou classes especiais exclusivas - Brasil - 2019-2023.....	76
Gráfico 2 —	Série Histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / Ensino fundamental / Anos finais / Pública/ Municipal.....	110
Gráfico 3 —	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / Ensino fundamental / Anos finais / Pública /Estadual.....	110
Gráfico 4 —	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / Ensino médio / Pública / Estadual.....	111
Gráfico 5 —	Ciência do termo funcionalidade pelos alunos entrevistados.....	124
Gráfico 6 —	Você conhece alguma pessoa com DI?.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Deficiência versus gravidade (DSM IV).....	49
Quadro 2 — Operacionalização dos Domínios do Funcionamento Adaptativo.....	51
Quadro 3 — As diferentes definições do conceito de DI.....	53
Quadro 4 — Políticas e declarações mundiais.....	56
Quadro 5 — Políticas e declarações nacionais.....	59
Quadro 6 — Políticas Públicas do Estado do Rio de Janeiro voltadas à educação especial numa perspectiva inclusiva nos últimos 10 anos.....	66
Quadro 7 — Conceitos e definições CIF.....	85
Quadro 8 — Comparativo de média salarial dos municípios do Estado do Rio de Janeiro.....	108
Quadro 9 — Aulas e lives produzidas durante o período do doutoramento.....	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 —	Número de matrículas da educação profissional por modalidade, segundo o ano de 2019-2023.....	73
Tabela 2 —	Número de matrículas da educação especial por etapa de ensino, de 2019-2023.....	74
Tabela 3 —	Tipos de deficiência, matrículas e porcentagem de alunos pelo Censo Escolar de 2023.....	75
Tabela 4 —	Percentual de alunos de 4 a 17 anos da educação especial incluídos em classes comuns de 2019-2023.....	76
Tabela 5 —	Número de escolas especiais, classe/escolas especiais e estudantes do público da educação especial.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAIDD	—	Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento
AAMR	—	Associação Americana de Retardo Mental (American Association on Mental Retardation)
APAE	—	Atendimento Educacional Especializado
CEE	—	Conselho Estadual de Educação
CDPD	—	Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência
CIF	—	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CMPDI	—	Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão
DI	—	Deficiência Intelectual
DSM	—	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EJA	—	Educação de Jovens e Adultos
FAPERJ	—	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAETEC	—	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FIC	—	Formação Inicial e Continuada
FISA	—	Funcionalidade Inclusiva Sistêmica e Aplicada
FUNDEC	—	Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência e Tecnologia.
IBGE	—	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	—	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDBEN	—	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LBI	—	Lei Brasileira de Inclusão
MEC	—	Ministério da Educação
NEEI	—	Núcleo de Educação Especial e Inclusiva

OMS	—	Organização Mundial da Saúde
ONU	—	Organização das Nações Unidas
PCD	—	Pessoa com Deficiência
PGCTIn	—	Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão
PNAD	—	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	—	Plano Nacional de Educação
PNS	—	Pesquisa Nacional de Saúde
QI	—	Quociente de Inteligência
SD	—	Síndrome de Down
SIS	—	Escala de Intensidade de Suporte
TCLE	—	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDI	—	Transtorno do Desenvolvimento Intelectual
TEA	—	Transtorno do Espectro Autista
TS	—	Tecnologia Social
UFF	—	Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	21
1.1	Introdução.....	24
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	31
2.1	Dados estatísticos da pessoa com deficiência no Brasil.....	31
2.2	Como nasce um paradigma e suas implicações num olhar educacional.....	39
2.3	A visão das pessoas com deficiência intelectual: uma viagem Histórica através dos conceitos.....	44
2.4	A evolução do conceito da deficiência intelectual no DSM.....	47
2.5	Recorte das Políticas Públicas e a garantia dos direitos do jovem adulto com DI na comunidade.....	55
2.5.1	Caracterização do contexto educacional de 2019 a 2023.....	72
2.6	A pessoa com deficiência intelectual e a funcionalidade: um enquadramento epistêmico com a AAIDD.....	79
2.6.1	O Paradigma da Funcionalidade.....	83
2.6.2	A funcionalidade e AAIDD.....	88
2.6.3	A funcionalidade humana e a Escala de Intensidade de Suporte (Escala SIS).....	90
2.6.4	A importância da convivência na comunidade por um paradigma inclusivo e sistêmico.....	92
2.7	Perspectivas pautadas nas Tecnologias Sociais.....	94
3	JUSTIFICATIVA E HIPÓTESES.....	97
4	OBJETIVOS.....	98
4.1	Objetivo geral.....	98
4.2	Objetivos específicos.....	98
5	MATERIAIS E MÉTODOS.....	99
5.1	Caracterização da pesquisa.....	99
5.2	Metodologia.....	101

5.3	Procedimento técnico.....	105
5.4	Aspectos éticos da pesquisa.....	106
5.5	Perfil econômico dos participantes da pesquisa.....	107
5.6	Perfil acadêmico da região dos participantes.....	109
5.7	Caracterização do local da pesquisa.....	111
5.8	Procedimento da coleta de dados.....	115
6	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA.....	117
6.1	Fase 1 - Intervenção na unidade educacional.....	117
6.1.1	Participantes da pesquisa.....	117
6.1.2	1ª Etapa: reunião com o diretor e instrutores da Unidade.....	118
6.1.3	2ª Etapa: encontro com o grupo de alunos e professores no local da atividade Pedagógica.....	119
6.1.4	3ª Etapa: apresentação e aplicação de um questionário inicial com o TCLE para os alunos, professores/instrutores e profissionais de apoio.....	121
6.1.5	Perfil dos participantes.....	122
6.1.6	4ª Etapa: aplicação de um questionário sobre o conceito da Funcionalidade e limitações e dinâmica.....	125
6.1.7	Materiais e equipamentos dessas etapas.....	126
6.1.8	5ª Etapa: avaliação dos questionários.....	127
6.1.9	6ª Etapa: grupos focais.....	127
6.1.10	7ª Etapa: aplicação das entrevistas iniciais com os 3 alunos identificados como adultos com DI.....	128
6.1.11	8ª Etapa: aplicação da Escala de Intensidade de Suportes em jovens e adultos com DI na unidade educacional da Faetec...	128
6.2	Fase 2 - Intervenção educacional comunitária.....	129
6.2.1	1ª Etapa da 2ª fase: apresentação e reuniões com a comunidade, realização de formatura final da turma de 2023.2 com a participação de representantes da Faetec e Comunidade.....	129
6.2.2	2ª Etapa da 2ª fase: seminário envolvendo a temática do trabalho e apresentando os resultados obtidos de forma a realizar a difusão científica.....	132

6.2.3	3ª Etapa da 2ª fase: produção do tutorial.....	133
6.3	Procedimento de análise dos dados.....	135
7	RESULTADOS.....	137
7.1	Programa FISA (Funcionalidade Inclusiva Sistêmica e Aplicada).....	137
7.1.1	Estrutura do programa.....	138
7.1.2	Implementação do programa.....	139
7.1.3	Produção do tutorial.....	140
7.2	Conquistas para a rede educacional.....	143
7.2.1	Proposta de reformulação das matrizes curriculares nas unidades educacionais acrescentando áreas e conteúdos pertinentes a Funcionalidade, Tecnologia e Inclusão.....	143
7.2.2	Inclusão do paradigma da Funcionalidade (AAIDD) no Programa Estagiando na Rede.....	144
7.3.3	Seminário Internacional.....	145
7.3.4	Curso na Escola Pamosi-Africa.....	150
8	DISCUSSÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS.....	152
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
	REFERÊNCIAS.....	162
	APÊNDICE A — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	177
	APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO PARA OS PAIS/RESPONSÁVEIS.....	180
	APÊNDICE C — TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	183
	APÊNDICE D — TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA.....	185
	APÊNDICE E — QUESTIONÁRIO 1 DE CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES E AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO.....	186
	APÊNDICE F – INDICADORES SOBRE OS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	189

APÊNDICE G — QUESTIONÁRIO 2.....	194
APÊNDICE H — QUESTIONÁRIO SOBRE O CONCEITO DA FUNCIONALIDADE NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, TECNOLOGIA E INCLUSÃO: PARADIGMAS EMERGENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E NO TURISMO (RESULTADOS OBTIDOS).....	195
APÊNDICE I – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO RESULTADO DAS AVALIAÇÕES DO SEMINÁRIO.....	209
APÊNDICE J — PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, TECNOLOGIA E INCLUSÃO.....	211
APÊNDICE K — PROPOSTA APRESENTADA PELA PESQUISADORA E ACEITA PARA A REVISÃO DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO/TÉCNICO PARA A REDE FAETEC.....	212
APÊNDICE L — ARTIGO PUBLICADO COMO AUTORA EM REVISTA QUALIS A.....	214
ANEXO A — ESCALA DE INTENSIDADE DE SUPORTES.....	216
ANEXO B — PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	223
ANEXO C — AUTORIZAÇÃO DA DIREÇÃO FAETEC.....	228

1 APRESENTAÇÃO

Minha trajetória pessoal como educadora e pesquisadora me levou a coadjuvar práticas contínuas de ações em diferentes segmentos da comunidade na qual atuo.

A história da minha vida se inicia em 1972, no bairro do Engenho de Dentro (subúrbio do Rio de Janeiro), em uma família negra de classe média, algo que, por si só, já representava uma distinção social. Meu pai, funcionário da Petrobrás, e minha mãe, uma dona de casa dedicada que vivia para cuidar do meu irmão Jannes - ou melhor, sempre o “Janinho” – que, na época, tinha oito anos de idade e Síndrome de Down (SD). Assim sendo, meu contato com essa realidade tornou-se parte integrante da minha identidade e da minha existência.

Uma cena inesquecível da minha infância ocorreu durante um passeio em família. Enquanto eu e meu irmão pedíamos para comer “hambúrguer”, Janinho solicitou “pão” e “carne”. Fiquei inquieta com aquele fenômeno e indaguei ao meu pai por que ele não pedia hambúrguer como nós: “Janinho pede pão com carne, ele não sabe falar hambúrguer?”. Meu pai respondeu: “Filha, Janinho pede pão com carne, você pede hambúrguer. O que importa é que ele expressou o que deseja e todos vocês estarão comendo da mesma forma”.

Essa cena, ocorrida há mais de 40 anos, tornou-se inesquecível e marcante em minha vida. Pude compreender que a capacidade de expressão é válida em qualquer forma, desde que ouvida com sensibilidade, empatia e humanidade.

Minha adolescência foi marcada por dois momentos cruciais. O primeiro deles foi no banco do corredor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (atualmente Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro). Após uma aula em uma turma de terceiro ano do ensino fundamental, enquanto cumpria as exigências do estágio do curso de formação de professores, mesmo exausta, percebi que minha escolha era acertada. Meu lugar não estava na Construção Civil, mas sim no acompanhamento e na construção de vidas. No entanto, a ausência de alunos com perfis semelhantes ao do meu irmão Janinho me incomodou, pois eu desejava ensinar-lhestambém.

O segundo marco foi minha atuação como voluntária, liderando o intitulado “Módulo de Educação Especial”, que tinha como objetivo a inclusão de

peças com deficiências e transtornos na minha comunidade de fé. Nessa função, trabalhei na construção de adequações curriculares, atividades específicas para a denominada “turma especial”, além de promover ações de conscientização dentro da instituição sobre a importância de uma abordagem mais atenta e inclusiva aos sujeitos e suas famílias. Esse trabalho buscava fortalecer a participação ativa desses indivíduos nas diferentes atividades eclesiais.

Minha trajetória profissional teve início em 1996, como professora no Instituto de Educação Religiosa — IBER, hoje denominado Centro Integrado de Educação e Missões — CIEM. Lecionei a disciplina de Metodologia da Educação Especial e Aconselhamento para grupos específicos de futuros educadores religiosos e missionários.

Simultaneamente, em 1998, fui aprovada em concurso público para professora de Educação Especial na Secretaria do Estado de Educação do Rio de Janeiro, onde atuei até 2002 com jovens e adultos em uma classe especial. Posteriormente, passei a integrar a Rede Faetec como professora I de Educação Especial, onde fui lotada na Escola Especial Favo de Mel, atualmente Centro de Apoio Especializado à Educação Profissional Favo de Mel, assumindo a direção geral da unidade em 2013 e reeleita com mandato até o ano de 2017.

Atualmente, sou assessora de Inclusão da Diretoria de Desenvolvimento da Educação da Rede Faetec, atendendo demandas das modalidades do ensino fundamental, médio-técnico e subsequente. Além dessas ações institucionais, atuei como pesquisadora na instituição e em projetos fomentados pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Ao longo da minha carreira, produzi diferentes artigos sobre o tema, participei de palestras, lives e conferências em nível nacional e internacional, com destaque para minha apresentação em congressos internacionais, como o da Universidade de Aveiro.

Em 2019, participei de um Módulo Internacional de Mentoria de Equipes promovido pela Universidade de Aveiro em parceria com a UFF. No mesmo ano, recebi o Prêmio Paulo Freire, concedido pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, sobre Experiências Pedagógicas na modalidade educação especial. Em 2020, fui convidada a apresentar o *webinar* sobre a Educação 4.0, promovido pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) do Ministério da Educação (MEC) e, mais recentemente, em 2023, organizei o

Seminário Internacional de Neurociência, Funcionalidade, Tecnologia e Inclusão: paradigmas emergentes na educação profissional e turismo .

O desenvolvimento da minha pesquisa no Mestrado em Diversidade e Inclusão, do Instituto de Biologia da UFF, focou-se na investigação intitulada “Tutoriais de pessoas com deficiência intelectual”. A proposta central era evidenciar o protagonismo da pessoa com deficiência intelectual (DI) aliado à capacitação profissional, utilizando a aplicação da Escala de Intensidade de Suporte (SIS) para identificar a funcionalidade desses sujeitos. O estudo incluiu a elaboração de tutoriais baseados em atividades teórico-práticas dos alunos dos cursos de auxiliar de cozinha e cumim (auxiliar de garçom), posteriormente apresentados em diversos eventos com o objetivo de difusão científica. O livro resultante da pesquisa, “Tutoriais de Pessoas com Deficiência Intelectual”, foi publicado pela Editora Multicultural no final de 2019 e apresentado na 2021 AAIDD Annual Meeting - Online Conference, representando um marco significativo para a difusão do conhecimento.

A partir de 2020, devido à pandemia de COVID-19 e ao consequente isolamento social, ministrei uma sequência de lives, palestras e participei de diferentes congressos e cursos voltados ao tema, vários ao lado de jovens com DI, promovendo o protagonismo e a inclusão desse grupo em diferentes discussões científicas. Nesse sentido, também evidenciei a necessidade de um sujeito ativo, dinâmico e consciente de suas funcionalidades para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, globalizado e tecnológico.

Portanto, minha pesquisa está em consonância com a linha de investigação sobre as perspectivas contemporâneas de ações educativas: mediação escolar e inclusão e, designadamente, com o meu interesse pelo Doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn). Esse trabalho representa um desdobramento natural do Mestrado em Diversidade e Inclusão e de inquietações ligadas à educação especial numa perspectiva inclusiva, devido às práticas pedagógicas nas instituições por onde pude ser aprendiz e ensinante (FERNÁNDEZ, 1991). Dessa forma, tornou-se possível a construção de conhecimentos e uma constante busca de compreensão da realidade desse grupo.

Sendo assim, durante essa trajetória, entende-se que: a formação profissional, o trabalho como eixo pedagógico e a apropriação das tecnologias

digitais posicionam a pessoa no contexto das relações sociais, no sentido da produção na existência, no olhar que se tem em relação a si mesma e ao outro, influenciando as percepções da sociedade sobre seu potencial.

Logo, os aspectos vividos mundialmente após a pandemia, oriunda da proliferação da COVID-19, apontam para uma concepção de que aquele que não se posiciona como um sujeito ativo, dinâmico e consciente de suas potencialidades poderá ficar à margem dos novos processos sociais ligados ao mundo globalizado e tecnológico.

Portanto, dar continuidade à atuação com pessoas com DI, nas interfaces entre as políticas públicas, os princípios correlacionados ao Paradigma da Funcionalidade Humana e SIS (AAIDD, 2011), tornam-se cruciais, pois apontam a finalidade da ampliação do escopo com o propósito de subsidiar as ações educacionais pautadas em um importante modelo teórico de atenção a jovens e adultos com deficiências, pelo caráter da inovação.

A investigação que desenvolvo propõe avanços na compreensão da funcionalidade de cada indivíduo, idealizando novas possibilidades de intervenção na sociedade. Esse caminho científico reflete meu acreditar em mudanças paradigmáticas, principalmente nos grupos em que tenho atuado.

Sendo assim, essa pesquisa integra diferentes dimensões, formando um prisma que busca iluminar a evolução sistêmica das pessoas com DI e seu potencial de ação na comunidade.

1 Introdução

Segundo a teoria dos sistemas, a sociedade só pode ser concebida como comunicação. Cada indivíduo constitui um sistema em si, autônomo, uma consciência que se auto-observa e reproduz. Levar o indivíduo a sério significa compreender como ele observa a si mesmo e enfrenta a dimensão social de sua vida [...] (CORSI, 2015, p. 198).

O público alvo da educação especial, em uma perspectiva inclusiva abrange indivíduos com deficiências (física, intelectual, mental, auditiva, visual e múltipla), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2008). Esse grupo foi inicialmente mencionado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996) como indivíduos com necessidades especiais e, posteriormente, atualizado na Lei

Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (BRASIL, 2015), passando a ser definido como indivíduos com necessidades específicas. Com a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência em 2014, posteriormente incorporado na LBI, o termo “deficiência” passou a ser entendido como uma condição atribuída a indivíduos com impedimentos:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2019, p. 9).

O avanço social e histórico em torno da expressão “pessoa com deficiência” é adotado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007). A Convenção, ao abordar esse princípio, preconiza que a deficiência resulta da combinação entre dois fatores: os impedimentos clínicos presentes nos indivíduos (que podem ser físicos, intelectuais, sensoriais etc.) e as barreiras que estão ao seu redor (na arquitetura, nos meios de transporte, na comunicação e, acima de tudo, na atitude da sociedade). “Ou seja, a deficiência é uma condição social que pode ser minimizada, à medida que formos capazes de eliminar tais barreiras” (USO DE TERMOS CORRETOS [...], 2021). Essa capacidade perpassa a educação e o ensino.

Tal perspectiva sugere que o processo educacional das pessoas com deficiências e/ou impedimentos de longo prazo, bem como as perspectivas contemporâneas sobre inclusão, tem instigado vários pesquisadores e profissionais de diferentes áreas a reavaliar suas práticas e a ressignificar frequentemente suas ações. Esses esforços buscam a ampliação do conceito, da autonomia e da apropriação da independência por parte dessas pessoas, propiciando a plena participação social.

Ao longo do tempo, a própria concepção de deficiência vem sendo mudada, desde sua concepção como estado mental, passando a condição humana, até a visão recente de situação de deficiência. Essas diferentes posições afetam, ética e socialmente, quem recebe o diagnóstico. Tem impacto sobre os modos e as propostas de intervenção. Remetem à significação da pessoa para si mesma e como vista pelo outro e pela sociedade. Ao mesmo tempo, oferece ou restringe oportunidades de ser para si e para a vida social e comunitária (CARVALHO, 2016, p. 3).

Salienta-se, assim, a realidade dos jovens e adultos¹ com DI na sociedade. Contrariando as visões baseadas nos aspectos da limitação, esses indivíduos têm vivido por mais tempo, ultrapassando diversos impeditivos e alcançando longevidade e envelhecimento mais saudável. Esse fenômeno já representa necessidade de concretas ações intersetoriais.

Sendo assim, em conformidade com as Políticas Públicas direcionadas a esse público visível e com as diretrizes voltadas à aprendizagem ao longo da vida, bem como atentos à garantia de direitos, surgem as indagações: Como a comunidade enxerga a funcionalidade dos jovens e adultos com DI? Como promover um paradigma sistêmico e ecológico que, a partir de um norte epistemológico, valide uma abordagem metodológica que vise reconhecer e valorizar o exercício da funcionalidade desses indivíduos na comunidade? De que maneira esses sujeitos podem ser protagonistas de sua fala e expressão, demonstrando à comunidade a funcionalidade adquirida em uma unidade educacional? Como a tecnologia digital pode favorecer esse viés de linguagem e comunicação na sociedade?

Portanto, o problema central deste trabalho consiste em como desenvolver uma metodologia de ensino baseada em um modelo de intervenção comunitária com jovens e adultos com DI, fundamentado no paradigma da funcionalidade?

Para atingir esse **objetivo**, o trabalho adotará uma leitura conceitual de *comunidade*, partindo do pressuposto de que, em qualquer grupo social composto com duas ou mais pessoas, existe uma força motriz. Essa força impulsiona o entendimento de que o potencial humano pode ser intensificado a partir de um movimento único e múltiplo que integra subjetividades e possibilidades na convivência.

Nesse contexto, emerge a necessidade de construir e implementar políticas, intervenções institucionais e ações educacionais que busquem revisar concepções epistemológicas e conceituais, revisitando os paradigmas em prol do desenvolvimento desses indivíduos e de suas contribuições para a comunidade onde estão inseridos, bem como para as comunidades que poderão

¹Nesse sentido, utilizou-se o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), que denomina “jovem” as pessoas entre 15 e 29 anos de idade.

ser alcançadas através da tecnologia digital em um mundo globalizado.

Sob essa perspectiva, a educação profissional desses sujeitos e as tecnologias digitais podem representar uma união harmoniosa e atrativa, promovendo rupturas necessárias e intrínsecas no processo de mudança social, bem como rompimentos de modelos excludentes e estigmatizantes que historicamente têm aprisionado corpos, existências e possibilidades de pessoas com DI/impedimentos intelectuais.

Com base nessa visão, a proposta da pesquisa é compreender as possibilidades e desafios da implementação do Paradigma da Funcionalidade à luz dos princípios da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD). Esse estudo busca refletir sobre a hipótese epistêmica da construção do conceito de Funcionalidade Inclusiva Sistêmica e Aplicada (FISA) no contexto comunitário.

Destaca-se a relevância da visão contemporânea sobre a difusão científica e as questões discutidas na Convenção Internacional das Nações Unidas de 2007. No item e da Convenção, enfatiza-se que:

A deficiência é um conceito em evolução e resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (BRASIL, 2009)

O objetivo geral desta pesquisa é propor uma metodologia de ensino baseada em um modelo de intervenção comunitária para jovens e adultos com DI, fundamentada no paradigma da funcionalidade, em uma unidade educacional e tecnológica, articulando-se com as interfaces do modelo multidimensional e ecológico da AAIDD.

Com o propósito de cumprir o desafio de minimizar as barreiras e promover a inserção ativa dos sujeitos com deficiência em seus contextos e ambientes, propõe-se desenvolver a construção de tutoriais e vídeoaulas.

No levantamento bibliográfico, foram identificados 31 artigos científicos pela plataforma Google Acadêmico², com as seguintes palavras-chave: “conceito de tutorial”, em português, ordenados por data de publicação. No entanto, nenhum artigo abordou especificamente essa definição. Logo, ao

² Realizado em 27/06/24.

consultar o site da Wikipédia, encontrou-se o conceito de tutorial como sendo “uma ferramenta de ensino/aprendizagem, podendo ser tanto um programa de computador quanto um texto, contendo ou não imagens, que auxilia o processo de aprendizagem exibindo passo a passo o funcionamento de algo” (WIKIPÉDIA, 2024).

A palavra **tutorial** é originária do latim *tutus* que significa “proteger” e está relacionada ao termo “tutor”. Essa estratégia tem por finalidade apresentar e ensinar algum tipo de conteúdo a alguém. Originalmente, vem sendo utilizada no ensino ligado à área da tecnologia e informática em geral. O conceito propõe fornecer orientações detalhadas para que os indivíduos possam adquirir novos conhecimentos de forma gradual, gradativa e estruturada, partindo de orientações mais simples em busca de resultados.

O tutorial será elaborado pela própria pessoa com DI, com a participação dos professores-instrutores como coadjuvantes e mediadores nesse processo. Pretende-se que esse estudo tenha relevância para a replicação em outros contextos educacionais e sociais, visando promover uma mudança na percepção social sobre as potencialidades e a autonomia desses indivíduos. O trabalho pretende dar visibilidade à funcionalidade, ao invés de se concentrar nas limitações, para que a sociedade possa ser mais consciente das diferentes possibilidades humanas e entender como esses indivíduos podem atuar como cidadãos ativos, contribuindo com seus pares e com a sociedade em geral.

Metodologicamente, para o alcance desse propósito, essa pesquisa seguirá um percurso qualitativo, de caráter pesquisa-ação, com foco na investigação e revisão das representações e concepções sobre a DI, direcionando-se a um modelo de constructo sócioecológico da deficiência ou a um novo modelo voltado a um paradigma da funcionalidade sistêmica.

Esse enfoque visa promover mais uma mudança na concepção social da deficiência. Portanto, busca-se um construto científico que apresente uma concepção globalizante, atualizada e com recursos tecnológicos viáveis para a mudança da concepção da sociedade, em busca de proporcionar a funcionalidade, tornando prioritária a ação do público do jovem adulto com deficiência e/ou impedimentos intelectuais, buscando ações de investimento humano para o fortalecimento dessa concepção na comunidade, pela força motriz da mesma.

O **objetivo geral do trabalho** é propor uma metodologia de ensino em um modelo de intervenção comunitária para jovens e adultos com DI, fundamentado no paradigma da funcionalidade.

Para alcançar esse propósito, definiram-se os seguintes **objetivos específicos**:

1. Analisar a evolução epistemológica dos paradigmas sobre Educação Inclusiva e inclusão social de pessoas com deficiências;
2. Identificar os princípios de convergência epistemológica do paradigma da AAIDD, modelos teóricos filosóficos, sistêmicos e sócios-históricos;
3. Capacitar profissionais e alunos no paradigma da funcionalidade, tendo como base os estudos desenvolvidos pela AAIDD na Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), apresentando conceitos fundamentais para a mudança do paradigma à luz da funcionalidade;
4. Validar o modelo metodológico junto aos profissionais da unidade educacional e promover ações na comunidade para disseminação da temática;
5. Construir tutorial acessível em libras, com audiodescrição e legendas em português, elaborado por um adulto com DI em conjunto com os profissionais envolvidos, tendo como base a apresentação do paradigma da funcionalidade.

O texto a seguir estará organizado em nove capítulos, incluindo a Introdução e as Considerações Finais. Nos capítulos referentes à Fundamentação Teórica, serão abordados os temas centrais da investigação, a saber: dados estatísticos sobre pessoas com deficiências no Brasil; o conceito de paradigma e suas relações com a visão educacional; o conceito da deficiência intelectual (DI); políticas públicas ligadas para jovens e adultos com DI; o paradigma da funcionalidade e a AAIDD; e as perspectivas relacionadas a tecnologia social (TS) e digital.

Na sequência, serão apresentadas as justificativas, hipóteses, objetivos, materiais e métodos utilizados, a implementação do programa FISA, a análise dos dados e, por fim, os resultados, discussão e considerações finais.

Nos elementos pós-textuais, incluem-se as referências, anexos e apêndices.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo está embasada em uma perspectiva contemporânea da inclusão e no paradigma da funcionalidade, os quais constituem a abordagem deste trabalho. Esse embasamento teórico será desenvolvido em tópicos específicos, abrangendo dados estatísticos, políticas públicas voltadas às pessoas com DI, práticas educacionais inclusivas e as perspectivas socioecológicas e multidimensionais da AAIDD que orientam essa pesquisa.

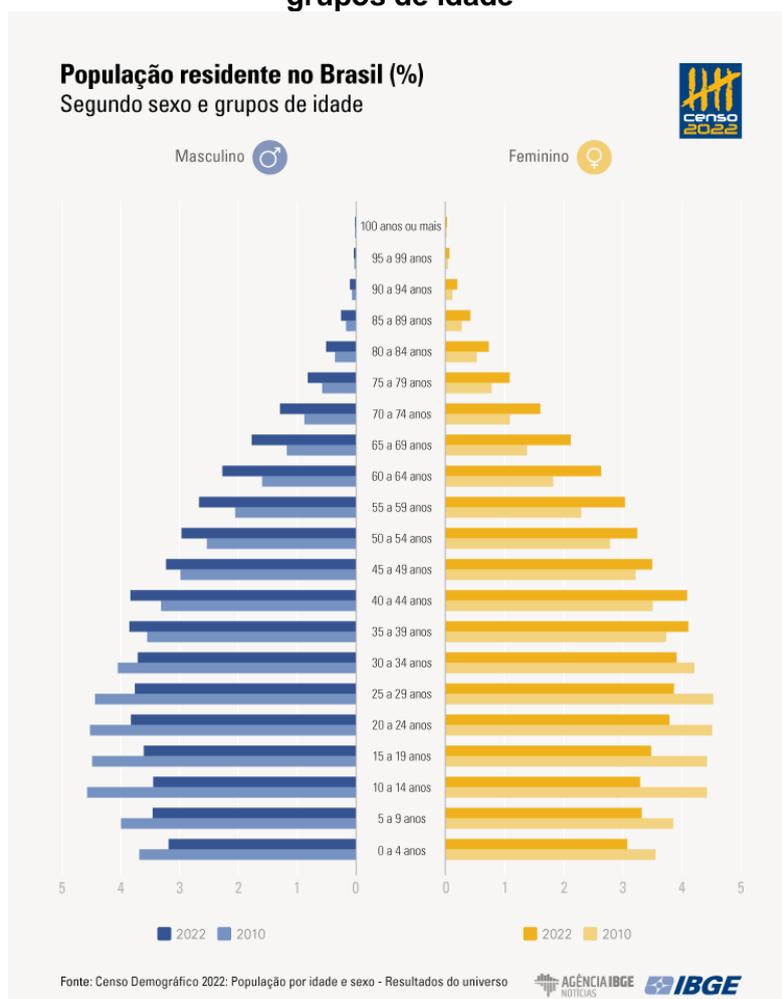
Nesse contexto, o trabalho aponta para a construção do Programa FISA como metodologia educacional voltada à promoção de mudanças paradigmáticas. Essa metodologia também propõe a criação de tutoriais elaborados por pessoas com DI, integrando tecnologias digitais como meio de ampliação das possibilidades de atuação autônoma, visando transformar a percepção da comunidade acerca da funcionalidade, das potencialidades e da autonomia desses indivíduos.

O interesse pelo tema e suas perspectivas são evidenciados na literatura especializada na área, assim como na construção de um panorama que mostra os impactos da problemática da inclusão. Observa-se que um panorama estatístico não apenas revela a necessidade, mas também aponta e faz emergir novas e diferentes questões.

2.1 Dados estatísticos da pessoa com deficiência no Brasil

Ao iniciar esta pesquisa, foi realizado um levantamento detalhado de dados estatísticos com o objetivo de compreender a extensão e a abrangência do tema abordado. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui uma população de cerca de 203.080.756 milhões de habitantes, conforme evidenciado no Censo de 2022, como apresenta a figura abaixo:

Figura 1 — População no Brasil distribuída por sexo e grupos de idade



Fonte: IBGE, 2023.

Em uma investigação exploratória, o estudo dinâmico apresentado no site da Agência de notícias do IBGE (2023) fornece dados relevantes para compreender o envelhecimento da população brasileira e sua distribuição por idades. Observa-se que o Brasil se caracteriza como um país com um número crescente de habitantes mais velhos. Em 2010, a idade média da população brasileira era de 29 anos, subindo para 35 anos em 2022. Projeções indicam que, em 2031, o número de pessoas idosas no país (43,2 milhões) ultrapassará pela primeira vez o número de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos (42,3 milhões).

A investigação destaca o crescimento do número de jovens e adultos na sociedade, evidenciando que o Brasil é um país mais envelhecido, com a mediana de 35 anos, em comparação aos 29 anos registrados em 2010.

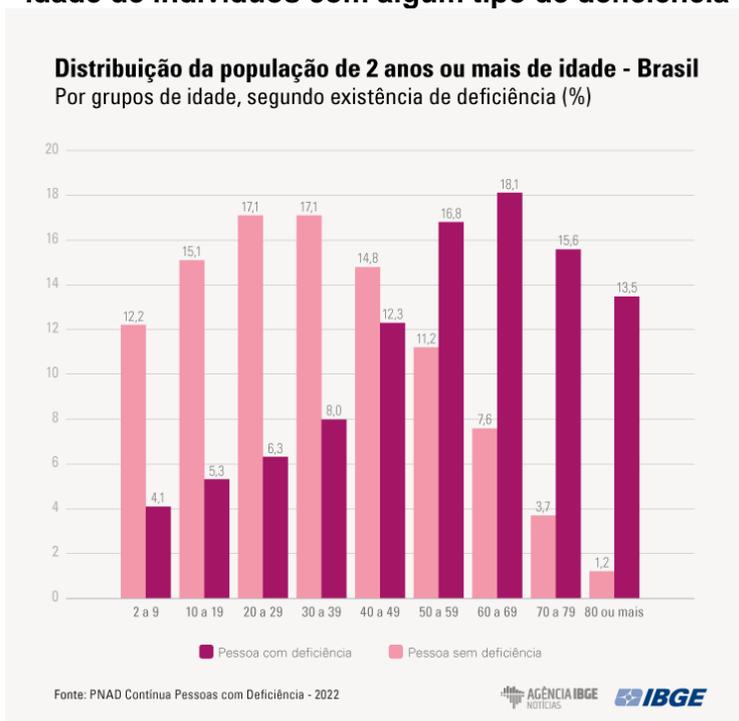
Esses dados sugerem que as mudanças demográficas influenciam e

influenciarão as políticas públicas, bem como as demandas educacionais e sociais. Essas transformações exigem a construção de iniciativas diversificadas voltadas para o público maior de 18 anos, adaptando, inclusive, as áreas de serviços e as propostas educacionais às necessidades da população adulta crescente.

Salienta-se a importância desses dados, pois destacam a relevância da atenção a uma parcela maior da população considerada em idade ativa, que compreende pessoas entre 15 e 64 anos (ALBERNAZ e PILLE, 2023). Esse grupo, tanto simbolicamente quanto subjetivamente, ainda representa força, energia e possibilidades de contribuição para a sociedade.

Na Figura 2, apresenta-se a distribuição da população com 2 anos ou mais que apresenta algum tipo de deficiência:

Figura 2 - Distribuição da população de 2 ou mais de idade de indivíduos com algum tipo de deficiência



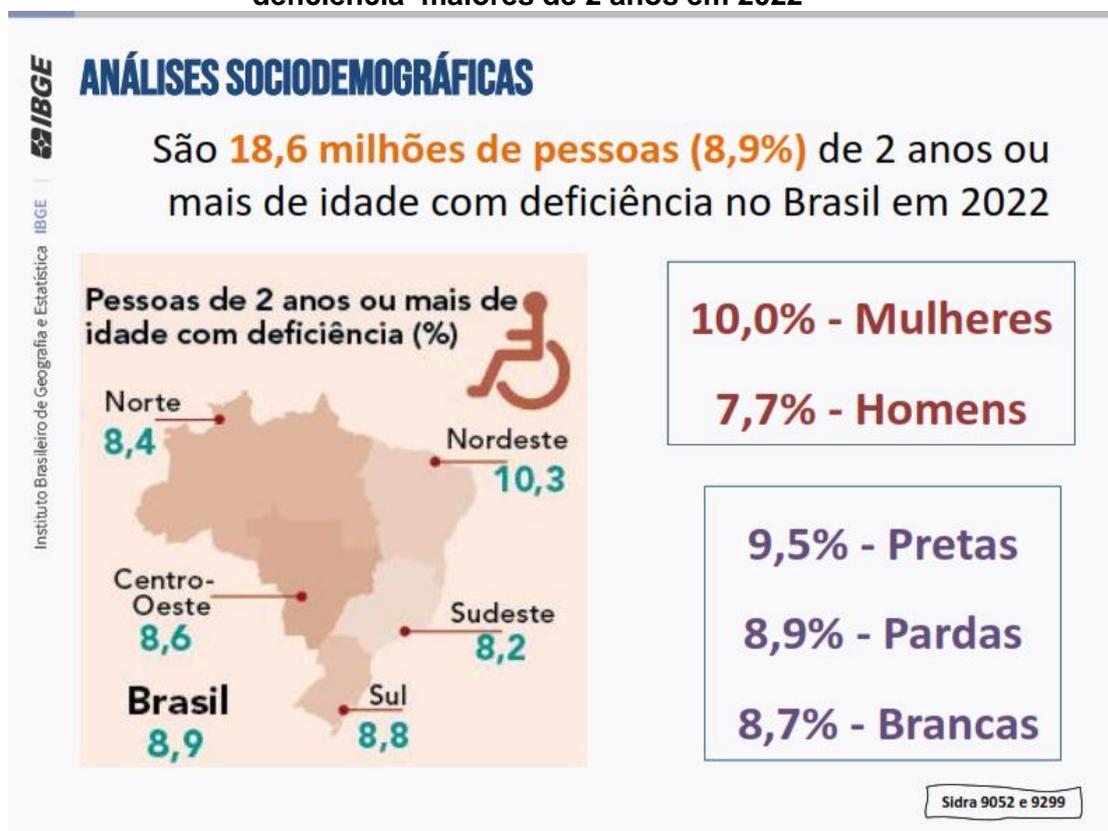
Fonte: (IBGE, 2023a)

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 revelou que 17,2 milhões de pessoas com mais de dois anos (8,4% dessa população) possuem alguma deficiência. A distribuição etária aponta que 2,3% estão na faixa entre 10 e 17 anos; 2,9% entre 18 e 29 anos; 3,6% entre 30 e 39 anos (sendo 6,5% o principal público deste trabalho); 10% entre 40 e 59 anos; e cerca de 8,5 milhões (24,9%)

de idosos apresentam alguma deficiência. Do total dessas pessoas, 14,4 milhões residem em domicílios de áreas urbanas, enquanto 2,9 milhões vivem em áreas rurais no país.

Na Figura 3, observa-se que, conforme dados levantados em 2022 e divulgados pelo Grupo de Trabalho de Deficiência em 07 de julho de 2023, na Pesquisa Nacional Amostral de Domicílios Contínua (PNAD) pelo IBGE, aproximadamente 18,6 milhões da população brasileira com 2 anos ou mais possuem algum tipo de deficiência. Isso equivale a cerca de 9 em cada 100 brasileiras e brasileiros, sendo 10% de mulheres e 7,7% de homens.

Figura 3 — Análise sociodemográfica do país sobre número de pessoas com deficiência maiores de 2 anos em 2022



Fonte: IBGE, 2023b.

A autodeclaração quanto à raça aponta que 9,5% se apresentam como pretas, 8,9% como pardas e 8,7% como brancas. Quanto à população idosa, esta representa o grupo que mais cresce no país; a partir dos 50 anos, aumenta o número de pessoas com deficiência.

A pesquisa promovida pelo PNS 2019 (Figura 4) indica que, entre pessoas com 2 anos ou mais, 3,4% (ou 6,978 milhões) tinham deficiência visual, 1,1% (ou

2,3 milhões) deficiência auditiva e 1,2% (ou 2,5 milhões) deficiência mental. Ainda acrescenta o dado que 28,3% das pessoas com deficiência em idade laboral (acima de 14 anos) estavam inseridas no mercado de trabalho, em contraste com 66,3% das pessoas sem deficiência. Entre aqueles com deficiência a partir dos 18 anos, aproximadamente 67,6% dessa população não possuem instrução ou concluíram apenas o ensino fundamental

Figura 4 — Pessoas de 2 anos ou mais de idade com alguma deficiência no Brasil

Pessoas de 2 anos ou mais de idade		
	Total	Percentual (%)
Com alguma deficiência	17,2 mi	8,4
Visual	7,0 mi	3,4
Auditiva	2,3 mi	1,1
Física (membros inferiores)	7,8 mi	3,8
Física (membros superiores)	5,4 mi	2,7
Mental	2,5 mi	1,2
Mais de uma deficiência	5,3 mi	2,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Fonte: IBGE, 2022.

Na Figura 5, ao tratar do município do Rio de Janeiro, os dados estatísticos apontam para uma população de mais de 6 milhões de habitantes, dos quais 69% são pessoas entre 15 a 64 anos (aproximadamente 4.286.569 pessoas).

Cabe destacar a necessidade de problematizar o uso do conceito de "deficiência mental" tal como apresentado, uma vez que não se diferencia, de forma delimitada, do conceito da "deficiência intelectual". Tal imprecisão terminológica pode ter contribuído para possíveis equívocos de compreensão por parte dos participantes da pesquisa.

Figura 5 — Pessoas entre 15 a 64 anos do município do Rio de Janeiro em 2022

RIO DE JANEIRO

Município da Região Sudeste



Fonte: City Population, 2024.

Observa-se que a PNAD (2022) utiliza o termo “deficiência mental” para referir-se a dificuldades ou limitações nas funções cognitivas ou intelectuais dos indivíduos. A classificação aponta limitações significativas para a realização de atividades habituais, incluindo comunicação, cuidados pessoais, trabalho, atividades escolares e de lazer, entre outras (IBGE, 2024). Esse conceito é aplicado de forma diferenciada conforme a faixa etária: para crianças entre 5 anos de idade e adultos, considera-se dificuldades permanentes na realização dessas atividades; já para crianças entre 2 a 4 anos, o termo descreve dificuldades em atividades específicas dessa faixa etária, como o brincar e o início da vida escolar.

Tal categorização apresenta desafios terminológicos e conceituais, especialmente no que se refere às diferenças entre “deficiência mental” e “deficiência intelectual”, tanto na literatura internacional quanto nas políticas públicas de inclusão. A adoção da terminologia “deficiência intelectual” será melhor explorada ao longo deste trabalho, alinhada aos parâmetros da Organização Mundial de Saúde (OMS), na Classificação Internacional de Funcionalidade e Saúde (CIF), e a AAIDD, buscando maior compreensão que fundamenta esta pesquisa.

Esses dados são considerados preliminares, em parte devido a fatores conceituais que afetam a clareza para os entrevistados quanto aos domínios funcionais de cognição e comunicação (Figura 6). Essa ambiguidade ou falta de reconhecimento pode comprometer a compreensão adequada das características e limitações específicas relatadas, como as associadas ao

Transtorno do Espectro Autista (TEA), à deficiência intelectual (DI) ou a transtornos psicológicos. Além disso, deve-se considerar que o isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19 pode ter influenciado a coleta dos dados, tornando os números se tornam menos claros e possivelmente afetando sua fidedignidade.

Figura 6 — Quadro dos domínios funcionais da pesquisa do PNAD 2022

Domínios Funcionais
<ul style="list-style-type: none">• Enxergar;• Ouvir;• Andar ou subir degraus;• Funcionamento dos membros superiores;• Cognição – dificuldade para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar;• Autocuidado;• Comunicação – dificuldade de compreender e ser compreendido.

Fonte: IBGE, 2023a.

Esse quadro nos remete a reflexão de que

A ansiedade em relação à saúde também pode provocar interpretação equivocada das sensações corporais, fazendo com que as pessoas as confundam com sinais da doença e se dirijam desnecessariamente a serviços hospitalares, conforme ocorreu na pandemia de influenza H1N1, em 2009. Ademais, medidas como isolamento de casos suspeitos, fechamento de escolas e universidades, distanciamento social de idosos e outros grupos de risco, bem como quarentena, acabam por provocar diminuição das conexões face a face e das interações sociais rotineiras, o que também pode consistir em um estressor importante nesse período (SCHMIDT, 2020, p. 5).

Esse estudo aponta que cabe uma análise cuidadosa dos dados disponíveis, considerando a fragilidade da precisão conceitual. No entanto, este trabalho baseia-se nos estudos mais recentes. Segundo a AAIDD, a DI é uma condição caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, que se originam antes dos 22 anos (AAIDD, 2021).

Assim, esta pesquisa busca aprofundar o conhecimento sobre esse público, examinando e construindo uma metodologia de ensino que propicie

transcender as restrições sociais e os desafios de acesso e expressão das pessoas com DI. A relevância do estudo é ampliada no cenário social pós-pandemia de COVID-19, pois surgiram indagações visando compreender como esse contexto afetaria o atendimento às pessoas com deficiência (ARAUJO; FERNANDES, 2020).

Complementando esse recorte, voltado às expectativas de vida e dados correlacionados, destaca-se o estudo de Gimenez (2020), que aborda o aumento da expectativa de vida da população mundial. O autor discute como os avanços nos recursos médicos e tecnológicos têm contribuído para esse fenômeno, incluindo um recorte nas pessoas com DI. Alvarenga ressalta que

O aumento na expectativa de vida da população em geral também é observado nas pessoas com deficiência intelectual, que até a década de 1980 era de 30 a 35 anos e atualmente se aproxima dos 60 anos, desencadeando diversas dúvidas e questionamentos, tanto em familiares, quanto em profissionais que atendem esta parcela da população. (GIMENEZ, 2020, p. 27)

Gimenez (2020) aponta para a necessidade de implementar ações educativas que possam ser oferecidas ao longo da vida, de forma a promover maior qualidade de vida para esses indivíduos. O autor também destaca a importância da oferta de políticas públicas que contemplem diversos temas, como educação, saúde, assistência social e outras esferas essenciais.

Além disso, ainda acrescenta

[...] é possível também interpretar que ao propor a educação especial e os processos de aprendizagem assegurados ao longo da vida, a legislação oferece possibilidades para a implantação de outras formas de oferta de educação especial, que sejam próprias para o desenvolvimento e aprendizagem da pessoa com deficiência, atentando-se às suas necessidades específicas ao longo da vida. (GIMENEZ, 2020, p. 34)

Todos esses dados reforçam a necessidade de investigar as percepções e olhares direcionados a essa população e de promover mudanças significativas no paradigma relacionado ao público jovem e adulto com DI em diversos aspectos. Tal investigação deve começar pela compreensão do conceito de paradigma.

2.2 Como nasce um paradigma e suas implicações num olhar filosófico e educacional

todas as coisas se movem e nada permanece imóvel (HERÁCLITO DE ÉFESO [...], 2000, p. 93)

Na busca por uma compreensão mais profunda da existência humana, Heráclito (544-483 a.C.), filósofo grego nascido em Éfeso, oferece a partir da sua visão epistemológica a noção do “devir”, isto é, “vir a ser”. Esse conceito gera a ideia do fluxo contínuo dos fenômenos e de um movimento constante do contrário ao outro.

é fato que o devir e, portanto, o ser, implica contínuo passar de um contrário ao outro e, portanto, ele parecia a atuação de contínua luta dos contrários, como dizia Anaximandro; todavia, destes contrários, diz Heraclito, nasce uma harmonia, portanto, uma maravilhosa síntese unitária (REALE; ANTISERI, 1990, p. 52)

Portanto, torna-se relevante apresentar uma perspectiva conceitual sobre o processo de construção de um paradigma na sociedade.

Quanto à etimologia do termo paradigma, é imprescindível destacar a sua origem. A expressão grega *parádeigma* exerceu um papel crucial na teoria de Aristóteles, ao tratar da Retórica enquanto elemento crucial de sua argumentação. Na explanação sobre as tradições inglesas e latinas, a palavra traz a conotação de “exemplo”, já nas línguas dos povos europeus modernos, apresenta-se como “modelo padrão que deveria ser seguido ou imitado” (KUHN, 2013, p. 12).

A apresentação das discussões sobre o tema dos paradigmas, inclui a análise dos estudos de Thomas Kuhn (2013), especialmente em sua abordagem sobre a elaboração sobre o conhecimento científico. Kuhn era um físico de formação e, na época, foi o pioneiro na abordagem desse tema. Ele refletia e considerava que não existem apenas revoluções científicas ou rupturas teóricas, mas que estas resultam na construção de novas estruturas conceituais que orientam o desenvolvimento científico. Ele foi um dos primeiros a tratar do conceito de paradigmas. “Uma palavra que, quando ele a usou, não era comum” (KUHN, 2013, p. 12). No texto “A Estrutura das Revoluções científicas”, o autor

considera que

Tal é a estrutura das revoluções científicas: ciência normal com um paradigma e dedicação para solucionar quebra-cabeças; seguida de sérias anomalias, que conduzem para uma crise; e finalmente resolução da crise por meio de um novo paradigma (KUHN, 2013, p. 12).

E ainda acrescenta em seus escritos que

No curso de uma revolução e da mudança de paradigma, as novas ideias e asserções não podem ser estritamente comparadas às antigas. Ainda que as mesmas palavras estejam em uso, seu significado próprio mudou. O que, por seu turno, levou à ideia de que uma nova teoria não é escolhida para substituir uma antiga, por ser verdadeira, mas, sim, bem mais por causa de uma mudança de concepção de mundo (KUHN, 2013, p. 12).

Segundo Kuhn, o termo “paradigma” remete às realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência (1975, p. 103, *apud*, RAMALHO, 2018).

O autor salienta que o termo “paradigma” pode ser utilizado em dois sentidos distintos. Em um primeiro sentido, o termo pode indicar um conjunto de crenças, técnicas, pressupostos e valores compartilhados pelos sujeitos de uma determinada comunidade e que orientam o entendimento e ações em um determinado contexto social, constituindo, portanto, uma forma de conhecer o mundo. Por um outro ângulo, o paradigma também pode representar um tipo de faceta de uma determinada constelação de certos conhecimentos: as soluções concretas ou quebra-cabeças (como citado anteriormente) que, postas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas, tendo como princípio a resolução dos demais quebra-cabeças da ciência normal (KUHN, 2013).

De acordo com o autor, um paradigma surge quando uma nova teoria ou forma de pensamento substitui o entendimento vigente, e em vários momentos em resposta a limitações ou crises que o paradigma anterior não solucionava.

Ao discutir a questão dos paradigmas, observa-se uma leitura sobre como cada indivíduo na comunidade encara, percebe e compreende as questões humanas. Suas crenças e percepções sobre o comportamento e as diferentes reações de um indivíduo inserido em uma comunidade revelam os vieses inconscientes (POLITRAMAS FILOSÓFICAS, 2018), os quais potencializam a ampliação da consciência, favorecendo uma atuação mais reflexiva e engajada

em relação a cada fenômeno.

Para Kuhn (2013, p. 20), um paradigma “não é apenas uma realização, mas também um modo específico de modelar a prática futura sobre ele”. Ao tratar da temática do trabalho, ainda acrescenta que se pode encarar que, quando o paradigma vigente é acometido por uma crise, a própria comunidade se vê em desordem de forma concomitante.

Nesse processo, a comunidade, ao confrontar esses episódios em determinado momento, atravessa um instante pré-paradigmático, vivendo e discutindo temáticas prévias de um fenômeno, antes que haja uma nova “revolução científica”. Dessa maneira, apresenta-se assim a diferença entre dois momentos distintos: um anterior e um posterior ao paradigma constituído.

Considerando o pensamento filosófico apresentado, discutir a concepção de um novo paradigma é efetivamente pensar na substituição de um paradigma anterior. Embora as abordagens possam ser encaradas como complementares, um novo paradigma que surge desencadeará um novo arcabouço para uma nova ciência (em seus aspectos teóricos e metodológicos).

Segundo Szczepanik (2005), a partir do momento em que uma comunidade científica adota um determinado paradigma, ela possui um relevante instrumento; portanto, terá uma base teórica fundamental. Esse arcabouço teórico torna-se relevante para o desenvolvimento de qualquer atividade científica. É mediante essa base que os pesquisadores iniciam seus trabalhos e atividades. A nova forma de ver o mundo norteia novas possibilidades de pesquisa e inovação.

Perpassando por um eixo de investigação epistemológica, recorre-se às contribuições de Kierkegaard e Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), filósofos existencialistas, tendo cada um suas respectivas contribuições para uma interpretação mais abrangente do Ser.

Ao se deparar com a perspectiva fenomenológica, fundamentada na contribuição de Maurice Merleau-Ponty, compreende-se que há, paradoxalmente e dialeticamente, um sujeito que é simultaneamente o seu corpo e o mundo. Podendo ser agente em seu próprio corpo e corpo-próprio, na experiência e na vivência, indo além de uma relação apenas dicotômica de sujeito-objeto. Sendo assim, o conceito de corporeidade pode ser compreendido como o elo entre o Eu-sujeito e o mundo de forma dinâmica e contínua.

Por essa vertente, Furley et.al (2023, p. 15) trazem uma releitura ao tratar dos corpos pelo olhar da fenomenologia em Merleau-Ponty, apresentando que “o mundo só pode ser conhecido por esse corpo que, atingido diretamente em sua realidade motriz, na maioria dos casos, torna-se lócus da ressignificação da própria existência”. Portanto, ao pensar sobre paradigmas e mudanças de paradigmáticas, é notório considerar a dimensão do corpo enquanto fenômeno em si, que, interagindo e se inter-relacionando com os diferentes fenômenos, são constituintes de um Sistema. O corpo indo além de um elemento físico, mas nele existindo um centro de internalização das experiências, configurando, reconfigurando e transformando percepções e realidades.

E, por conseguinte, tal como um legado filosófico existencial, buscou-se integrar o olhar da Motricidade Humana na discussão dos paradigmas, a partir da própria vivência do autor. Com uma formação em essência na Educação Física, Manuel Sérgio Vieira e Cunha transita de uma visão vinculada dentro do paradigma cartesiano, apresentado como disjuntivo, simplificador e de uma perspectiva altamente anatomo-fisiológica ao paradigma holístico ou sistêmico.

Com a ciência da motricidade humana, os praticantes do esporte, dança, ergonomia e educação especial não se comportam mais como simples máquinas, animadas dos exercícios físicos que a sociedade lhes impõe, mas como pessoas livres e libertadoras; solitárias e solidárias; atentas ao que nelas mesmo é biológico, cultural e ânsia impagável de transcendência, de ser mais (SÉRGIO, 1995, p. 13).

Essa mudança profunda aponta para essa nova compreensão do corpo e seus movimentos, enfatizando a totalidade e a interconexão dos diversos fenômenos, em substituição à fragmentação e estigmatização.

Nessa Ciência, a aplicação aponta para a proposição de um sujeito, acompanhado pela educação especial na perspectiva inclusiva, que poderá ser encarado para além dos atributos físicos e/ou funcionais. Não descartando os aspectos envolvidos que norteiam que ele também é, mas sim no investimento em torná-los potentes, livres, cientes de sua cultura e raízes históricas. O foco recai na busca pelo “ser além” (e não “do além”), numa vertente de transcender as limitações.

Assim, as discussões levantadas remetem a indagações sobre as possíveis trajetórias e possibilidades de escuta e apoio ao sujeito, considerando

a natureza intrínseca de seu desejo de ir além, sendo que, em diferentes casos, especialmente no que se refere às pessoas com deficiência, esse limite pode ser interpretado como um ponto final ou uma barreira insuperável.

Nesse sentido, a educação, sob uma perspectiva sistêmica, pode ser compreendida como a lente que versará a proposição do desenvolvimento de cada sujeito, independente da sua condição, seja ele com ou sem DI, atípica ou neurotípica, neurodivergente, entre outros. Trata-se como um caminho a ser percorrido na busca incessante que resulta em “dar conta da sede frequente do saber e característica de um sujeito indeterminado” (MORENO, 1975). Dessa maneira, mesmo diante das condições ou limitações apresentadas, o sujeito é capaz de trilhar essa jornada de autogestão e autorrealização.

Com esta leitura sistêmica, Manuel Sérgio diz que “o Homem prova que não é só razão, mas também imaginação, inconsciência e pré-consciência, tudo reunido num eu singular e unificante” (SÉRGIO, 1995, p. 28). O autor ainda acrescenta que “o Homem é, de fato, um peregrino do Absoluto, porque viver é sentir a contingência da nossa condição atual e... tentar superá-la” (SÉRGIO, 1995, p. 28). Portanto, não há distinção do fundamento entre os seres humanos, uma vez que o humano, por natureza e essência, possui uma busca constante em direção à superação em prol de uma experiência maior.

Nesse contexto, o sentido de trazer essas vertentes filosóficas corrobora a possibilidade da compreensão de uma História. É essencial perceber que os fenômenos podem ser encarados de formas diferentes, sejam restritas e/ou ampliadas conforme as perspectivas adotadas. Ao aprofundar-se nas reflexões paradigmáticas, torna-se mais evidente a importância do autoconhecimento e do reconhecimento de como os profissionais da Educação e os sujeitos, “frutos-agentes” desse mesmo processo, agem, interagem, reconstroem e ressignificam suas percepções a partir das vivências cotidianas e das interações no ambiente escolar. Esse processo provoca essa investigação filosófica e nos leva à compreensão de como esses paradigmas influenciaram a história das pessoas com DI.

2.3 A visão das pessoas com deficiência intelectual: uma viagem histórica através dos conceitos

Na história social desses sujeitos, observa-se como foram exterminados e excluídos por diferentes ações, expressões e práticas, sendo frequentemente considerados ineficazes e sem capacidades, independentemente de suas classes sociais ou do território em que nasceram e foram criados (MONTEIRO; FERNANDES, 2022, p. 3). A negligência em relação a esses indivíduos coloca limitações à sua participação na comunidade, sendo suas possibilidades, em vários momentos, ignoradas e as oportunidades de inclusão restringidas por aqueles ao seu redor. Nesse contexto, evidencia-se o quanto as pessoas com deficiência e seus atributos positivos permaneceram invisíveis, com suas contribuições e direitos à participação social frequentemente negligenciados, o que resultou em períodos significativos de isolamento e exclusão (AMARANTE, 2009, p. 60).

Nos primórdios das discussões sobre a credibilidade na aprendizagem das pessoas com deficiência, encontram-se percepções de desconfiabilidade e uma concepção de educação menos válida para esses sujeitos.

De acordo com os relatos do filósofo Jean Jacques Rousseau (1712-1778), citados por Marques (2007), ele critica o papel daqueles que se destinavam a atender pessoas com deficiência (PCD), refletindo a visão predominante da época sobre a aprendizagem desses indivíduos:

Aquele que se ocupa de um aluno deficiente e doentio transforma sua função de orientador em “cuidador-de-doentes” [...] Eu não me ocuparei jamais de uma criança doente e fraca, mesmo que ela viva 80 anos. Eu não quero também um aluno sempre inútil a ele mesmo e aos outros, que se ocupa unicamente com sua conservação e no qual o corpo prejudica a educação da alma. Que outro, na minha ausência, se ocupe deste deficiente, eu consinto e aprovo sua caridade, mas meu talento não é este: eu não sei ensinar a viver aquele que só pensa em morrer. É preciso que o corpo tenha vigor para obedecer à alma: um bom servidor deve ser robusto. Um corpo débil enfraquece a alma. Aqui estão minhas razões de desejar somente uma criança robusta e sadia (MARQUES, 2007, p. 20).

Ao analisar esses registros, emergem diversos pontos que merecem destaque: o papel pejorativo atribuído àquele que orienta e educa, frequentemente considerado apenas um cuidador de doentes; a associação da

deficiência à ideia de inutilidade; a relação dicotômica que se estabelece, na qual o adoecimento do corpo seria capaz de privar a alma de seu sentido; a ideia da caridade dentro do aspecto pedagógico; e o quanto essa invisibilidade esteve aliada a uma concepção depreciativa, com diferentes implicações no imaginário social e nas relações com esses sujeitos. Além disso, destaca-se a persistência, ainda presente no inconsciente coletivo, da ideia de que a criança perfeita e idealizada, como protótipo da criança desejada, é a criança robusta e saudável.

Embora essa perspectiva e narrativa social remontem a mais de 200 anos, ainda é possível identificar suas raízes paradigmáticas nas estruturas culturais dos indivíduos em nossa sociedade. A expectativa do aluno perfeito, respostas padronizadas, esperadas e controláveis, e a ideia da “robustez” continua sendo associadas à saúde, e, por sua vez, a saúde é vista como sinônimo de um corpo idealizado e perfeito.

Nesse sentido, Marques (2007) apresenta em seus estudos e análises sobre a história da educação especial no Brasil a conexão com a História da Psiquiatria na Europa. A autora pontua que, nesse contexto, o atendimento a esses sujeitos tinha predominância a vertente médico-pedagógico e apresenta alguns expoentes, como Juliano Moreira, Gustavo Riedel, Ulysses Pernambucano, Franco da Rocha e, no campo psicopedagógico, cita como representantes Clementino Gaglio, Basílio Magalhães, Souza Pinto e Helena Antipoff.

Segundo a compilação realizada por Lanna Júnior (2010) em seu livro *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*, durante o período colonial, as práticas isoladas de exclusão eram habituais e, embora o Brasil não possuísse grandes instituições de internação para pessoas com deficiência, esses indivíduos eram confinados nos respectivos ambientes familiares. No caso daqueles que apresentavam comportamentos considerados impróprios ou algum caso de desordem pública, eram encaminhados às prisões ou Santas Casas existentes à época.

Portanto, ao tratar desses contextos históricos, pode-se pontuar que o paradigma vigente era o da exclusão social.

A primeira Constituição Brasileira, de 1822, sob a liderança de D. Pedro I, aborda as questões voltadas ao adulto com deficiência pela primeira vez. Contudo, um dos principais objetivos visava assegurar a supressão de seus

direitos políticos.

Lanna Júnior (2010) ainda acrescenta que, no século XIX, quando o Brasil iniciava seus primeiros capítulos em direção ao atendimento às pessoas com deficiência, o cenário da época ainda convergia para uma sociedade elitista, aristocrática e escravocrata, com uma restrita participação das pessoas com deficiência, devido ao pouco entendimento em relação às diferenças.

Dessa forma, a história do atendimento às pessoas com deficiência percorre alguns marcos históricos significativos.

A criação do Imperial Instituto de Meninos Cegos, atualmente denominado como Instituto Benjamin Constant (IBC), e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), representa um dos pontos iniciais na discussão e intervenção nos atendimentos às pessoas com deficiências visuais e surdez. Esse recorte se faz necessário, pois várias pessoas surdas, até o presente momento, ainda são consideradas com limitações intelectuais devido à condição da surdez. Essas apreciações errôneas foram associadas a diferentes episódios históricos e suas marcas ainda interferem no olhar e na percepção da sociedade em relação às pessoas surdas.

Em 1926, foi fundada a primeira unidade do Instituto Pestalozzi, no Rio Grande do Sul. Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) foi um educador suíço que, na época, inovou a Pedagogia e cujas ideias e propostas influenciaram diretamente a educação especial (ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE GOIÂNIA, 2024). A reconhecida Pestalozzi é uma instituição que marcou o início do atendimento às pessoas com deficiência, fornecendo igualmente suporte às famílias.

Os avanços foram acontecendo ao longo do tempo e, historicamente, os aspectos educacionais voltados ao atendimento a esses sujeitos foram gradualmente projetados e sendo desenvolvidos. Almeida (2012) relata que, na sociedade norte-americana, nos últimos 50 anos, ao se referir a uma pessoa com características de DI, os termos utilizados eram “retardo mental” e, algumas regiões, utilizava-se a expressão “incapacidade intelectual”. Sendo assim, a ênfase dada a esses termos reforçava diretamente a visão de pessoas que remetem à não possibilidade de sujeitos-corpos-existências.

Zutião (2019) retoma a discussão sobre as várias nomenclaturas e termos foram empregados ao tratar a DI. Ela relata que, inicialmente, a DI estava

relacionada aos resultados dos testes de Quociente de Inteligência (QI), nos quais havia destaque para a visão médico-clínica e organicista da deficiência nessas avaliações.

Portanto, no contexto da educação especial, as definições e conceitos sobre a DI foram se ampliando e evoluindo ao longo dos anos.

2.4 A evolução do conceito da deficiência intelectual no DSM

A DI, na sociedade, pode ser compreendida sob diferentes óticas, incluindo influências e interlocuções de dimensões religiosas, místicas ou transcendentais, associadas a causas sobrenaturais, além das relações com quadros de demências e outras perspectivas. Zutião (2019) destacou essas leituras e interpretações e acrescentou que vários desses sujeitos foram historicamente marginalizados e excluídos da sociedade, sendo submetidos a diferentes tipos de maus-tratos e abandonos e, em alguns casos, foram excluídos de forma tão extrema que chegaram a ser banidos e mortos.

O *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM), ou *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, publicado pela Associação Americana de Psiquiatria e a Classificação Internacional de Doenças (CID), organizada e publicada pela OMS, representam sistemas responsáveis pela categorização dos transtornos mentais ao longo dos anos. Essas obras são atualizadas com o tempo, revelando as discussões e avanços nas condições de saúde, e apresentam diretrizes para diagnóstico e tratamento.

Vanheule (2014) fala que o DSM é utilizado para diferentes finalidades, tais como: planejamento de cuidados e saúde mental, situações relacionadas à área de seguros, decisões legais e pesquisas. É um instrumento que fornece aos profissionais e usuários dos serviços um sistema de classificação e rotulagem de condições de saúde mental.

No levantamento histórico apresentado, é possível pontuar o início do desenvolvimento dessas pesquisas, que remontam a diferentes períodos da área da saúde mental. “No século XIX iniciaram-se efetivamente os estudos científicos sobre a deficiência mental. Segundo os historiadores, o que se tem do período anterior é inconsistente acerca da concepção e caracterização do

fenômeno” (PATTON, PAYNE E BEIRNE-SMITH, 1990 *apud* CARVALHO, 2003, p. 148).

Na primeira versão do DSM, data de 1952, o conceito de DI era voltado para o termo “deficiência mental”, sendo considerado como desvios crônicos e/ou profundos de padrões de comportamento pré-estabelecidos. A análise diagnóstica era realizada a partir de avaliações clínicas e testes de QI. Portanto, as classificações se diferenciavam como:

- a) *idiota* (abaixo de 20);
- b) *imbecil* (entre o escore 20 e 49);
- c) *débil* (entre 50 e 69).

Na segunda edição, de 1968, houve uma revisão significativa. A terminologia passou a ser ampliada e o diagnóstico passou a ser construído não apenas nos níveis de QI, mas também integrando aspectos funcionais e comportamentais. A deficiência mental foi conceituada como um transtorno caracterizado por déficits significativos no funcionamento intelectual, associado a limitações nas habilidades adaptativas, que se manifestam em situações cotidianas.

Já na terceira edição, publicada em 1980, houve uma modificação ao aprovar a classificação da DI em leve, moderada, severa e profunda, apontando a relação entre funcionamento intelectual e as dificuldades na adaptação ao ambiente. Nesse sentido, a conceituação expandiu o caráter exclusivamente quantitativo, envolvendo uma abrangência maior das habilidades sociais, práticas e conceituais desses indivíduos.

No DSM IV (APA, 1994), a área referente às deficiências intelectuais passou a ser nomeada como “Transtornos do Desenvolvimento Mental”, enfatizando os seguintes aspectos: déficit no funcionamento intelectual e nas habilidades adaptativas, que se manifestam nas atividades dos contextos de vida diária. O manual apresentava tal demanda e especificava a gravidade do quadro em alguns contextos, o QI averiguado e níveis de comprometimento:

Quadro 1 — Deficiência versus gravidade (DSM IV)

317 (F70) Leve
318.0 (F71) Moderada
318.1 (F72) Grave
318.2 (F73) Profunda
315.8 (F83) Atraso Global do Desenvolvimento
319 (F79) Deficiência Intelectual (Transtorno do Desenvolvimento Intelectual) Não Especificada

Fonte: elaborado pela autora.

Na primeira citação (Quadro 1), salienta-se que a deficiência é apresentada em seu estado de gravidade, a saber: leve, moderada, grave e profunda. O documento aponta ser frequente a ocorrência de outros transtornos do neurodesenvolvimento e cita, como exemplo, as pessoas com TEA, que, segundo a literatura, podem frequentemente apresentar o Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI).

Na página 72 do DSM IV (APA, 1994), a DI é apresentada em sua caracterização como déficits em capacidades mentais gerais, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência. Os déficits derivam de prejuízos no funcionamento adaptativo, de modo que o indivíduo não alcança determinados padrões de independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspectos da vida diária, abrangendo comunicação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade.

Na quinta edição do manual, o DSM-V (APA, 2014), elaborada em 2013 e publicada em 2014, foram encontradas 136 citações ao termo DI. Na revisão realizada, em prol de uma maior precisão, foi acrescentado o termo que passou a ser denominado TDI.

O documento conceitua transtornos do neurodesenvolvimento como aqueles que se apresentam no início do desenvolvimento humano e tipicamente se manifestam em geral antes da entrada na vida escolar, sendo caracterizados como déficits de desenvolvimento que se expressam como prejuízos nas áreas do funcionamento social, pessoal, acadêmico e profissional.

Portanto, na página 74, o DSM-V conceitua o termo DI como TDI e acrescenta que, sendo um transtorno com início no período do desenvolvimento, inclui déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático (APA, 2014).

Os três critérios a seguir devem ser contemplados:

A. Déficits em funções intelectuais, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência, confirmados tanto pela avaliação clínica quanto por testes de inteligência padronizados e individualizados;

B. Déficits em funções adaptativas que resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação à independência pessoal e responsabilidade social. Sem apoio continuado, os déficits de adaptação limitam o funcionamento em uma ou mais atividades diárias, como comunicação, participação social e vida independente, e em múltiplos ambientes, como em casa, na escola, no local de trabalho e na comunidade;

C. Início dos déficits intelectuais e adaptativos durante o período do desenvolvimento (APA, 2014; AAIDD, 2010).

Importante considerar que o critério B, relacionado aos déficits de funções adaptativas, deve ser contemplado desde que haja pelo menos um aspecto do funcionamento adaptativo (conceitual, social e/ou prático) extremamente prejudicado, e que necessite de apoio substancial e contínuo para que o indivíduo tenha um desempenho em um ou mais locais (APA, 2014).

Entende-se por funcionamento adaptativo o quanto o indivíduo alcança os padrões esperados da comunidade, levando-se em conta a independência pessoal, responsabilidade social e critérios correspondentes a comparações com pessoas de idade e antecedentes socioculturais semelhantes. O direcionamento para melhor compreensão dos três domínios envolvidos e das

habilidades a serem observadas está apresentado conforme o Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 — Operacionalização dos Domínios do Funcionamento Adaptativo

DOMÍNIO	HABILIDADES ENVOLVIDAS
Conceitual	Habilidades relacionadas a aprendizagem no contexto acadêmico como: memória, linguagem, leitura, escrita, raciocínio lógico-matemático, aquisição de conhecimentos práticos, solução de problemas, julgamento em situações novas, etc
Social	Habilidades relacionadas a capacidade de interagir de forma adequada e eficaz. Tais como: percepção de pensamentos, sentimentos e experiências dos outros, empatia, habilidades de comunicação interpessoal, habilidades de amizade, julgamento social, etc.
Prático	Habilidades relacionadas a atividades do dia-a-dia como: aprendizagem e autogestão em todos os cenários da vida, incluindo cuidados pessoais, responsabilidades profissionais, controle do dinheiro, recreação, autocontrole comportamental e organização de tarefas escolares e profissionais, etc. Capacidade voltada à resolução dos problemas cotidianos.

Fonte: AAIDD , 2010); APA, 2014.

Em pesquisa, buscou-se compreender que o documento apresenta uma nota afirmando que “o termo diagnóstico deficiência intelectual equivale ao diagnóstico da Classificação Internacional de Doenças em sua 11ª versão - CID-11 de transtornos do desenvolvimento intelectual” (FERREIRA, 2021, p. 52). O termo DI é utilizado em todo o manual; todavia, os dois termos são empregados no título para maior compreensão das relações com outros sistemas de classificação. Assim, a expressão DI ainda é o conceito de uso mais frequente entre profissionais das áreas da educação, saúde e outras.

Portanto, compreende-se que o DSM-V representa um importante balizador para investigações diagnósticas e para a maior compreensão dos aspectos que envolvem a DI.

Na página 67 (APA, 2014), no campo destinado à *Advertência para a Utilização Forense do DSM-5*, percebe-se a preocupação quanto ao uso nos aspectos forenses e aos riscos de que as informações coletadas a partir dos diagnósticos sejam utilizadas de forma equivocada e compreendidas de maneira imprópria, dada a necessidade de diálogos nos âmbitos forenses (interesses da

justiça) e no diagnóstico clínico. Nesse caso, percebe-se uma correlação entre os diferentes saberes, mas ressalta-se a importância de um cuidado especial ao tratar pessoas com DI e outras condições.

Na maioria das situações, a presença de um diagnóstico clínico de transtorno mental do DSM-5, como **deficiência intelectual** (transtorno do desenvolvimento intelectual), esquizofrenia, transtorno neurocognitivo maior, transtorno do jogo ou transtorno pedofílico, não implica que o indivíduo com a condição satisfaça critérios legais para a presença de um transtorno mental ou um parâmetro jurídico específico (p. ex., para interdição, capacidade civil, imputabilidade ou inimputabilidade penal). Para este último, normalmente são necessárias informações adicionais que vão além das contidas no diagnóstico do DSM-5, o que pode incluir dados acerca dos prejuízos funcionais do indivíduo e sobre como esses prejuízos afetam as aptidões específicas em questão. Precisamente porque os prejuízos, as aptidões e as deficiências variam amplamente dentro de cada categoria diagnóstica, a atribuição de um determinado diagnóstico não indica um nível específico de prejuízo ou incapacidade. (APA, 2014, p. 69)

Essa citação amplia a compreensão sobre a variedade das possibilidades desses sujeitos, bem como a necessidade de considerar diferentes interpretações dos prejuízos ou incapacidades desses indivíduos sob uma ótica interdisciplinar e sistêmica, para melhor compreensão de determinados atributos e níveis de prejuízos sociais ou incapacitação.

No contexto da perspectiva da DI à luz da vertente educacional, Pacheco (2022), em seu trabalho de mestrado intitulado *A trajetória conceitual da deficiência intelectual e a prática pedagógica*, apresenta o recorte da perspectiva histórico-cultural proposta por Vygotsky (1997). Pacheco discorre sobre os estudos da Defectologia e a perspectiva epistemológica desse saber, apresentando que os indivíduos com DI, num parâmetro biológico, apresentam atrasos nos processos psicológicos superiores e diferentes ritmos de desenvolvimento. Essa visão, fundamentada no pensamento de Vygotsky, mostra que as crianças com DI não estão isoladas de um processo de desenvolvimento, mas sim trilhando seus caminhos com características diversas, que podem ser desenvolvidas por meio de intervenções pedagógicas e apoio.

Essa leitura destaca a importância do ambiente social e educacional como mediador essencial no processo de aprendizagem e desenvolvimento dessas

peçoas, reforçando a perspectiva de que a DI representa um aspecto que se expressa de forma particular em cada indivíduo.

Com a evolução e o avanço das bases do paradigma médico, inicia-se uma nova construção de um paradigma social e, posteriormente, biopsicossocial, e a compreensão social das garantias dos direitos dessas pessoas vai se fundamentando, dando origem a uma visão mais holística.

É imprescindível mencionar que a correlação existente entre o TDI e o autismo também é abordada no DSM- V, a saber:

É frequente a ocorrência de mais de um transtorno do neurodesenvolvimento; por exemplo, indivíduos com transtorno do espectro autista frequentemente apresentam deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) (APA, 2014, p. 31).

Portanto, para melhor compreensão, no Quadro 3 apresenta-se uma síntese da evolução histórica da DI, baseada no quadro de Redig (2014), em seu doutorado, acrescido da conceituação apresentada em 2021 pela AAIDD.

Quadro 3 — As diferentes definições do conceito de DI

ANO DE PUBLICAÇÃO	CONCEITUAÇÃO DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
1937	Desenvolvimento mental incompleto tornando o sujeito incapaz de se adaptar ao meio e de se manter de forma independente.
1941	Maturação mental incompleta desde seu nascimento ou em idade precoce, limitando o crescimento mental normal.
1954	A OMS estabeleceu subcategorias para a DI: leve, moderado, severo e profundo.
1959	Funcionamento intelectual abaixo da média, originando-se entre o período do nascimento até mais ou menos os 16 anos (período de desenvolvimento), associado a dificuldades no amadurecimento, aprendizagem e ajustamento social.

1961	Funcionamento intelectual abaixo da média, originando-se entre o período do nascimento até mais ou menos os dezesseis anos (período de desenvolvimento), associado a deficiência no comportamento adaptativo. Subcategorias da DI: limítrofe, leve, moderada, severa e profunda.
1973	Funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, com déficits no comportamento adaptativo e durante o período de desenvolvimento (do nascimento até os 18 anos).
1983	Funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, com resultando ou associado a deficiências no comportamento adaptativo, manifestado durante a sua concepção até os 18 anos (período de desenvolvimento).
1992	Limitações substanciais no funcionamento atual. Funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, com limitações relacionadas em duas ou mais áreas de habilidades adaptativas aplicáveis. Manifestado até os 18 anos. Não há mais subcategorias da deficiência.
2002	Incapacidade caracterizada por importantes limitações, no funcionamento intelectual, comportamento adaptativo, expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Manifestada até os 18 anos.
2010	Significativas limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, manifestado antes dos 18 anos.
2021	Limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo que se origina antes dos 22 anos de idade (AAIDD, [2021]b).

Fonte: Redig, (2014); adaptado pela autora.

É necessário considerar a pontuação realizada por Omote (1994), que destaca que, ao descrevermos as questões conceituais relacionadas à deficiência, devemos reconhecer que o conceito transcende os limites do

contexto físico, sensorial e comportamental. O autor pontua que a forma como as reações da comunidade representam e interferem na concepção de se o indivíduo é considerado “deficiente ou não deficiente”, compõe o que se entende por construção social da deficiência.

As reações apresentadas por pessoas comuns face às deficientes ou deficiências não são determinadas única nem necessariamente por características objetivamente presentes num dado quadro de deficiência, mas dependem bastante da interpretação, fundamentada em crenças científicas ou não, que se faz desse quadro (OMOTE, 1994, p. 68).

Portanto, considerando a evolução histórica dos conceitos de DI, torna-se relevante buscar o entendimento acerca da garantia dos direitos desses cidadãos, especialmente quando abordamos sua participação plena na comunidade.

2.5 Recorte das Políticas Públicas e a garantia dos direitos do jovem adulto com DI na comunidade

“que possamos refletir, criar e construir prospecções positivas de enfrentamento e ,quem sabe, desenhar e possibilidades para efetivação de uma política potente. Embora a política não seja somente política documental, não é só o texto político, mas a construção discursiva e que nós professores atuamos com política na escola, e essa atuação se torna extremamente potente quando, enquanto acadêmicos, trabalharmos em conjunto com os professores da Educação Básica colaborando para que possamos construir possibilidades para o chão das escolas” (FAISSAL, 2022, transcrição da autora).

Compreendendo o diálogo político como elemento fundamental para a construção das pesquisas científicas e proposições de novos instrumentos de intervenção nos ambientes educacionais, torna-se relevante o levantamento das normativas das políticas públicas mundiais, nacionais e estaduais envolvidas como garantia dos direitos desse conjunto de cidadãos. Nesse contexto, buscou-se a seguinte apresentação (Quadro 4):

Quadro 4 — Políticas e declarações mundiais

Ano	Políticas Públicas	Destaques
1948	- Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU).	- Trata da igualdade e dignidade de todas as pessoas incluindo as pessoas com deficiência; - Representa o marco inicial dos direitos humanos.
1975	- Declaração dos Direitos das pessoas deficientes ³ (ONU).	- As pessoas deficientes têm os mesmos direitos civis e políticos que outros seres humanos
1990	- Conferência Mundial sobre a Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.	- Reafirma o compromisso da Educação Básica e a aprendizagem ao longo da vida.
1994	- Declaração de Salamanca e Decreto nº 1.330.	- Reafirma o valor da Educação inclusiva; - Todos aprendendo com todos mediante a programas de apoio.
1999	- Carta para o Terceiro Milênio; - Declaração de Washington (Movimento de Direitos das Pessoas com Deficiência e de Vida Independente); - Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência (CDPD); - Convenção de Guatemala.	- Aceitar a deficiência como uma parte comum da variada condição humana; - Promoção de ambientes sem barreiras; - Pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos que outras pessoas; - Não podem ser submetidas a nenhum tipo de discriminação por conta da deficiência; - Apresenta o conceito de "deficiência" como uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.
2001	- Declaração Internacional de Montreal sobre inclusão (2001).	- Todos os setores da sociedade recebem benefícios da inclusão e são responsáveis pela promoção e pelo progresso do planejamento e desenho

³ Nome originalmente utilizado no documento. Fonte: (Nações Unidas, 1975)

Ano	Políticas Públicas	Destaques
		inclusivos.
2002	- Declaração de Madri (2002).	- Inserção de pessoas com deficiência na corrente principal da sociedade; - “Nada Sobre Pessoas com Deficiência, Sem as Pessoas com Deficiência”.
2009	- Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.	- Ressalta os conceitos de pessoa com deficiência, comunicação, língua, discriminação por motivo de deficiência, adaptação razoável e desenho universal.
2015	- Declaração de Incheon “Educação 2030”: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos.	- Destaca-se o Objetivo n.4 do Desenvolvimento Sustentável — ODS 2030: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” em todos os contextos e em todos os níveis de educação.

Fonte: elaborado pela autora.

Em consonância com conferências e declarações internacionais que tratam da temática da educação inclusiva, para o objetivo deste trabalho, destaca-se:

- a) A Declaração Universal dos Direitos Humanos (NAÇÕES UNIDAS, 1948) apresenta os direitos e os deveres de cada indivíduo, trazendo em seu bojo a importância da inclusão, ressaltando a relevância do direito e do dever dos familiares à educação de seus filhos;
- b) A Conferência Mundial sobre a Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia (UNESCO, 1990), aborda a importância de garantir uma educação básica de qualidade para crianças até adultos em situação de vulnerabilidade, trazendo as abordagens não formais e comunitárias na garantia do acesso à educação e na atenção às diversas necessidades educacionais;

- c) A Declaração de Salamanca, no que tange à inclusão na educação, declara que: “Dentro das escolas inclusivas, crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva [...]” (NAÇÕES UNIDAS, 1994, p. 5). Esse documento aponta o valor da educação para todos e a relevância de ações voltadas a práticas inclusivas para a aprendizagem de todas as pessoas, independentemente de suas especificidades;
- d) A CDPD, denominada como Convenção de Guatemala, realizada em 28 de maio de 1999, apresentou diretrizes cruciais para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, que passaram a ser implementadas por meio do Decreto Legislativo nº198, de 13 de junho de 2001, entrando em vigor no Brasil a partir de 14 de setembro de 2001. Esse documento apresenta o conceito de deficiência como: “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social” (BRASIL, 2001, p. 1). No artigo XIV, demonstra o caráter social e global do documento, sendo o instrumento original escrito e divulgado em espanhol, francês, inglês e português de forma idêntica. Portanto, a Convenção relata a luta contra a discriminação enquanto princípio de condução das normativas sociais e relacionais, além das políticas educacionais e em diferentes frentes de atuação na sociedade, com vistas a promover a equiparação de oportunidades. A Convenção aborda questões cruciais ao tratar de oportunidades vinculadas à participação na comunidade. Reis (2019), em seu trabalho de doutorado, afirma que a CDPD aplica os direitos humanos à deficiência na busca de alterar o cenário de exclusão, exigindo dos diversos atores da sociedade ações concretas para sua implementação. As propostas seguem o modelo social de direitos humanos, no qual o meio é responsável pelas limitações da pessoa, na medida em que impõe barreiras arquitetônicas, de comunicação e atitudinais que impedem uma real inclusão social;
- e) A Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada em 30 de março de 2007, na cidade de Nova Iorque, tornou-se um divisor de águas pelo entendimento da expressão “pessoa com deficiência”, reforçando a relevância da pessoa - do ser humano. A configuração da deficiência não está resumida e reforçada na pessoa, mas sim no ambiente que não oferece e/ou dispõe de condições para que todos tenham autonomia e independência. O paradigma apresentado nesse documento gera uma importância nos espaços escolares, como espaços que promovam essa mudança em prol da garantia da inclusão e da acessibilidade (BRASIL, 2007).

A seguir, apresenta-se o Quadro 5 com as Políticas e Declarações Nacionais que se destacam para o tema abordado neste trabalho.

Quadro 5 — Políticas e declarações nacionais

Ano	Lei	Apresentação
1961	Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961	LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
1988	Constituição Federal de 1988, Art. 205 a 214, Art. 227	A educação é um direito de todos e um dever do Estado, da família e da sociedade.
1989	Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989	Integração social das pessoas com deficiência
1991	Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991	Cotas para pessoas com deficiência em empresas
1994	Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
1996	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Diretrizes e bases da educação nacional.
1999	Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
2000	Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Promoção da acessibilidade
2001	Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001	Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica
2001	Decreto legislativo de nº198 de 13 de junho de 2001	No Brasil, foi estabelecido a partir do dia 14 de setembro de 2001.
2001	Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
2007	Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007, do Ministério da Educação e do Desporto (MEC/SEESP)	Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais
2008	A Política Nacional de Educação Especial na	Garantia de qualidade no ensino e aborda o Atendimento Educacional

	Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2007)	Especializado.
2011	Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011.	Diretrizes para os recursos financeiros para o Atendimento Educacional Especializado;
2012	Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.	Política Nacional para pessoas com TEA
2013	Lei Federal 12.852 de 05 de agosto de 2013	Institui o Estatuto da Juventude
2014 - 2024	Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014	Plano Nacional de Educação - (Meta 4);
2015	Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015.	Lei Brasileira de Inclusão/ Estatuto da Pessoa com Deficiência
2018	Lei 13.632 de 06 de março de 2018.	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida.
2020	Decreto nº 10.502/2020 de 30 de setembro de 2020	Que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (REVOGADO)

Fonte: elaborado pela autora.

A LDBEN, de 1961, referia-se à PCD utilizando o termo “excepcionais”. Esse público foi citado no Título X, que tratava sobre a Educação de Excepcionais, conforme o artigo 88: “A educação de excepcionais, deve, no que fôr possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961, cap. III, tit. X).

Compreende-se que o texto não traz clareza quanto à expressão “no que for possível”, todavia já sinaliza um ideal de integrar essas pessoas à comunidade. Portanto, já se percebia um desejo inicial apresentado por uma perspectiva integrativa.

A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 227, estabelece: “É dever da família, da sociedade e do **Estado** assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à **educação**, ao lazer, à **profissionalização**, à cultura, à dignidade, ao respeito e

à liberdade, e à **convivência** familiar e **comunitária**" (BRASIL,1988, grifo da autora).

Portanto, a Constituição Brasileira representa um marco ao tratar do jovem com deficiência e do direito à educação, profissionalização e convivência comunitária, dentre outros temas relevantes. Esse dispositivo destaca a "absoluta prioridade" e, portanto, devolve ao Estado a obrigação de construir caminhos para o exercício do direito de viver desses cidadãos (BRASIL, 1988).

Ainda no que concerne às políticas desenvolvidas, destaca-se a Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social e sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), trazendo diferentes diretrizes, entre as quais se destacam:

- a) III - na área da formação profissional e do trabalho:
 - O apoio governamental à formação profissional e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional;

- b) IV - na área de recursos humanos:
 - a formação de professores de nível médio para a educação especial, de técnicos de nível médio especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores para formação profissional;
 - o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas à pessoa portadora de deficiência.

Destaca-se, ainda:

Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subseqüentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País (BRASIL, 1989).

A implementação de políticas públicas e a realização de pesquisas científicas são fundamentais para o avanço do conhecimento relacionado ao tema. Nesse contexto, a relevância de dados mais próximos e fidedignos nos permite tanto traçar um retrato do fenômeno quanto construir novas perspectivas de trabalho, evidenciando a importância dessa inserção no Censo Demográfico.

Considerando as Políticas Nacionais construídas a partir de paradigmas

mundiais em transformação, a LDBEN (nº 9.394/1996) trata, no Título III, do Direito à Educação e do Dever de Educar. Esse título remete a um diálogo de direitos e deveres de todos os envolvidos no exercício do “educar”, abordando, portanto, todos os cidadãos.

No artigo 1º, apresenta a Educação como um processo formativo que se desenvolve na família, na convivência humana (comunidade), nas instituições de ensino e pesquisa, e acrescenta, no §2º deste artigo, que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Trata-se de uma visão abrangente de formação para a atuação social com todos e por todos.

No artigo 2º, o mesmo texto dispõe que a

Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade, têm por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua **qualificação para o trabalho**. (BRASIL, 1996, tit. II, grifo da autora).

No artigo 3º, a LDBEN, ao tratar dos princípios, aborda, no parágrafo XIII, a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. Já o artigo 4º, parágrafo III, aborda o Atendimento Educacional Especializado (AEE) gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. Esse parágrafo foi atualizado na Lei nº 12.796, de 20 de dezembro de 1996, conforme segue:

Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1996, tit. III, art. 4, inc. III).

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, determina em seu artigo 2º que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

Ainda na mesma Resolução, em seu artigo 4º, consta:

Como modalidade da Educação Básica, a educação especial considerará as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características biopsicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos políticos e estéticos de modo a assegurar [...] (BRASIL, 2001).

Dentro desse contexto, surge o questionamento sobre quais instrumentos a escola utiliza para aferir as características biopsicossociais desses alunos desde 2001. Portanto, após duas décadas, observa-se que esse aspecto ainda está distante do cotidiano escolar. Se não encontramos, de forma clara, nos instrumentos de planejamento, ação e avaliação, qual será a perspectiva ou utilização desses instrumentos quando aplicados a outros segmentos de ensino, tais como cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), cursos livres e outras modalidades de ensino?

No aprofundamento das discussões, o inciso III do artigo 8º da Resolução CNE/CEB nº 2/2001 trata de “flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, **metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados** e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola” (BRASIL, 2001, grifo da autora).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007) ressalta que a educação de todos os cidadãos (com ou sem deficiência) não deve ser limitada ou tratada apenas na infância ou juventude, cabendo um caminho contínuo e um direito a ser exercido em todas as fases da vida, respeitando as necessidades e potencialidades dos indivíduos em prol da inclusão. Aponta, ainda, para a necessidade de articulação entre diferentes modalidades de ensino (educação básica, educação profissional, educação de jovens e adultos - EJA, entre outras).

Por conseguinte, a promulgação do documento produzido na Convenção, como Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, explicita pontos significativos para este trabalho, pois estabelece esse pressuposto logo em seu Preâmbulo:

a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação

dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

Ainda sobre a área da inclusão para o público jovem e adulto com DI e outras, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, embora trate do AEE, também dispõe sobre a importância de que os direitos desses sujeitos sejam garantidos e assegurados dentro das comunidades, permitindo a convivência e participação ao longo da vida e em todas as esferas da sociedade como lazer, educação, cultura e trabalho, dentre outras. Portanto, é um documento que trata não apenas da inclusão no ambiente escolar, mas na comunidade em geral (BRASIL, 2011).

No dia 06 de julho de 2015, a Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (LBI)/Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi aprovada, sendo um marco crucial e democrático na construção abrangente de uma legislação voltada para esse público. Esta lei tem sido a grande difusora, entre outras, dos recursos de acessibilidade de forma abrangente e sinalizando áreas de extrema relevância dentro do contexto educacional, além de citar diferentes pilares, tais como transporte, turismo, trabalho, saúde e educação.

Contudo, a LBI ainda representa o documento nacional referência ao tratar da garantia dos direitos desses sujeitos jovens e adultos com DI. Destaca-se, neste trabalho, o artigo 27, que afirma que a educação, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Acrescenta, no artigo 28, que o Poder Público, em articulação com empresas e outras entidades, promoverá a qualificação profissional de pessoas com deficiência, considerando as necessidades do mercado de trabalho (BRASIL, 2015).

A LBI e o Decreto nº 6.949, que trata da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, reforçam a relevância de processos que promovam a inclusão, tornando-se crucial para o estabelecimento de ações inclusivas. Esse decreto tinha por objetivo promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, promovendo o respeito por sua dignidade inerente.

O mesmo apresenta a evolução da definição das pessoas com

deficiência, a saber:

são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2009)

Shimite e Silva (2023), ao tratar sobre a LBI, afirmam que ela configura uma síntese dos decretos e portarias publicados anteriormente, todavia, agora com o princípio da lei. Acrescentam que, nos diferentes conceitos apresentados, buscou-se esclarecer os tipos de barreiras que acometem o desenvolvimento de uma PCD, a saber:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade, de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificados em: a. barreiras urbanísticas: as existentes em vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; b. barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; c. barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes; d. barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação. e. barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; f. barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015).

O artigo 27º da mesma Lei, em seu parágrafo único, determina que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

E acrescenta, no parágrafo único, que:

é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar Educação de qualidade às pessoas com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015).

A LBI (BRASIL, 2015), ao tratar sobre a garantia ao trabalho, nos artigos 29 e 40, afirma que a PCD tem direito ao trabalho, sendo-lhe asseguradas as condições adequadas para o desempenho de suas atividades profissionais, incluindo a adaptação do ambiente de trabalho, quando necessário. Afirma ainda que o Estado promoverá políticas públicas voltadas para a promoção da **participação plena e autonomia** das pessoas com deficiência, visando à eliminação das barreiras sociais, culturais e psicológicas (BRASIL, 2015).

Portanto, é imprescindível destacar que, no contexto da convivência comunitária, as políticas nacionais oferecem o respaldo necessário às diferentes iniciativas e ações que viabilizam a participação efetiva desses sujeitos, permitindo o acesso aos diferentes espaços e lugares em busca do exercício e do apoio quando se trata da inclusão educacional e social. Sendo assim, tais políticas garantem a educação e a qualificação profissional desses indivíduos.

Quadro 6 — Políticas Públicas do Estado do Rio de Janeiro voltadas a educação especial numa perspectiva inclusiva nos últimos 10 anos

2013	Lei Estadual nº 6.433 de 15 de abril de 2013	Institui disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas escolas técnicas do Estado do Rio de Janeiro.
2016	Deliberação do Conselho Estadual de Educação CEE/RJ de nº 355	Estabelece normas para regulamentar o Atendimento Educacional Especializado, nas formas complementar e suplementar, buscando eliminar barreiras que possam obstar o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, no sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro.
2022	Deliberação CEE/RJ nº 399/2022 de 26 de abril de 2022	Altera dispositivos da Deliberação nº 355, de 14 de junho de 2016 e estabelece normas complementares para implementação de ações de inclusão educacional e digital, buscando eliminar barreiras que possam obstar o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades, superdotação e necessidades específicas para aprendizagem no sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: elaborado pela autora.

No que tange a este estudo, é importante destacar que, na perspectiva do cumprimento de políticas públicas enquanto garantia de direitos das pessoas

com deficiência que buscam acesso às escolas técnicas do Estado do Rio de Janeiro, apresenta-se a Lei Estadual nº 6433, de 15 de abril de 2013, que institui o sistema de cotas para ingresso nas escolas técnicas do Estado do Rio de Janeiro e promove providências relacionadas a esse fim, a saber:

Art. 1º Com vistas à redução de desigualdades étnicas, sociais e econômicas, deverão as Escolas Técnicas do Estado do Rio de Janeiro estabelecer cotas para ingresso nos seus cursos técnicos aos seguintes estudantes carentes: §4º Serão destinadas também, para preenchimento das vagas objeto desta lei, as cotas para pessoas portadoras de deficiência, nos termos da legislação em vigor. (RIO DE JANEIRO, 2013).

Ademais, é de singular relevância retornar e considerar a Lei Federal nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. No Capítulo II, sobre os Direitos dos Jovens, na Seção II, que trata do Direito à Educação, esse dispositivo dispõe:

Art. 7º O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada. § 4º É assegurada aos jovens com deficiência a inclusão no ensino regular em todos os níveis e modalidades educacionais, incluindo o atendimento educacional especializado, observada a acessibilidade a edificações, transportes, espaços, mobiliários, equipamentos, sistemas e meios de comunicação e assegurados os recursos de tecnologia assistiva e adaptações necessárias a cada pessoa (BRASIL, 2013).

E ainda destaca, nos artigos a seguir:

Art. 9º O jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente. Art. 10. É dever do Estado assegurar ao jovem com deficiência o atendimento educacional especializado gratuito, preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL, 2013).

Conforme a Seção III, o artigo 15 apresenta que cabe ao poder público a responsabilidade pela efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda, contemplando a adoção das seguintes medidas: “VII - apoio ao jovem trabalhador com deficiência, por meio das seguintes ações: a) estímulo

à formação e à qualificação profissional em ambiente inclusivo;” (BRASIL, 2013).

Em 2014, foi apresentado o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005 do mesmo ano. Segundo Fernandes e Delou (2021), no Livro *Planos Municipais de educação do Rio de Janeiro: análise comparativa da META 4 do Plano Nacional de Educação*, o PNE tem por princípio ser um documento estratégico que vigorará e traçará parâmetros no Brasil por dez anos, isto é, até 2024. As discussões para a construção desse documento iniciaram-se na Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, e culminaram com a aprovação no Congresso Nacional. Uma marca significativa é que representa uma perspectiva decenal e democrática, ultrapassando diferentes governos.

Nesse contexto, cabe aos diferentes estados e municípios gerenciar as ações, tendo por base a autonomia na tomada das decisões coerentes com a realidade e necessidade de cada região.

O PNE cumpre a função de articular os esforços nacionais em regime de colaboração, tendo como objetivo universalizar a oferta da etapa obrigatória (de 04 a 17 anos), elevar o nível de escolaridade da população, elevar a taxa de alfabetização, melhorar a qualidade da educação básica e superior, ampliar o acesso ao ensino técnico e superior, valorizar os profissionais da educação, reduzir as desigualdades sociais, democratizar a gestão e ampliar os investimentos em educação (BRASIL, 2024d).

A Meta 4 aborda o público de pessoas com deficiência. Segundo Castro (2022), o trecho apresenta os seguintes objetivos: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao AEE, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Em outras esferas estaduais, o artigo 17 da Deliberação nº 355, de 14 de junho de 2016, passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17. As escolas e as IES do Sistema Estadual de Ensino devem atender estudantes que requeiram atendimento educacional especializado, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do

currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração dos setores responsáveis pela Educação Especial e pela Educação Profissional das respectivas Secretarias, SEEDUC e SECTI, bem como dos docentes especialistas na área de Educação Especial das IES do Sistema Estadual de Ensino (RIO DE JANEIRO, 2016).

Já no capítulo V da Educação Especial, destaca-se, no §3º, que a oferta da Educação Especial tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida (redação dada pela Lei nº 13.632 de 2018, que dispõe sobre a Educação e aprendizagem ao longo da vida). Cabe ressaltar que, diante do exposto, os agentes educacionais serão responsáveis por promover educação aos cidadãos brasileiros ao longo de sua vida (RIO DE JANEIRO, 2016).

Portanto, evidencia-se a relevância da qualificação profissional dos diversos agentes educacionais como alicerce para a implementação de ideais tão desafiadores quanto contemporâneos, em uma mudança paradigmática. Tal mudança poderá fomentar a criação de diferentes mecanismos para a redução das desigualdades educacionais brasileiras e impulsionar metodologias de ensino mais globalizantes e inovadoras.

Contudo, no ano de 2020, as discussões sobre os direitos das pessoas com deficiência sofreram uma comoção social a partir do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 (BRASIL, 2020), que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. O decreto visava programar ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao AEE aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2020).

Após a cerimônia e a publicação do respectivo decreto, identificou-se, em aproximadamente 26 dias, uma polarização de opiniões e interpretações oriundas dos diferentes segmentos da sociedade (ROCHA; MENDES; LACERDA, 2021, p. 7). Após vários pedidos impetrados, em dezembro de 2020, a instância do Supremo Tribunal Federal impediu a publicação (SHIMITE; SILVA, 2023). Assim, foi determinada a suspensão da eficácia do decreto e finalizado o julgamento virtual sobre a PNEE-2020. Posteriormente, no dia 3 de fevereiro de 2021, foi publicado o despacho deferindo medida cautelar para suspender os efeitos do Decreto nº 10.502, subsidiando o julgamento definitivo da matéria.

Por conseguinte, a Deliberação Estadual CEE/RJ nº399/2022, publicada

em 26 de abril de 2022, delibera, em seu parágrafo 4º do artigo 1º, que

o atendimento educacional especializado será oferecido em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos educandos, nas formas complementar e suplementar, e poderá ser realizados em escolas comuns ou serviços educacionais especializados, públicos ou conveniados, em função das condições específicas dos estudantes; identificadas por meios e avaliação pedagógica e, quando necessária, biopsicossocial, de acordo com a estratégia 4.4 do PNE (RIO DE JANEIRO, 2022).

Logo, a mesma Deliberação reforça a perspectiva de um atendimento e atenção ao processo de aprendizagem de cada aluno de forma global e trata de diferentes recursos, a saber, no artigo 3º:

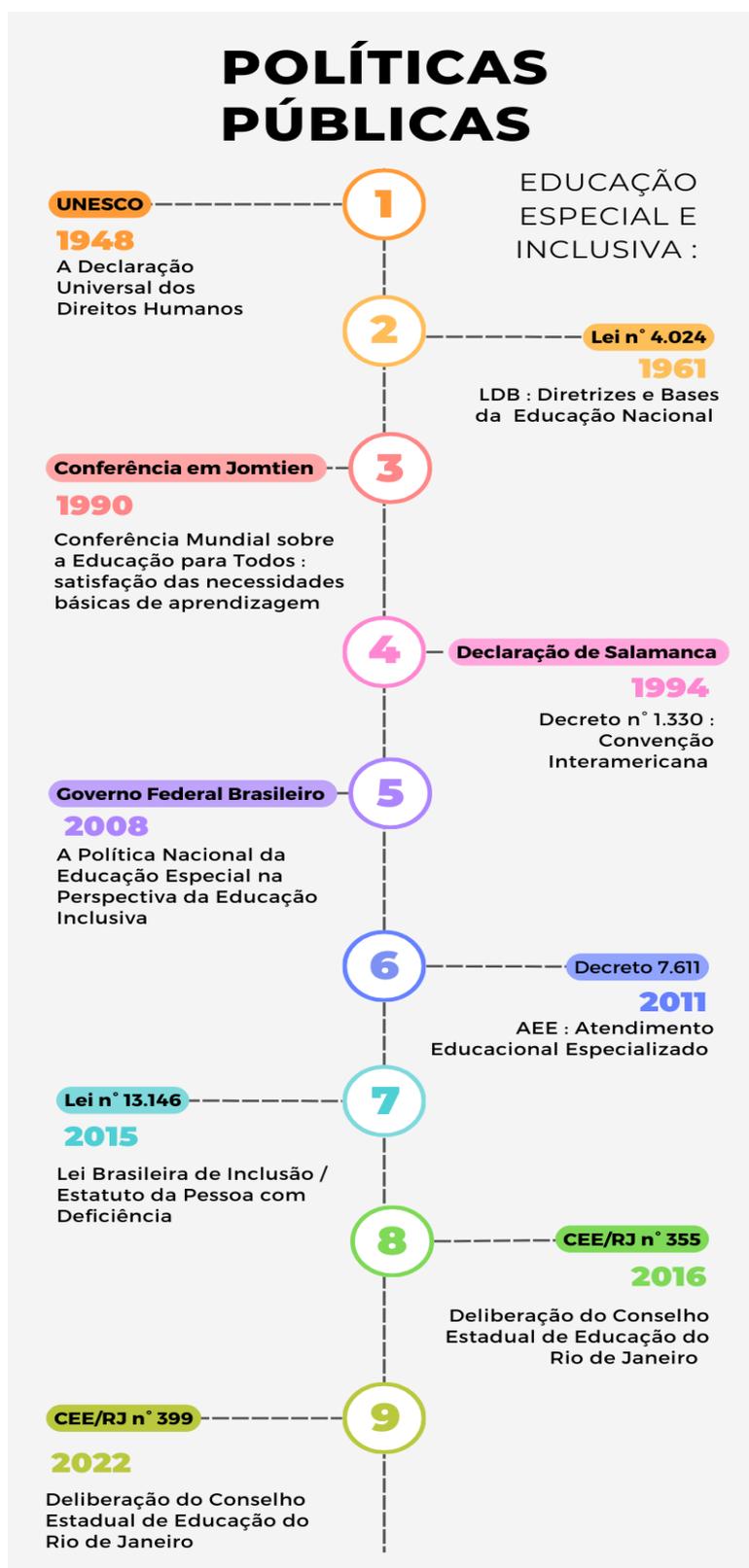
A Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC/RJ e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI devem manter em suas estruturas setores responsáveis pela Educação Especial, dotados de **recursos materiais, humanos e financeiros**, que viabilizem e dêem sustentação ao **processo de construção e manutenção da Educação Inclusiva**. [...] § 2º. [...] d) recursos pedagógicos voltados para o ensino mediado por tecnologias (RIO DE JANEIRO, 2022, grifo da autora).

Por se tratar de um documento norteador e um dos mais recentes para a aplicação das Políticas de Educação Especial e Inclusiva no Estado do Rio de Janeiro, salientam-se algumas ações voltadas para as unidades educacionais no artigo 5º:

Quando necessária, a avaliação do educando será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, conforme dispõe o Art. 2º, da Lei nº 13.146/2015 preferencialmente considerando-se laudo médico, orientado pela Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) da Organização Mundial de Saúde (OMS) (RIO DE JANEIRO, 2022).

Para ilustrar a ordem cronológica das Políticas Públicas tratadas nesta seção, foi elaborada a Figura 7:

Figura 7 — Principais Políticas Públicas em Educação Especial e Inclusiva



Fonte: elaborado pela autora.

Portanto, constata-se o quanto a construção de Políticas Públicas voltadas para esse público representa uma evolução histórica, acompanhando as discussões, principalmente no que se refere às garantias de direitos e à visão de cidadania, decorrentes da busca por um posicionamento mais amplo e ativo na sociedade. Ciente das lutas dos diferentes grupos sociais e das conquistas estabelecidas, observa-se a existência de desconhecimento e de barreiras atitudinais e paradigmáticas enfrentadas pelas pessoas com DI. É relevante sinalizar que essa constatação aponta que a segregação social é combatida quando, no contexto das garantias de direitos, surgem novas concepções a partir da vivência dos fenômenos, sendo a educação um dos principais canais de transformação social.

Configura-se, assim, como responsabilidade das unidades educacionais proporcionar a garantia dos direitos dos educandos com DI, por meio de um AEE pautado em uma nova visão e concepção mais contemporânea. Com base nas diretrizes legais estabelecidas, é essencial e qualitativamente existencial promover o atendimento aos alunos jovens e adultos, de acordo com suas aspirações pessoais e profissionais. Essa promoção possibilita aos educandos ultrapassar as barreiras sociais impostas por sua condição de deficiência, permitindo-lhes, de forma ativa e criativa, expressar-se e criar novas hipóteses de aprendizagem, vivenciando o conhecimento de maneira mais livre e libertária. Essa abordagem está alinhada a um paradigma mais plural, como o da funcionalidade, que será explorado em maior profundidade a seguir, em consonância com o contexto educacional deste século.

2.5.1 Caracterização do contexto educacional de 2019 a 2023

Sob uma perspectiva metodológica de análise, pode-se observar que os dados estatísticos apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apresentam alguns indicadores relevantes para destacar e compreender melhor a perspectiva de permanência desses sujeitos no âmbito escolar. Esses números foram divulgados em 22 de fevereiro de 2024 pelo MEC e pelo INEP, fornecendo um panorama do acesso à educação especializada para alunos com deficiência no país.

Figura 8 — Total das matrículas da educação básica no Brasil e da educação especial em 2023



Fonte: Inep Data, 2024.

Nesse momento do trabalho, o foco inicial recai sobre os dados relacionados à educação profissional, devido à faixa etária contemplada na pesquisa. Em seguida, serão abordados os dados da educação especial, sob a perspectiva da Educação Inclusiva.

Tabela 1 — Número de matrículas da educação profissional por modalidade, segundo o ano de 2019- 2023

Ano	Modalidade					
	Total	Ensino Médio				FIC
		Integrada	Prof. conc.	Prof. sub.	EJA	
2019	1.914.749	623.178	252.221	962.825	36.750	39.775
2020	1.936.094	688.689	236.320	936.547	39.921	34.617
2021	1.892.458	726.991	248.066	836.040	40.444	40.917
2022	2.152.506	794.955	287.320	947.905	39.591	82.735
2023	2.413.825	823.587	331.514	1.078.193	38.313	142.218

Fonte: Brasil, 2024a.

Diante dos dados apresentados, observa-se que, em 2019, a matrícula nos cursos de FIC era de 39.775 pessoas e, em 2023, esse número aumentou significativamente para 142.218 indivíduos matriculados nessa modalidade de ensino, representando um crescimento aproximado de 257,56%. Esses dados apontam para hipóteses a serem consideradas ao se tratar das características dos cursos de FIC, por prepararem o cidadão para o mercado de trabalho.

No que diz respeito ao público da educação especial e visando uma

compreensão mais abrangente do contexto, o órgão conceitua educação especial como uma modalidade de educação escolar que integra a proposta pedagógica da escola regular, promovendo, entre outras ações, o AEE aos alunos com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação.

Tabela 2 — Número de matrículas da educação especial por etapa de ensino, de 2019-2023

Ano	Etapa de ensino					
	Total	Educ. Inf.	Ens. Fund.	Ens. méd.	Prof. con/sub	EJA
2019	1.250.967	107.955	885.761	126.029	4.784	126.438
2020	1.308.900	110.738	911.506	148.513	6.206	131.937
2021	1.350.921	114.758	928.359	173.935	6.019	127.850
2022	1.527.794	183.510	1.001.139	204.233	8.830	130.082
2023	1.771.430	284.847	1.114.230	223.258	13.859	135.236

Fonte: Brasil, 2024a.

No quadro apresentado sobre o número de alunos com deficiência, transtornos do espectro do autismo e altas habilidades, utilizou-se como parâmetro a análise dos dados concernentes ao ensino infantil, fundamental, médio e da educação profissional concomitante e/ou subsequente e EJA, por compreenderem a faixa etária relacionada ao perfil da dissertação da pesquisa. As informações fornecidas pelo INEP (BRASIL, 2024b) apontam o número crescente de matrículas desses alunos. O número de matrículas da educação especial chegou a aproximadamente 1,8 milhão em 2023, um aumento de 41,6% em relação a 2019.

Do ensino fundamental para o ensino médio, já se percebe um decréscimo no número de matrículas, pois, dos 885.761 alunos, apenas 126.029 foram para o ensino médio, representando um decréscimo de aproximadamente 85,79% em 2019; e, de 1.114.230 matriculados no fundamental em 2023, apenas 223.258 foram para o ensino médio, portanto, um decréscimo de cerca de 79,98%.

Figura 9 — Resultados do Censo Escolar de 2023



Fonte: Brasil, 2024c.

Essa figura aborda que, em 2023, o Censo Escolar informa que o Brasil registrou cerca de 1.771.430 matrículas na educação especial, sendo a maior concentração no ensino fundamental, com cerca de 62,90% das matrículas, correspondendo a 1.114.230 matrículas. No total de matrículas (Tabela 3), 53,7% são de alunos com DI (952.904). Em seguida, 35,9% (636.202) de estudantes com TEA; logo após, 163.790 com deficiência física; 86.867 com baixa visão; 41.491 com deficiências auditivas; 38.019 com altas habilidades ou superdotação; 20.008 com surdez; 7.321 com cegueira e 693 casos de surdocegueira. Os dados apontam 88.885 estudantes que possuem duas ou mais deficiências combinadas (BRASIL, 2024c).

Tabela 3 — Tipos de deficiência, matrículas e porcentagem de alunos pelo Censo Escolar de 2023

Tipo de Deficiência	Número de Matrículas	Porcentagem
Deficiência Intelectual	952904	53,7%
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	636202	35,9%
Deficiência Física	163790	9,2%
Baixa Visão	86867	4,9%
Deficiência Auditiva	41491	2,3%
Altas Habilidades ou Superdotação	38019	2,1%
Surdez	20008	1,1%
Cegueira	7321	0,4%
Surdocegueira	693	0,04%
Duas ou mais deficiências combinadas	88885	5,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Considerando a faixa etária de 4 a 17 anos da educação especial (Tabela 4), verifica-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classes comuns também vem aumentando gradativamente nas unidades educacionais

públicas, passando de 97,6% em 2019, para 98,4% em 2023. Nas escolas estaduais, o percentual dos matriculados passou de 98,3% para 98,9% em 2023.

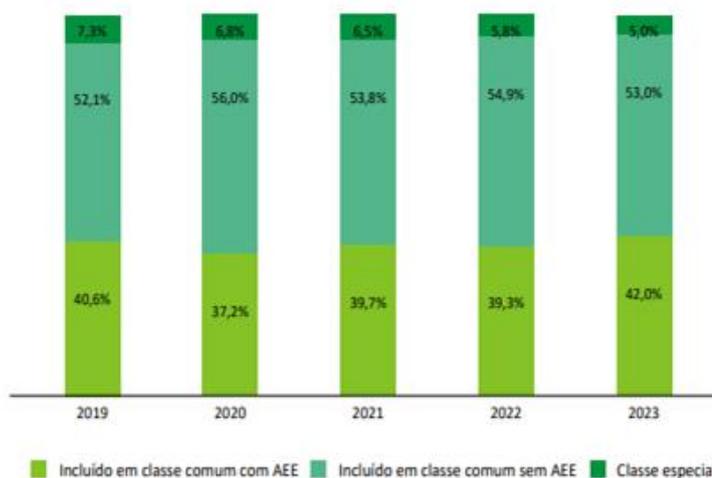
Tabela 4 — Percentual de alunos de 4 a 17 anos da educação especial incluídos em classes comuns de 2019-2023

Ano	Dependência administrativa					
	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2019	92,7%	97,6%	91,2%	98,3%	97,3%	55,7%
2020	93,2%	97,8%	90,9%	98,6%	97,5%	57,6%
2021	93,5%	98,0%	91,9%	98,7%	97,6%	56,8%
2022	94,2%	98,2%	93,2%	98,9%	97,8%	63,6%
2023	95,0%	98,4%	94,2%	98,9%	98,2%	69,8%

Fonte: Brasil, 2024a.

Os números são crescentes quando se aborda o número de alunos da educação especial na Educação Básica nos últimos cinco anos.

Gráfico 1 — Percentual de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns (com e sem atendimento educacional especializado) ou classes especiais exclusivas - Brasil - 2019-2023



Fonte: Brasil, 2024b.

Em 2019, o percentual de alunos incluídos era de 92,7% e passou para 95% em 2023. O percentual de alunos incluídos em classes comuns com acesso às turmas de AEE passou de 40,6% em 2019 para 42% em 2023.

O relatório intitulado *Pessoas com deficiência: diagnóstico com base nos*

dados e informações disponíveis em registros administrativos, pesquisas e sistemas do Governo Federal, organizado e disponibilizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania em outubro de 2023, tem como objetivo apresentar o quantitativo e o perfil sociodemográfico das pessoas com deficiência no Brasil. Além disso, busca analisar suas condições de vida em diversas fontes de dados como a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio Contínua, Censo da Educação Básica, Base de Dados sobre os Benefícios de Prestação Continuada, PNS, entre outras.

Os dados apresentados no Relatório (BRASIL, 2023) apontam que:

- a) A taxa de analfabetismo entre pessoas acima de 15 anos com deficiência (19,5%) é bastante superior à das pessoas acima de 15 anos sem deficiência (4,1%). A cada 10 pessoas com deficiência de 15 anos ou mais, cerca de duas são analfabetas;
- b) Mais de 63% das pessoas com deficiência de 25 anos ou mais não possuem educação formal ou têm apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto esse índice é de aproximadamente 30% entre as pessoas sem deficiência;
- c) No Brasil, a taxa de escolarização na população geral é quase universal para crianças, mas diminui com o aumento da idade e na presença de deficiências. Dos 6 aos 14 anos, a taxa de escolarização entre crianças e adolescentes sem deficiência é de 99,4%, enquanto entre pessoas com deficiência é de 95,1%. Dos 15 aos 17 anos, esse percentual reduz para 93% entre adolescentes sem deficiência e 84,6% entre adolescentes com deficiência.

Esses dados evidenciam uma tendência de redução dos índices de escolarização e educação desses jovens e adultos com DI, destacando uma lacuna significativa no exercício de seus direitos educacionais, o que demanda a elaboração de diretrizes específicas e estratégias para um tempo mais contemporâneo e desafiador.

Ao focar na temática relacionada ao público jovem-adulto, o trabalho apresentará as instituições especializadas e os centros de referência de atendimento especializado como modalidades de ensino previstas na Deliberação nº 399/2022 (RIO DE JANEIRO, 2022). Esses espaços continuam a desempenhar um determinado papel no atendimento educacional a esses sujeitos.

De acordo com Lopes e Soares (2014), ao abordar a questão educacional do jovem adulto com DI, destaca-se o papel das instituições especializadas voltadas à inclusão como uma modalidade educacional oferecida. Essas instituições são percebidas como um caminho para as famílias garantirem a aprendizagem e o desenvolvimento desses sujeitos.

Portanto, as escolas e classes especiais não deixaram de existir durante a vigência da Política Nacional de Educação Especial de 2008, como se pode observar nos dados da Região Sudeste apresentados no Censo Escolar de 2019 a seguir (Tabela 5):

Tabela 5 — Número de escolas especiais, classe /escolas especiais e estudantes do público da educação especial

	Nº de escolas especiais	Nº de classe e escolas especiais	Nº de estudantes do público da educação especial
São Paulo	395	480	203.389
Minas Gerais	385	414	142.098
Rio Grande do Sul	190	222	95.508
Rio de Janeiro	64	421	74.928

Fonte: Brasil, 2020b.

Portanto, Lopes e Soares (2014) questionam se há uma possível lacuna existente na proposta de educação inclusiva e a inclusão educacional e social de jovens e adultos com DI. Os autores perguntam se há modelos de intervenção mais eficientes e eficazes com resultados científicos. Perguntam se existe um modelo que poderia promover, de forma ativa, a inserção dos jovens e adultos com DI tanto no mundo do trabalho quanto na sociedade.

Em um mundo marcado pelo avanço em sistemas tecnológicos e pela consolidação de um universo amplamente digital, emerge uma problemática central: se esses indivíduos jovens e adultos com DI não estiverem no ambiente escolar ou de aprendizagem, em que espaços de desenvolvimento humano e/ou comunitário estarão inseridos em um mundo cada vez mais tecnológico e

globalizado?

Assim, cabe à pesquisadora, por meio desta investigação, buscar fomentar o avanço e o aprofundamento do conhecimento nessa área, bem como suscitar a importância de uma mudança paradigmática, de modo a contribuir de maneira inovadora e fundamentada para a compreensão e o enfrentamento dessas problemáticas. Esse trabalho visa assegurar que tais questões sejam reconhecidas em sua relevância, promovendo a garantia dos direitos educacionais dos jovens e adultos com DI ao ensino no contexto comunitário.

2.6 A pessoa com deficiência intelectual e a funcionalidade: um enquadramento epistêmico com a AAIDD

O conceito da deficiência/impedimento intelectual implica reflexões e considerações ligadas a uma evolução social que visa contemplar o contexto histórico, legal, de inquietações e argumentos relacionados à condição desses indivíduos.

Portanto, cabe ressaltar, como pressuposto teórico principal deste trabalho, o conceito de funcionalidade da *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde* (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2003), bem como autores como Biz (2019) e Thompson *et al.* (2004). Nesse contexto, enfatiza-se a contribuição histórica da AAIDD para subsidiar mudanças paradigmáticas significativas.

A AAIDD é uma organização fundada por responsáveis e profissionais que promove políticas progressivas, pesquisas sólidas, práticas eficazes e direitos humanos universais para pessoas com DI e de desenvolvimento. Sendo referência na produção científica e na atenção à pessoa com DI, desde 1876 desenvolve estudos ligados a essa temática. Na época, denominada como Associação Americana de Instituições para Idiotas e Outras Pessoas Deficientes, tinha como propósito atuar junto às instituições, buscando sua melhoria para o atendimento às pessoas com DI (AAIDD, 2021).

Em 1921, a organização revisou sua identidade, passando a se chamar Associação Americana para o Estudo da Deficiência Mental (*American Association for the Study of Mental Deficiency* - AASMD). Essa mudança refletiu

a intenção de suscitar uma abordagem mais voltada à orientação de pesquisas e à compreensão da deficiência mental, termo utilizado à época.

Nas décadas posteriores, a organização buscou ampliar sua atuação, inicialmente voltada para crianças, passando a atender também adultos, buscando propiciar suportes e serviços voltados à garantia à educação, trabalho e direitos a esses sujeitos.

Mais tarde, em 2007, a organização passou a se chamar como é conhecida atualmente: *Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD)*. Essa mudança refletiu uma busca por atualização e abrangência ao tratar das pessoas com DI e demais deficiências ligadas ao desenvolvimento.

Atualmente, a missão da AAIDD é promover políticas progressistas, pesquisas sólidas, práticas eficazes e direitos humanos universais para pessoas com deficiência intelectual e de desenvolvimento (AAIDD, 2025a).

A Associação tem por objetivos aprimorar a capacidade dos profissionais que trabalham com pessoas com DI e de desenvolvimento, bem como promover o desenvolvimento de uma sociedade que inclua plenamente esses indivíduos. Dentre seus valores fundamentais, destacam-se:

- a) Cultivar e fornecer liderança no campo das deficiências intelectuais e de desenvolvimento, abrangendo uma diversidade de disciplinas, culturas e perspectivas;
- b) Melhorar as habilidades, conhecimentos, recompensas e condições das pessoas que trabalham no campo, além de incentivar os alunos promissores a seguir carreiras no campo das deficiências intelectuais e de desenvolvimento;
- c) Promover a garantia de todos os direitos humanos das pessoas com DI e de desenvolvimento, incluindo igualdade, dignidade individual, escolha e respeito, além de promover acomodações genuínas para expandir a participação em todos os aspectos da vida dessas pessoas, oportunidades de escolha e autodeterminação, e acesso a serviços e apoios de saúde, educação, vocacional e outros serviços humanos de qualidade;
- d) Influenciar atitudes positivas e conscientização pública para as contribuições das pessoas com DI e de desenvolvimento;
- e) Estabelecer parcerias e alianças estratégicas com organizações que compartilham seus valores e objetivos.

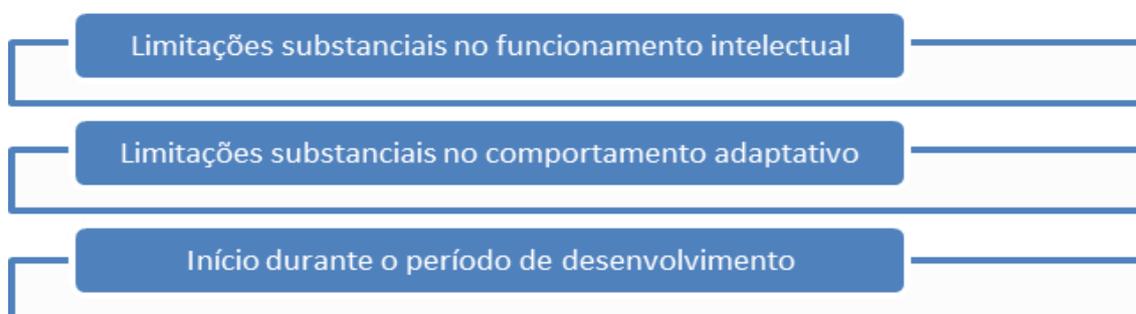
Nas pesquisas realizadas, foi possível identificar a AAIDD como uma organização crucial para os estudos da pessoa com DI, especialmente no que se refere às relações estabelecidas com os estudos da SIS, que será abordada a seguir.

Portanto, ao longo dos anos, os estudos sobre a terminologia da DI evidenciam a evolução conceitual e histórica da condição. Como parâmetro, apresentam-se duas vertentes para compreensão, com um distanciamento temporal de duas décadas para o conhecimento sobre o tema. É importante ressaltar que o conceito reflete um signo que abrange tanto a perspectiva do significativo quanto do significado, trazendo novas percepções de cada fenômeno.

Segundo a AAIDD (2010), a DI refere-se a um funcionamento intelectual inferior à média (QI), associado a limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho), que ocorrem antes dos 18 anos de idade (LUCKASSON *et al.*, 2002).

Junto a AAIDD, organizações acadêmicas, tais como a Associação Psiquiátrica Americana e a Organização Mundial da Saúde (OMS), vem elencando há mais de 50 anos as nuances da definição da DI nas três vertentes principais, a seguir:

Figura 10 — Vertentes principais da definição da DI



Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com Ferreira *et al.* (2018), o conceito mais atualizado da DI aponta para "perspectivas multidimensionais" e apresenta foco no âmbito

funcional e na necessidade de apoios para o aprimoramento das funcionalidades. Esse conceito visa garantir que esses indivíduos sejam vistos e incluídos, evidenciando a evolução histórica e social dos últimos anos.

Portanto, seguindo a evolução epistemológica e social dos conceitos, a AAIDD, cumprindo seu papel e missão, apresenta atualizações e define o conceito da seguinte forma:

A deficiência intelectual é uma condição caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo que se origina **antes dos 22 anos de idade**. (AAIDD, 2021a, tradução e grifo da autora)

Na sua 12ª edição do Manual, a AAIDD define o final do período de desenvolvimento como a idade de 22 anos, com base em pesquisas contemporâneas que mostraram que um importante desenvolvimento do cérebro continua até os 20 anos. Além disso, e conforme discutido mais adiante no Manual, esta idade de início também é consistente com os padrões utilizados para um diagnóstico de DI no DSM-5 e na CID-11 e para a elegibilidade de serviço pela Administração da Segurança Social dos EUA. (AAIDD, 2021b, tradução da autora)

A AAIDD ressalta que não se espera mudanças nas definições operacionais ao longo do período de desenvolvimento que possam gerar impacto nas taxas de prevalência, pois percebe-se que a maioria dos diagnósticos e laudos de DI ainda ocorre na infância. Porém, a atualização proposta permitirá que o diagnóstico também possa ser identificado próximo ao final do período de desenvolvimento.

Em seus escritos, a AAIDD apresenta o conceito de funcionamento intelectual, também conhecido como inteligência (sic Associação), que se refere à capacidade mental geral, como aprendizagem, raciocínio, resolução de problemas, entre outras. A organização acrescenta o uso do teste de QI com balizador para a aferição do funcionamento intelectual, destacando que um resultado no teste próximo de 70 ou até 75 indica uma limitação significativa nesse funcionamento.

Neste trabalho científico, observa-se esse conceito, reconhecendo que outros autores, como Gardner (1995) e seus estudos sobre inteligências múltiplas, e Goleman (1995), com a inteligência emocional, apresentam diferentes concepções de inteligência, igualmente relevantes para estudos afins. Portanto, o indicador de funcionamento intelectual, evidenciado em testes e

avaliações pertinentes, torna-se um elemento central para a finalidade deste estudo: compreender a funcionalidade como um novo paradigma a ser percorrido e absorvido socialmente.

A AAIDD também pontua a importância dos apoios individualizados para o sujeito com DI, considerando uma perspectiva ecológica, no contexto da interação sujeito-ambiente. Assim, a concepção sócioecológica busca o entendimento da construção da identidade do indivíduo com deficiência, considerando seu bem-estar, autoestima e realização (SCHALOCK *et al*, 2007 *apud* GONÇALVES, 2014).

2.6.1 O paradigma da funcionalidade

A funcionalidade é um conceito que tem sido discutido ao longo dos anos, com diferentes formas de abordagens e problematizações.

A etimologia da palavra “funcionalidade” é formada por derivação sufixal a partir da palavra “funcional” e do sufixo “-idade”. Funcional vem do latim *functionalis*, derivado de *functio/functionis*, que significa “execução, desempenho, atividade”. A palavra *Functio* é formada a partir do verbo *fungor*, que significa “desempenhar, executar, cumprir”. Já o sufixo -idade provém do latim *-itas, -itatis*, que indica “qualidade, estado ou condição”. Portanto, “funcionalidade” é a qualidade ou estado de ser funcional, ou seja, a capacidade de desempenhar funções ou cumprir tarefas de maneira eficaz (OPENAI, 2024).

A partir dessa concepção, buscou-se entender o conhecimento de outros autores e referenciais teóricos da área da saúde, em um diálogo e aprofundamento necessários para maior compreensão no que se refere às pessoas com deficiência ou limitações.

De acordo com Biz (2019, p. 23), “as pessoas com deficiência e os domicílios detentores de algum membro com deficiência enfrentam as piores realidades econômicas e sociais se comparados às pessoas sem deficiência”. Sob essa ótica, observa-se o quanto indivíduos em condições de saúde semelhantes podem apresentar diferentes níveis de funcionalidade e em expressões diversas, exatamente devido às correlações entre o ambiente onde estiverem inseridos, a qualidade das relações na comunidade e suas condições pessoais, incluindo aspectos econômicos, culturais e de habilidades.

Portanto, em consonância com a relevância de uma avaliação globalizante, buscou-se a transição do modelo médico para o modelo biopsicossocial (BRASIL, 2015), com o intuito de alcançar as diferentes vertentes e políticas voltadas ao atendimento das pessoas com deficiência. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), organizada pela OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2003), foi elaborada com o princípio e modelo que integra e avalia, de forma qualitativa e quantitativa, um determinado indivíduo (esteja na condição de deficiência ou não). O propósito da CIF é a descrição desse funcionamento, relacionando a funcionalidade do sujeito com o ambiente, atuando diretamente na sua autopercepção, bem como na percepção dos diferentes membros da comunidade.

A CIF e seu modelo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2003) apresentam aspectos e dimensões significativas ao abordarmos, sob um enfoque mais sistêmico e ecológico, as condições de saúde de uma pessoa. Neste contexto, a CIF se apresenta dividida em dois grandes âmbitos: **funcionalidade e incapacidade**, que aborda as questões voltadas às funções e estruturas do corpo, além das nuances de atividades e participação; e os **fatores contextuais**, voltado à perspectiva dos fatores ambientais e pessoais entre as pessoas e o ambiente.

A CIF não está associada a problemas de saúde ou doenças específicas; ela descreve as dimensões de funcionalidade associadas em múltiplas perspectivas nos níveis corporal, pessoal e social [...] A funcionalidade de um indivíduo em um domínio específico reflete uma interação entre a condição de saúde e o contexto: fatores ambientais e pessoais. Há uma relação complexa, dinâmica e muitas vezes imprevisível entre estas entidades. (GLERIA, 2019, p. 5)

Sobre essa perspectiva, a CIF apresenta a reflexão de que a incapacidade e/ou funcionalidade de um indivíduo são resultantes e estão intimamente ligadas às suas condições de saúde e ao ambiente em que está inserido e com o qual interage.

Esse é um diferencial significativo que impulsiona as pesquisas científicas contemporâneas, uma vez que a CIF, com sua ênfase na saúde em interação com o ambiente, direciona e impacta o olhar em investigações sobre os aspectos positivos e substancialmente possíveis na condição desse sujeito e do meio. Assim, a CIF representa um instrumento mais estruturado a partir de uma

mudança de paradigma necessária e essencial para o respeito à condição humana. Ações voltadas para as funcionalidades.

Para tanto, com a finalidade da tratativa da CIF, apresenta-se um quadro (Quadro 7) importante e conceitual, a saber:

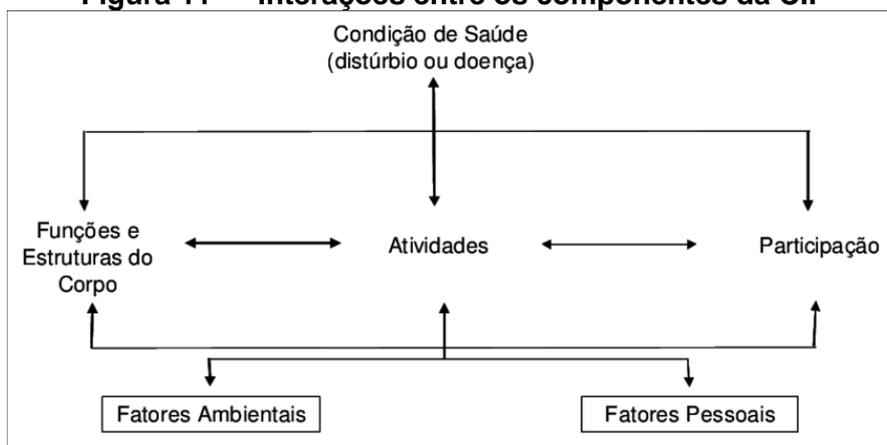
Quadro 7 — Conceitos e Definições CIF

Definições no contexto de saúde	
Funcionalidade é um termo abrangente para funções do corpo, estruturas do corpo, atividades e participação. Ela denota os aspectos positivos da interação entre um indivíduo (com uma condição de saúde) e os fatores contextuais daquele indivíduo (fatores ambientais e pessoais).	
Incapacidade é um termo abrangente para deficiências, limitações de atividade e restrições de participação. Ela denota os aspectos negativos da interação entre um indivíduo (com uma condição de saúde) e os fatores contextuais daquele indivíduo (fatores ambientais e pessoais).	
Funções do corpo	As funções fisiológicas dos sistemas do corpo (inclusive funções psicológicas).
Estruturas do corpo	Partes anatômicas do corpo como órgãos, membros e seus componentes.
Deficiências	Problemas nas funções ou estruturas do corpo como um desvio significativo ou perda.
Atividade	A execução de uma tarefa ou ação por um indivíduo.
Participação	Envolvimento em situações da vida diária.
Limitações de atividade	Dificuldades que um indivíduo pode encontrar na execução de atividades.
Restrições de participação	Problemas que um indivíduo pode enfrentar ao se envolver em situações de vida.
Fatores ambientais	O ambiente físico, social e de atitude no qual as pessoas vivem e conduzem sua vida. Estas são barreiras ou facilitadores para a funcionalidade de uma pessoa.

Fonte: Organização Mundial da Saúde, 2013.

Após o quadro conceitual, cabe verificar as diversas interações entre os componentes explicitados visando a compreensão de como a Funcionalidade Humana pode se apresentar (Figura 11).

Figura 11 — Interações entre os componentes da CIF



Fonte: Di Nubila; Buchalla, 2008.

Essa figura apresenta, de forma dinâmica e significativa, e de maneira multidirecional, as interações que ocorrem, explicitando a complexidade das diversas experiências humanas a partir da relação da saúde. Para uma melhor compreensão, pode-se exemplificar que, a partir da condição de saúde de um sujeito, esta pode interferir ou afetar as funções e estruturas do corpo, influenciando a limitação das atividades a serem desenvolvidas e o nível de participação na comunidade.

Segundo a CIF (2003), os fatores ambientais, atitudes sociais ou barreiras arquitetônicas podem representar facilitadores ou barreiras, influenciando a capacidade do indivíduo de desempenhar atividades e participar plenamente na sociedade.

Esse enfoque permite uma compreensão mais abrangente da saúde, considerando não apenas o foco nas doenças ou na ausência delas, mas também como as condições interferem na vida diária do indivíduo e como o ambiente pode influenciar essa experiência. Portanto, apresenta-se uma visão mais holística da saúde, enfatizando a importância dos fatores contextuais na expressão da funcionalidade.

Em suma, refletir e identificar os conceitos estabelecidos quando tratamos da funcionalidade representa uma necessária e emergente revisão de paradigmas, culturas e linguagens. Os processos sistêmicos, incluindo a abordagem educacional, ampliam-se e progredem na medida em que há clareza sobre como se compreende e se trata a funcionalidade dos sujeitos e quais os

objetivos que se elegem como foco a ser desenvolvido.

Por se tratar de um processo em construção, percebe-se que nos ambientes educacionais, de saúde e outros, a mudança de paradigma torna-se relevante. Nesse contexto, como um processo de base multidisciplinar e multidimensional, identifica-se o cenário educacional despontado como um terreno fértil para substituições paradigmáticas cruciais em prol do aprimoramento das perspectivas e do olhar para as pessoas com DI.

Essas mudanças paradigmáticas poderão influenciar o atendimento às necessidades de cada indivíduo, promovendo a valorização de suas infinitas possibilidades e direcionando-o para caminhos que favoreçam e impulsionem seu desenvolvimento.

Correlacionando aos estudos de Biz (2019), observa-se que os desafios emergem ao tratarmos de novas perspectivas educacionais orientadas pelo paradigma da funcionalidade, pois este não será mais gerado e circundado pelas impossibilidades. O desafio é um gradual distanciamento da lógica centrada e focada nas limitações. Nesse sentido, torna-se crucial a elaboração de planejamentos, programas, estratégias, recursos, instrumentos e ferramentas que visem otimizar a atenção às necessidades, possibilidades e ao protagonismo desses sujeitos.

A funcionalidade passa a ser uma linguagem permitindo o aumento quanto à clareza e à visão holística em equipes multidisciplinares com o fornecimento de uma perspectiva multidimensional das necessidades de saúde do indivíduo. A participação da pessoa é definida na CIF como o envolvimento em situação da vida real, nas interações e relações sociais, educação, emprego, gestão do dinheiro, vida comunitária e social (BIZ, 2019, p. 25).

Nesse contexto, é fundamental sinalizar que as concepções poderão ser mais abrangentes e implicam numa nova visão comunitária, desde que os planejamentos de atendimento educacional, planos de transição para a vida adulta e/ou para o mundo do trabalho, e outras iniciativas voltadas ao público jovem e adulto com DI estejam consonantes, alinhadas e sublinhem a funcionalidade de cada um. Neste paradigma, serão identificadas as barreiras e os facilitadores, partindo-se da adoção de uma perspectiva integral e sistêmica.

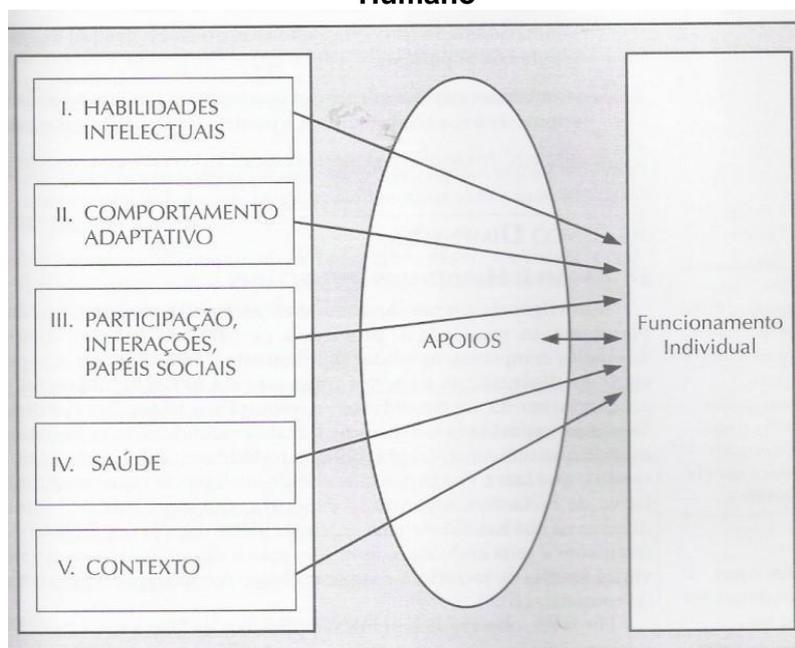
Em suma, ao tratar da funcionalidade sob esse ângulo e partindo de diferentes estudos, a Associação Americana de Deficiência Intelectual e de

Desenvolvimento (AAIDD) aponta a necessidade de criação de diferentes instrumentos, programas e perspectivas.

2.6.2 A funcionalidade e AAIDD

Portanto, ao apresentar esse paradigma, a AAIDD apresenta o Modelo Multidimensional do funcionamento humano (Figura 12). A primeira versão desse modelo foi publicada em 1992, quando ainda se chamava AAMR, e foi aprimorada e atualizada no manual de 2002, sendo considerada mais abrangente (LUCKASSON *et.al.*, 2002).

Figura 12 — Modelo Multidimensional do Funcionamento Humano



Fonte: AAMR, 2006, p. 213.

Ao apresentar esse modelo, Gonçalves (2014), ao expor os estudos de Luckasson *et. al.* (2002), apresenta o quadro pelas seguintes vertentes:

I. Habilidades intelectuais: representam as capacidades mentais gerais que correspondem às questões e hipóteses voltadas ao raciocínio, solução de problemas, capacidade de abstração, pensamento com ideias complexas e aprendizagem rápida, inclusive pela experiência;

II. **Comportamentos adaptativos:** demonstrados como um conjunto de habilidades conceituais, sociais e práticas, aprendidas pelos indivíduos e cruciais para o seu cotidiano;

III. **Participação:** corresponde ao desempenho dos indivíduos em atividades diversas nos âmbitos da vida em sociedade;

IV. **Saúde:** o conceito adotado pela OMS considera saúde como um completo estado de bem-estar físico, mental e social, não meramente a ausência de doença (FLECK, 2000);

V. **Contexto:** refere-se às condições inter-relacionais em que os sujeitos vivem seu dia a dia, correlacionando fatores intrínsecos (pessoais) e extrínsecos;

Ao se tratar sobre o valor dos apoios, a AAIDD esclarece que

A razão geral para avaliar e classificar a DI é ser capaz de adaptar um conjunto personalizado de apoios para cada pessoa, na forma de estratégias e serviços que devem ser prestados durante um período sustentado de tempo. O objectivo global destes apoios é melhorar o funcionamento das pessoas com DI no seu próprio ambiente, a fim de levarem uma vida mais bem sucedida e satisfatória (AAIDD, 2021b, tradução da autora).

Sendo assim, pautar o paradigma da funcionalidade como um elemento crucial para transformação e mudanças gerais na comunidade implica permitir que esses indivíduos estejam incluídos nas diferentes instâncias das instituições, proporcionando que essa convivência gere aprendizagens significativas para a vida nas relações sociais.

Vislumbra-se a funcionalidade como um paradigma intercessório e necessário para se valorizar a participação desse sujeito na comunidade, possibilitando que desempenhe, em suas atividades cotidianas, o máximo de suas potencialidades. Dessa maneira, não se trata de negligenciar ou minimizar os impactos causados pela sua condição de saúde, mas sim corroborar que a ênfase das ações não seja centrada nas limitações da condição de saúde em suas diferentes formas, e sim na construção de estratégias de programas diversos pautados na funcionalidade e nas potencialidades.

2.6.3 A funcionalidade humana e a Escala de Intensidade de Suporte (Escala SIS)

Para compreender o diagnóstico de DI, é essencial reconhecer as necessidades de apoio do indivíduo ao longo de sua vida, desde a infância até a idade avançada. Isso requer avaliar as competências e habilidades dessas pessoas em relação às demandas do ambiente, promovendo, assim, independência, autonomia e participação ativa, além de ampliar as oportunidades de inclusão efetiva.

Cabe destacar que a necessidade de apoio baseia-se na concepção de que o funcionamento humano está intimamente ligado à relação entre competências individuais e os diferentes ambientes em que se atua (LUCKASSON *et al.*, 2002; AAMR, 2006; VEGA CORDOVA, 2015; WEHMEYER *et al.*, 2009).

Ao abordar o modelo da CIF, proposto em 2004 pela OMS (HARRIES, 2008; SCHALOCK *et al.*, 2010 *apud* GONÇALVES, 2014), Gonçalves pontua que:

O funcionamento de um indivíduo com “deficiência” resulta da interação dinâmica entre as condições de saúde e os fatores contextuais [...] nesta linha, há a considerar a oportunidade de participar na vida comunitária em contextos/ambientes típicos e relevantes, à luz das considerações socioculturais (2014, p. 6).

Nessa perspectiva, de forma mais contemporânea, o conceito de DI também foi preconizado por Barbosa ao abordar que

É importante salientar a evolução dos conceitos de deficiência intelectual, considerando não apenas questões cognitivas, mas também fatores sociais, emocionais, físicos e adaptativos, centrados nos suportes ambientais e na funcionalidade de cada indivíduo ao longo do seu desenvolvimento. Compreender esses conceitos iniciais é essencial no contexto educacional, especialmente para o processo e elaboração de Planos Educacionais individualizados (PEI) e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) (BARBOSA, 2023, p. 33).

Sendo assim, constata-se a pertinência da SIS como uma ferramenta crucial para os diferentes profissionais da Educação, em todos os níveis, bem

como para a área da saúde (que foi a responsável pelos primeiros estudos sobre a discussão da CIF), psicoterapeutas e terapeutas em geral.

Ferreira e Fernandes (2019) destacam que a SIS é um instrumento desenvolvido que favorece a medição dos níveis de apoios práticos e necessários às pessoas com DI. Consiste em um conjunto de formulários de entrevistas, planejado para medir as necessidades de suporte nas áreas comportamentais e de atividades de vida. Foi elaborado por cerca de cinco anos por uma equipe da AAIDD (na época, ainda denominada Associação Americana de Retardo Mental), que desenvolve pesquisas científicas na área das deficiências desde 1876.

As autoras colocam que a Escala está dividida em três seções, com o intuito de aferir as necessidades do entrevistado:

- a) Seção 1: Escala de Necessidades de apoio - Divide-se em seis partes que abrangem as seguintes áreas: vida doméstica, vida comunitária, aprendizagem ao longo da vida, emprego, saúde e segurança e atividades sociais, totalizando 49 atividades;
- b) Seção 2: Escala Suplementar de Proteção e Defesa - Totaliza oito atividades;
- c) Seção 3: Aborda as necessidades específicas de apoio médico e comportamental, tratando de 15 condições clínicas (médicas) e 13 comportamentais.

Portanto, a SIS foi idealizada com o propósito de elencar informações que promovam uma matriz de identificação dos perfis, das funcionalidades já desenvolvidas e da intensidade de apoio (suporte) necessária. Além disso, visa “proporcionar e favorecer as construções de planos de apoios especializados para os sujeitos com deficiência” (VEGA CORDOVA, 2015 *apud* LOPES, 2016, p. 42), para que vivam suas experiências na comunidade de forma mais inclusiva e efetiva.

2.6.4 A importância da convivência na comunidade por um paradigma inclusivo e sistêmico

A CIF traz como prerrogativa conceitual dois aspectos significativos na observância da funcionalidade dos jovens e adultos com DI. Ela conceitua: **atividades** como as ações e tarefas executadas por indivíduos e **participação** no envolvimento em situações da vida cotidiana.

Portanto, na investigação da funcionalidade desses sujeitos, torna-se crucial a avaliação sobre o nível de participação que apresentam, bem como a identificação dos aspectos que ainda poderão ser trabalhados e potencializados. A finalidade é ampliar, de forma quantitativa, as oportunidades e, qualitativamente, sua atuação na vida comunitária.

O *Centers for Disease, Control and Prevention* (Centros de Controle e Prevenção de Doenças) é uma agência do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, situada na Geórgia, e representa uma referência em estudos e pesquisas na área da saúde. As informações coletadas em suas pesquisas sobre saúde mental mostram que adultos com deficiência relatam vivenciar maiores índices de sofrimento mental do que aqueles sem deficiência. Em 2018, estima-se que 17,4 milhões (32,9%) de adultos com deficiência nos Estados Unidos vivenciaram sofrimento mental frequente. Os estudos apresentam o conceito de **sofrimento mental frequente** como aquele vivido por 14 ou mais dias mentalmente insalubres relatados nos últimos 30 dias. O sofrimento mental frequente está associado a comportamentos de saúde precários, maior uso de serviços de saúde, transtornos mentais, doenças crônicas e **limitações na vida diária** (CDC, [2024]).

A leitura desse texto suscita reflexões e observações, remetendo a relatos de vários jovens e adultos que, ao buscarem a normatização e o convívio social, enfrentam o sofrimento decorrente da percepção de inadequação em diferentes esferas. Muitos desses indivíduos experimentam a sensação de que não são aceitos como são, o que compromete o alcance de diferentes aspirações compatíveis com suas próprias faixas etárias e realidades pessoais.

Cree *et. al.* (2018) afirmam que adultos com deficiência, em comparação com aqueles sem deficiência, apresentam maior sofrimento mental e são mais

propensos a fatores associados a uma maior ocorrência de transtornos mentais, incluindo pobreza e acesso limitado a cuidados de saúde.

O autor ainda acrescenta que, nos Estados Unidos, de acordo com os dados do *Centers for Disease, Control and Prevention* (CDC, [2024]), estima-se que 17,4 milhões de adultos com deficiência relataram sofrimento mental frequente. A prevalência de sofrimento mental relatado entre aqueles com deficiência (32,9%) foi 4,6 vezes maior do que entre aqueles sem deficiência (7,2%). Além disso, afirma que, entre adultos com deficiência, aqueles com **deficiências cognitivas** e de mobilidade relataram mais frequentemente sofrimento mental (55,6%).

Diante desses números internacionais, ressalta-se a importância de garantir que a inclusão seja uma possibilidade genuína de participação efetiva nas atividades da comunidade e da vida cotidiana. Busca-se, assim, um paradigma que oriente e norteie a cultura de uma comunidade e favoreça o engajamento dos jovens com DI, encorajando-os a desempenhar papéis sociais diversos no contexto comunitário, proporcionando uma convivência qualitativa.

Portanto, Lopes (2016), ao tratar de mudanças em grupos sociais, cita Boehs (2007) a fim de apresentar o conceito de cultura: “Um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas” (Boehs, 2007, p. 307).

É preciso reconhecer que a convivência na comunidade pode ser um fator que contribua para a construção de um paradigma e de uma cultura capazes de encarar, esperar, visualizar e tratar os adultos com DI de uma outra maneira. Em diversas situações, essa convivência ainda é marcada por atitudes e práticas voltadas à infantilização, estigmatização, desvalorização de seus potenciais e possibilidades. Tal postura negligencia a participação desses indivíduos nos processos educacionais, de escolarização e nas atividades da vida prática, cotidiana e laboral, limitando suas possibilidades.

Mesmo que de forma velada, ainda existe uma restrita visão das possibilidades de participação dos jovens e adultos com DI na vida comunitária.

Ao evidenciar o protagonismo dessas pessoas, no campo da participação e da interatividade, apresenta-se, de forma contemporânea, o lema eternizado

do “Nada sobre nós, sem nós!”, a partir da comunidade e de práticas educativas desenvolvidas nos ambientes escolares para jovens e adultos.

2.7 Perspectivas pautadas nas Tecnologias sociais

No contexto brasileiro, entre 1960 e 1970, emergiram concepções e propostas de atuação que buscavam discutir as diversas tecnologias desenvolvidas nos países mais industrializados e economicamente desenvolvidos, com uma ótica frequentemente voltada ao capital. Segundo Rodrigues e Barbieri (2008), essa ênfase nas produções tecnológicas resultou em uma abordagem que mais se aproximava das características dominantes dessas nações, muitas vezes em detrimento de aspectos sociais e ambientais.

Nesse período, surgia uma crítica à existência de um determinismo tecnológico, que via a ciência e a tecnologia como atividades essencialmente neutras, voltadas principalmente à aplicação por organizações multinacionais em países subdesenvolvidos, com foco na construção de produtos.

Em resposta a esse modelo, o movimento denominado *Tecnologia Social* emergiu e serviu como base para discussões relevantes que visam ampliar essa abordagem, propondo um avanço nas questões mais amplas e sociais.

Na proposição do Instituto de Tecnologia Social (2004), o conceito é apresentado como “um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida”.

Portanto, ao retornarmos à questão conceitual, os autores Rodrigues e Barbieri afirmam:

Um dos conceitos de tecnologia social atualmente em voga é o que compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social (RODRIGUES; BARBIERI, 2008, p. 1070).

A perspectiva construída destaca a relevância da construção do processo de produção, voltando-se prioritariamente para a emancipação dos sujeitos sociais envolvidos. Nessa abordagem a ênfase recai nos usuários e produtores

das tecnologias, reconhecendo-os como ativos na construção e aplicação das inovações.

A tecnologia social implica a construção de soluções de modo coletivo pelos que irão se beneficiar dessas soluções e que atuam com autonomia, ou seja, não são apenas usuários de soluções importadas ou produzidas por equipes especialistas (RODRIGUES; BARBIERI, 2008, p. 1075).

É importante sinalizar que várias TS se caracterizam pela sua simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e significativo impacto social, especialmente em uma vida que se torna mais complexa, plural e mais equânime.

Historicamente, é relevante destacar a iniciativa do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) no Brasil, ao estabelecer, em 2004, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia para a Inclusão Social (Secis), o Programa de Tecnologias Socialmente Sustentáveis (PTS). Esse programa representou uma proposta significativa de política pública no campo das Ciências, Tecnologia e Inovação voltadas para o processo de inclusão e desenvolvimento social, a promoção de acesso e apropriação do conhecimento científico, promovendo inovação social e o fortalecimento de comunidades mais vulneráveis.

A partir desse programa, iniciativas de convivência e produção em comunidades têm demonstrado a capacidade de impulsionar investimentos, bem como favorecer, dinamizar e realizar a difusão e propagação de tecnologias socialmente sustentáveis por meio da convivência na comunidade.

Conforme apontado por Dagnino et al. (2004) em seu artigo intitulado *Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social*, era esperado um foco nas bases tecnológicas de processos que possibilitassem o resgate da cidadania dos grupos mais penalizados. Esse enfoque visa, portanto, uma ruptura e revisão da trajetória de fragmentação social, abrindo caminhos para a construção de um estilo de desenvolvimento mais sustentável, replicável e inclusivo, capaz de engajar a comunidade em prol de promoverem juntas transformações sociais.

Ao direcionar a atenção para o público de jovens e adultos com DI, e com base nos referenciais teóricos discutidos, a preocupação e a oportunização passam a se concentrar em dois dos segmentos cruciais para essas mudanças: a Educação e a comunidade.

Portanto, ao tratar de TS, inserem-se nesse contexto pessoas que, muitas vezes, são consideradas invisíveis, inviáveis ou vistas em diferentes espaços “não potentes” devido às condições sócioeconômicas menos favorecidas. No entanto, esses indivíduos conseguem superar barreiras e criar resultados concretos e inovadores gerando impactos substanciais e qualitativos nas políticas sociais. Além disso, poderão promover a articulação entre os diferentes agentes, organizações e redes sociais, elementos importantes quando se trata de inclusão e progresso humano.

O desenvolvimento desta investigação direcionou a pesquisa para a elaboração de um caminho investigativo que destaca o fenômeno da TS, o qual estabelece interfaces globais e interdisciplinares quando se trata de mudanças paradigmáticas. Nesse contexto, observa-se a pessoa com DI como sujeito ativo, capaz de construir, a partir da interação consigo mesmo, com outros alunos e profissionais, a inspiração e projeção da construção de tutoriais de pessoas com DI.

A integração das TS e digitais, com o sujeito em condição da deficiência atuando como agente produtor de conhecimento e inovação, emerge como um possível caminho para a superação de antigas crenças e a formulação de novos conceitos e autoconceitos. Esse processo promove novos modelos e construções e, nesse somatório, contribui para eliminação de possíveis barreiras que possam interferir na percepção do sujeito como agente social. Ao se reconhecer como um indivíduo capaz de promover, provocar e romper com limites, ele pode desempenhar um papel ativo na construção de novas tecnologias.

3 JUSTIFICATIVA E HIPÓTESES

A AAIDD destaca que

O conceito de interseccionalidade é particularmente utilizado para considerar como os sistemas interligados de desigualdade afetam aqueles que são mais marginalizados na sociedade e para ter estas relações em conta quando se trabalha para promover a equidade e inclusão social e política. (AAIDD, [2025])

A tese científica foi desenvolvida a partir da problematização e da necessidade de reavaliar as práticas educativas e ações que busquem ampliar a autonomia, independência e inclusão de adultos com deficiência intelectual (DI) na sociedade, a partir da mudança paradigmática emergente. Por esse ângulo, torna-se essencial discutir caminhos que apontem, no viés educacional, para uma inclusão eficiente e eficaz, com base no *Paradigma da Funcionalidade* como parâmetro para as ações educacionais e institucionais. Esse enfoque visa promover reflexões e mudanças nos diferentes sistemas em que esses indivíduos estão inseridos, partindo de sua própria subjetividade e existência, e alcançando os diversos segmentos da comunidade. A análise é fundamental, pois, em um mundo onde a tecnologia representa um instrumento de inclusão, o estudo pretende apontar as múltiplas possibilidades de construção de conhecimento pelas pessoas com DI.

Portanto, a hipótese do trabalho é como desenvolver uma metodologia de ensino que favoreça uma instituição que tem, em seu corpo discente, alunos jovens e adultos com DI, promovendo a resignificação de sua visão e percepção a partir do paradigma da funcionalidade, por meio das tecnologias digitais, com base na AAIDD.

4 OBJETIVOS

Nesta seção serão apresentados os objetivos gerais e específicos desta tese.

4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho é, portanto, propor uma metodologia de ensino baseada em um modelo de intervenção comunitária com jovens e adultos com deficiência intelectual (DI), fundamentado no paradigma da funcionalidade.

4.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do trabalho dividem-se da seguinte forma:

- a) Analisar a evolução epistemológica dos paradigmas sobre educação inclusiva e inclusão social de pessoas com deficiências;
- b) Identificar os princípios de convergência epistemológica do paradigma da AAIDD, bem como modelos teóricos filosóficos, sistêmicos e sócio-históricos;
- c) Capacitar profissionais e alunos no paradigma da funcionalidade, tendo como base os estudos desenvolvidos pela AAIDD, em uma rede pública de ensino, apresentando conceitos fundamentais para a mudança do paradigma à luz da funcionalidade;
- d) Validar o modelo metodológico junto aos profissionais da unidade educacional e promover ações na comunidade para disseminação da temática;
- e) Construir um tutorial acessível em Libras, com audiodescrição e legendas em português, elaborado por um adulto com DI em conjunto com os profissionais envolvidos, tendo como base a apresentação do paradigma da funcionalidade.

5 MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta seção serão apresentados os materiais e métodos utilizados nesta tese.

5.1 Caracterização da Pesquisa

Os marcos legais (BRASIL, 2015) ressaltam a relevância de um paradigma que pautar a inclusão e a participação efetiva de pessoas com deficiências, não só na educação, mas também no mundo do trabalho, no esporte, no lazer e na convivência na comunidade. Essa questão deve ser discutida em diferentes vertentes e políticas, seja no âmbito das instituições públicas ou privadas, no meio acadêmico, em diferentes espaços ou organizações.

Integrado à visão preconizada na CIF, a AAIDD indica um modelo em que a questão voltada ao funcionamento humano amplia a concepção física, biológica e intelectual para empreender nas questões do ambiente, onde as dimensões adaptativas, do ambiente e da participação social se tornam o eixo principal das investigações.

A AAIDD (2010) defende a relevância da ênfase no contexto em que o indivíduo está inserido. Nessa relação, cabe um olhar atento às necessidades e aos níveis de apoio que ele precisará para seu funcionamento, desenvolvimento e participação efetiva no trabalho, na escola e na sociedade.

[...] este contexto pode favorecer o desenvolvimento da autonomia, independência, satisfação pessoal, produtividade e responsabilidade. Ressalta-se a importância do planejamento de estudos que visem aprofundar o processo de inclusão no trabalho, destacando seu papel para o desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual, fornecendo dados empíricos que possam subsidiar a implementação e o planejamento de políticas públicas de inclusão. (PEREIRA-SILVA *et al.*, 2018, p. 10)

Dessa forma, torna-se crucial a discussão de caminhos que apontem para um viés educacional de inclusão que não seja marginal (MARTINS, 1997). A análise precisa ser evidenciada, pois, no mundo 4.0, onde a tecnologia

representa um instrumento crucial de transformação social, a saber:

Junto com a vinda da quarta revolução industrial, aparecem as inquietações e novidades que são construtivas e dinâmicas. Uma delas é o conceito de Educação 4.0, que é uma educação onde a linguagem computacional, a Internet das Coisas, a Inteligência artificial, os robôs e muitas outras tecnologias se somam para dinamizar os processos nos mais diversos segmentos da Indústria. (MELO; OLIVEIRA, 2019, p. 12)

O estudo pretende apontar as diferentes possibilidades de construção de conhecimento e aprendizagem das pessoas com DI neste campo, que ainda pode ser reconhecido e explorado.

Para tal, os conceitos desenvolvidos por Lev Vygotsky (1997) serão um dos eixos condutores para o olhar sobre a construção da aprendizagem de cada sujeito. Sua produção, composta por mais de 200 trabalhos realizados em seus 37 anos de vida, fundamentam subsídios para compreender o desenvolvimento humano pela ótica da psicologia, pedagogia e outras áreas do conhecimento (FERNANDES, 2000). Sua teoria sócio-histórica do psiquismo será um componente relevante no diálogo deste trabalho, pois a concepção da mediação como um dos principais focos da aprendizagem está no viés do entendimento dos processos de ensino-aprendizagem das pessoas com DI.

[...], pois enfatiza a interação e relação dialética do Homem e o seu meio sociocultural, sendo ele agente de transformação na Sociedade e que transformará a si mesmo numa perspectiva evolutiva. (FERREIRA; FERNANDES, 2019, p. 30)

Busca-se discutir o paradigma da funcionalidade apresentado pela AAIDD, ampliando a perspectiva epistemológica enquanto proposta desta pesquisa para um paradigma sistêmico e aplicado.

A vertente da investigação e proposição de uma FISA vem de um diálogo de autores estudados ao longo da trajetória acadêmica da pesquisadora. Esses autores convergem em uma discussão científica e se unificam em prol de um arcabouço integrado de saberes.

Nesse contexto, o espaço de uma unidade educacional destinado à elaboração de ações que visem promover, para esse público, a busca da independência, autonomia, lazer, esportes, trabalho e aprendizagem ao longo

da vida (BRASIL, 1996) deve ter como foco a inclusão no mundo, enfatizando funcionalidades identificadas por meio de um instrumento de medida viável para utilização de diferentes profissionais, tanto na área da educação quanto de outras áreas. Essa abordagem será crucial para o levantamento e a análise dos dados a serem coletados.

Considerando a relevância da visão contemporânea da difusão científica, desde a Convenção de 2017, e os desafios para minimizar as barreiras à inserção ativa dos sujeitos com deficiência em seus contextos e ambientes, será desenvolvida a construção de tutoriais e vídeoaulas. Esses tutoriais serão elaborados com a coautoria dos professores-instrutores e contarão com o protagonismo ativo das pessoas com DI. Tal abordagem não apenas reforça o protagonismo, mas também se configura como uma estratégia relevante para replicação em outros contextos, contribuindo para a mudança na percepção social sobre suas potencialidades e autonomia.

A pesquisa busca dar visibilidade à funcionalidade, em detrimento das limitações frequentemente destacadas, com o objetivo de promover uma compreensão maior e mais consciente das diversas possibilidades do ser humano. Pretende-se evidenciar como esses indivíduos podem atuar como cidadãos, contribuindo significativamente com seus pares e com a sociedade.

5.2 Metodologia

Segundo Paulo Freire (2005, p. 79), “o educador não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos assim se tornam sujeitos do processo”. Esse pensamento, alinhado à concepção do “educador-pesquisador-educando da vida” (expressão da autora), sintetiza o prisma que norteia esta proposta de trabalho. Assim, inspirada por uma vertente fenomenológica e comprometida com mudanças de paradigmas, a pesquisa propõe desenvolver materiais e métodos que, somados, tenham como objetivo discutir conceitos, percepções e ações.

Este capítulo tem o intuito de apresentar a metodologia empregada nesta pesquisa. A abordagem adotada foi qualitativa, de natureza aplicada, inserida no contexto da pesquisa-ação, com perspectiva exploratória e observação

participante. Essa vertente fundamenta-se na contribuição dinâmica de Chizzotti (2003), pois o autor propõe uma ampla reflexão e compreensão dos dados obtidos. Sua abordagem, de caráter abrangente, alcança diferentes segmentos da educação, além de outras áreas do conhecimento. A escolha pela perspectiva interdisciplinar reflete a coerência do trabalho ao adotar como base autores que transitam por diferentes campos.

O compromisso deste trabalho é contribuir para uma mudança paradigmática em relação às pessoas com DI, reavaliando os aspectos econômicos, culturais e legais que, historicamente, as posicionaram no lugar do “não-saber” e do “não conseguir”. Dessa forma, propõe-se uma releitura sistêmica que as reconheça no lugar do “saber-poder-realizar”. Nesse sentido, optou-se por um viés metodológico que abrangesse e dialogasse com tal perspectiva, considerada fundamental.

[...] em qualquer nova área, a pesquisa começa procurando e elaborando o método. Poderíamos afirmar como uma tese geral que qualquer abordagem fundamentalmente nova dos problemas científicos conduz inevitavelmente a novos métodos e técnicas de pesquisa. O objeto e o método de pesquisa têm um relacionamento muito próximo. Por essa razão, a pesquisa adquire uma forma e um curso completamente novos quando relacionada à busca de um novo método, adequado ao novo problema [...]. (VYGOTSKY, 1983, p. 47 *apud* NASCIMENTO, 2021, p. 106)

As proposições de Vygotsky nos conduzem a dialogar com seu método devido ao caráter dialético, que é um dos pontos dos fundamentos do método existencial fenomenológico, e à sua perspectiva histórica. Essa abordagem visa oferecer a leitura histórica dos indivíduos com DI e as correlações com os aspectos socioculturais, perpassando a qualidade dos vínculos estabelecidos nas relações com o ambiente, considerando os diferentes contextos em que estão inseridos.

Ao abordar esses desafios, um dos pontos cruciais para a evolução da pesquisa qualitativa destacados por Chizzotti (2003) é que, em sua abordagem, ele apresenta a vertente que:

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência

científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003, p. 222).

O trabalho realizado teve como objetivo potencializar a partilha entre os participantes em busca das mudanças paradigmáticas necessárias e emergentes nos contextos sociais. A pesquisa qualitativa tem por base a compreensão das percepções dos sujeitos envolvidos, bem como os demais participantes, tendo como foco os significados “por ele atribuídos às suas experiências cotidianas, às interações sociais que possibilitam compreender e interpretar a realidade, aos conhecimentos tácitos e às práticas cotidianas que forjam condutas dos atores sociais” (GATTI; ANDRÉ, 2010, p. 30).

Por essa ótica, o viés da pesquisa-ação revelou-se fundamental para orientar as direções a serem tomadas, uma vez que, nas intervenções a serem realizadas e desenvolvidas, os sujeitos poderiam ser envolvidos em tensões e provocações geradas para a criação de novas oportunidades e resoluções, visando a criação e a formação de novos paradigmas dos participantes.

[...] a pesquisa-ação em perspectiva pedagógica e crítica busca cientificizar e publicizar a prática educativa a partir de princípios éticos que visualizam a formação e emancipação dos sujeitos da prática. Para isso exige uma interfecundação de papéis (participante ↔ pesquisador). O propósito da pesquisa-ação não é apenas produzir dados e teorias sobre a atividade educativa, mas fundamentalmente [...] permitir aos participantes uma cognição metateórica sustentada pela reflexão e baseada num contexto sócio-histórico (FRANCO; BETTI, 2018, p. 23).

Com o intuito de explorar os significados visíveis e latentes, a pesquisa qualitativa terá como contribuição o diálogo com a fenomenologia, que será adotada como princípio e pressuposto metodológico. Essa orientação fenomenológica é apresentada por Martins e Bicudo (1989), que definem e explicam essa visão da seguinte forma:

Na pesquisa fenomenológica, o investigador, de início, está preocupado com a natureza do que vai investigar, de tal modo que não existe, para ele, uma compreensão prévia do fenômeno. Ele não possui princípios explicativos, teorias ou qualquer indicação definidora do fenômeno. Inicia seu trabalho interrogando o fenômeno. Isso quer dizer que ele não conhece as características essenciais do fenômeno que pretende estudar. Por exemplo: se for pesquisar aprendizagem, as definições e as teorias existentes não constituem o seu ponto de partida; ele interroga a própria aprendizagem, perguntando o que é aprendizagem? O que quer dizer aprender? Como se realiza a

aprendizagem? etc., antes de ter definições ou teorias sobre aprendizagem. O fenomenólogo respeita as dúvidas existentes sobre o fenômeno pesquisado e procura mover-se lenta e cuidadosamente de forma que ele possa permitir aos seus sujeitos trazerem à luz o sentido por eles percebido sobre o mesmo (MARTINS; BICUDO, 1989, p. 92).

Segundo Bastos (2017), o aspecto fenomenológico da pesquisa pressupõe um pesquisador que busque reavivar, tematizar e compreender os fenômenos à medida que são vividos, experimentados e conscientemente percebidos.

Iniciando uma reflexão sobre os conceitos apresentados, cabe dizer que “reavivar” representa reviver, tornar vivo, correlacionado ao pensamento e à inteligibilidade. Portanto, pretende-se que o fenômeno seja experienciado por meio dos recursos próprios e assertivos usados pelo pesquisador e pelos participantes. Há a expectativa da descrição do conhecimento desejado ou do que se deseja alcançar. Busca-se a intencionalidade e a essência dos sujeitos.

“Compreender” aponta para a concepção de detectar o objeto a ser entendido na sua “intenção total, não apenas naquilo que as coisas são na sua representação” (MARTINS; BICUDO, 1989, p. 77), de maneira peculiar e específica.

Chizzotti (2018), em seu livro *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, contribui apresentando que Husserl foi um dos filósofos que trouxeram maior rigor para as pesquisas em Ciências Humanas, propondo um caminho que ultrapassasse as “aparências imediatas das coisas” para alcançar a essência dos fenômenos e de suas manifestações. O autor exemplifica trazendo o postulado de que “toda consciência é a consciência de alguma coisa”, dando significação a um determinado objeto, e cita o filósofo Merleau-Ponty já incluído no referencial teórico deste trabalho.

O caráter dessa pesquisa foi **exploratório**, visto que, embora possua a busca do fenômeno apresentado como ponto de partida - o conceito da inclusão -, o objetivo central é compreender e investigar como o tema da funcionalidade, em relação a jovens e adultos com DI, está sendo abordado e explorado. Esse enfoque proporciona a formulação de perguntas e hipóteses que abrangem diferentes fontes, favorecendo maior reconhecimento do tema.

Conforme Chizzotti (2018), a **observação participante** possibilita que o

pesquisador se torne um sujeito implicado no processo investigado. Esse envolvimento permite a geração de evidências a partir da interação da pesquisadora com os demais participantes, contribuindo para a construção conjunta do conhecimento. Assim, o pesquisador assume o papel de sujeito ativo, integrando-se ao cenário onde os protagonistas da cena se manifestam e se revelam.

Para tanto, na primeira etapa deste estudo, buscou-se realizar uma **análise documental** com base no **estado da arte** das temáticas que fundamentam a discussão proposta. Esse levantamento abrangeu: a emergência do paradigma em uma comunidade e nos indivíduos, buscando a relação com o olhar educacional; a construção histórica da visão sobre as pessoas com deficiência; uma análise das políticas públicas sobre os direitos dos jovens e adultos com DI desenvolvidas no âmbito internacional, nacional e do Estado do Rio de Janeiro; a compreensão da pessoa com DI e da funcionalidade dentro de um enquadramento epistêmico alinhado à AAIDD; e a relação do contexto educacional no século XXI com as tecnologias digitais, considerando a relevância da comunidade.

A compreensão da realidade comunitária envolve a busca por compreender os aspectos que a caracterizam. Portanto, realizar uma investigação exploratória sobre os aspectos econômicos da população e analisar os dados estatísticos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foram abordagens investigativas necessárias para uma leitura aprofundada e para o reconhecimento dos elementos presentes na ótica dos participantes envolvidos.

Um dos pontos em destaque foi a busca da participação dos protagonistas - jovens e adultos com DI - nas várias etapas, pois o fenômeno foi vivido a partir da observação constante do mesmo sendo revelado. Assim, observações, narrativas e experiências foram acrescentadas, enriquecendo a todos os integrantes do processo.

5.3 Procedimento Técnico

Dando prosseguimento, a coleta de dados foi conduzida por meio dos

seguintes procedimentos: preenchimento de questionários, realização de entrevistas, registro das diferentes ações da capacitação nos grupos focais voltados à discussão do paradigma da funcionalidade na Unidade Educacional (CHIZZOTTI, 2018), além da aplicação do instrumento da SIS (THOMPSON *et al*, 2004a) com pessoas com DI, com vistas a identificar as suas funcionalidades. Também foram utilizados registros de depoimentos, vídeoaulas e a produção de tutorial (LOPES, 2016). O processo foi concluído com um seminário presencial e híbrido, que abrangeu todos os profissionais da Rede do Estado do Rio de Janeiro e outros participantes, disponibilizado pela plataforma YouTube (SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 2024.)

A escolha pelas técnicas de questionários, entrevistas e grupos focais foi feita visando uma maior aproximação ao problema da pesquisa e ao fenômeno investigado. Estar em contato direto com as pessoas, praticar a escuta ativa de suas histórias, conhecimentos pré-concebidos, expectativas, curiosidades e desejos proporciona ao pesquisador uma compreensão mais ampla e, em caráter participativo, permite a formulação de novas indagações e a definição de novos caminhos a serem explorados ao longo do processo investigativo.

Dentro do processo de pesquisa, será realizada uma apresentação da codificação das palavras listadas no questionário sobre funcionalidade e limitações.

5.4 Aspectos éticos da pesquisa

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa por meio da Plataforma Brasil, por ser um campo de aplicação que envolve pessoas com DI, suas famílias e a equipe da Unidade Educacional. A aprovação para a realização ocorreu em 14 de outubro de 2022, conforme o Parecer Consubstanciado do CEP, Hospital Universitário Antonio Pedro - Faculdade de Medicina da UFF, sob o Parecer nº 5.700.538 (Anexo B).

Para o procedimento, foram apresentadas as Cartas de Anuência, que correspondem às autorizações das instituições de ensino, emitidas pelas respectivas direções nos anos de 2021 e 2022. Além disso, foram incluídos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a autorização para uso de

imagem e os instrumentos de pesquisa utilizados na coleta de dados (Apêndices A, B, C e D).

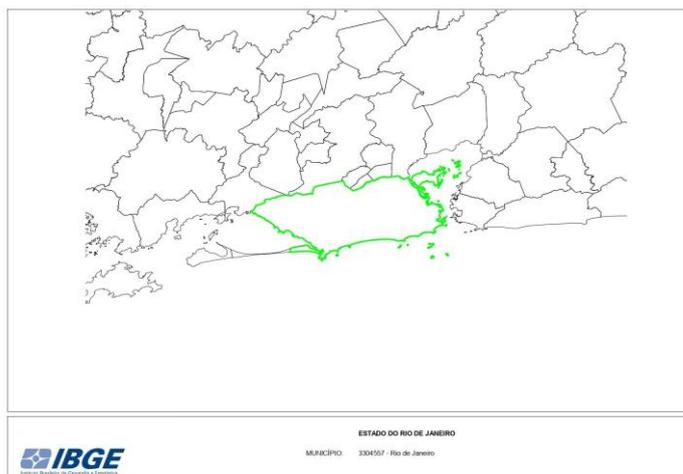
O Seminário foi submetido e aprovado no Edital Ref. Proc. E-26/210.475/2023, por meio do Edital 06/2023 – Programa Apoio à Organização de Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação no RJ da FAPERJ, disponibilizado no processo SEI-260003/012010/2023 - APQ2, com o título: Seminário Internacional Neurociência, Funcionalidade, Tecnologia e Inclusão: diálogos emergentes na formação profissional e no turismo mundial.

5.5 Perfil econômico dos participantes da pesquisa

Com o propósito de descrever o perfil econômico dos participantes, considerou-se apresentar as condições de diversos aspectos para uma análise do contexto em que a unidade educacional está inserida, bem como o perfil do seu compromisso em oferecer educação pública profissional à comunidade. Para tanto, foram abordados os seguintes indicadores: população e território; sexo; trabalho; rendimento e educação.

O município do Rio de Janeiro está localizado no Estado do Rio de Janeiro (Figura 13). Segundo os dados do IBGE de 2022, a cidade possui uma área territorial de 1.200,32 km², uma população residente estimada em 6.211.223 habitantes e uma densidade demográfica de 5.174,6 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2024). Assim, é considerado o município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro e o segundo mais populoso do país. Além disso, a pesquisa apresentada pelo IBGE mostra que 2.882.579 habitantes se autodeclararam do sexo masculino e 3.328.644 se autodeclararam do sexo feminino.

Figura 13 — Mapa do município do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE, 2024b.

No contexto de **trabalho e renda**, a cidade do Rio de Janeiro apresenta uma média salarial dos trabalhadores formais equivalente a 3,9 salários mínimos. Para uma análise comparativa, apresenta-se a seguir o Quadro 8, com dados de seis municípios vizinhos pertencentes à Região Metropolitana do Estado, visando ampliar a compreensão do contexto socioeconômico.

Quadro 8 - Comparativo de média salarial dos municípios do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro	3,9 salários mínimos
Niterói (À leste)	3,0 salários mínimos
São Gonçalo (ao nordeste)	1,9 salários mínimos
Magé (ao norte - Região Serrana)	1,6 salários mínimos
Guapimirim (a noroeste)	1,9 salários mínimos
Nova Iguaçu (a oeste - Baixada Fluminense)	2 salários mínimos
Duque de Caxias (norte e oeste - Baixada Fluminense)	2, 4 salários mínimos

Fonte: elaborado pela autora.⁴

⁴ O critério de inclusão das cidades levou em consideração as perspectivas dos diferentes

Com o entendimento da realidade socioeconômica dos municípios onde os participantes estão inseridos, torna-se crucial compreender a relevância das intervenções no ensino público por parte dos pesquisadores. Essas intervenções têm a perspectiva de promover mudanças sociais que alcancem as bases da sociedade e dialoguem com a comunidade.

Moura (2023), em seu livro *Educação de Jovens e Adultos: formação prática, pedagógica e profissionalidade docente*, traz no prefácio, escrito por Luís Alcoforado da Universidade de Coimbra, contribuições singulares sobre o quanto a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se tornou um fenômeno “incontornável”, apresentando-se como uma necessidade diretamente vinculada às garantias de direitos. O autor ressalta que as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, visando mudanças **significativas** na sociedade, não deveriam estar restritas apenas à educação infantil.

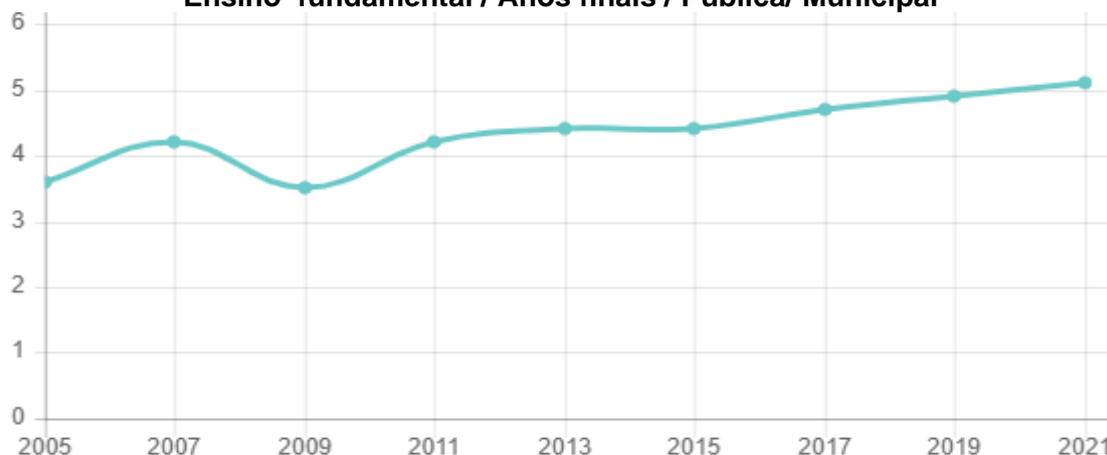
Em consonância com essa reflexão, a perspectiva é que as modificações para o futuro devem e podem ser provocadas pelos próprios indivíduos adultos (com ou sem DI) em suas comunidades, utilizando os recursos e instrumentos disponíveis nelas. Dessa maneira, as mudanças tornam-se cabíveis nas relações sociais e nas diversas formas de atuação nos diferentes contextos.

5.6 Perfil acadêmico da região dos participantes

No que se refere ao Censo Educacional Brasileiro, os dados do IDEB para os anos finais do Ensino Fundamental (Gráfico 2), apresentam uma evolução significativa.

extremos dos pontos cardeais, bem como as relações de integração econômica e social entre elas (uma cidade em cada ponto). O critério de exclusão das cidades observou-se nas cidades distantes dos pontos cardeais citados.

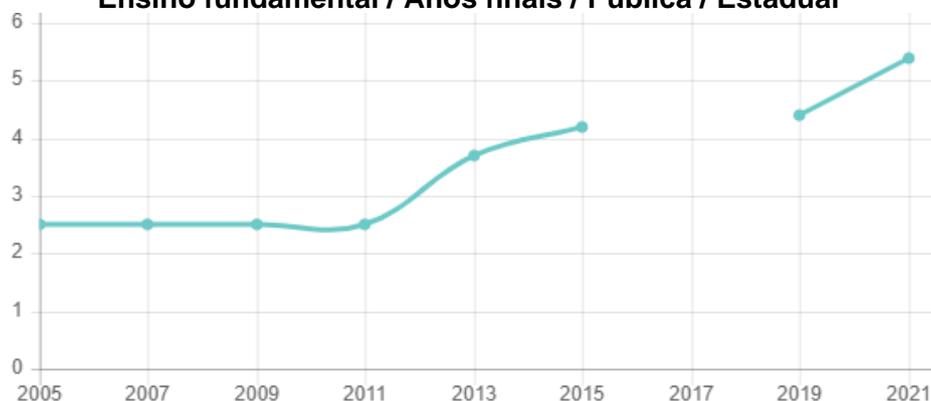
Gráfico 2 — Série Histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / Ensino fundamental / Anos finais / Pública/ Municipal



Fonte: IBGE, 2024c.

Observa-se no gráfico com dados de 2005 a 2021, que houve um crescimento no desempenho educacional do Rio de Janeiro, com a nota do IDEB passando de 3,5 em 2005 para 5,1 em 2021. Esse avanço indica melhorias importantes na educação básica ao longo dos anos.

Gráfico 3 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / Ensino fundamental / Anos finais / Pública / Estadual



Fonte: IBGE, 2024c.

No Gráfico 3, que apresenta os dados das escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro no mesmo período (2005 a 2021), também se observa que houve um crescimento no desempenho educacional. Em 2005, o Rio de Janeiro obteve uma nota de 2,5, enquanto em 2021 atingiu 5,4 no IDEB.

Quanto ao Ensino Médio (Gráfico 4), apresenta-se:

Gráfico 4 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / Ensino médio / Pública / Estadual



Fonte: IBGE, 2024c.

Tendo como referência o ano de 2017, verifica-se que o IDEB registrou uma nota de 3,1, que aumentou para 4,0 em 2021. Portanto, no ranking dos municípios do Rio de Janeiro, a cidade subiu da 74ª posição em 2017 para a 54ª posição em 2021.

Nesse sentido, realizar o trabalho com uma comunidade que apresenta essas características econômicas e esse perfil acadêmico foi um fator preponderante, pois consolidou o propósito de oferecer uma pesquisa promovida por uma universidade pública a jovens e adultos de uma instituição pública, alinhando-se a um dos princípios do programa das universidades públicas: exercer o compromisso com a inclusão social e o acesso ao conhecimento.

Tudo isso obriga o conhecimento científico a confrontar-se com outros conhecimentos e exige um nível de responsabilização social mais elevado às instituições que o produzem e, portanto, às universidades. À medida que a ciência se insere mais na sociedade, esta insere-se mais na ciência (SANTOS, 2009, p.43).

5.7 Caracterização do local da pesquisa

A luz desses dados, a possibilidade de investigar a escola e seus processos revela-se de suma importância para compreender os caminhos já existentes em busca de contínuas possibilidades de melhorias. Souza, Przylepa e Assis, tratam da preocupação com a qualidade da educação ofertada na rede pública, ressaltando que “sua formação deve ser humana, cidadã e para o

trabalho” (2019, p. 2347).

Portanto, com o intuito de atender ao objetivo do trabalho no alcance da comunidade, a pesquisa foi realizada em um espaço que permitisse à pesquisadora dar continuidade às investigações já desenvolvidas no Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NEEI), em um contexto de proximidade e com produções científicas diversificadas. A perspectiva ética de formação pessoal e profissional, enquanto servidora pública e professora de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, impulsionava a busca por um ambiente onde as contribuições e resultados pudessem gerar “novos frutos e sementes novas” para a transformação da educação, com ênfase na educação pública de qualidade. Nesse sentido, optou-se pelo Estado do Rio de Janeiro e pela Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) como lócus da pesquisa.

A FAETEC existe há 25 anos, sendo uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, de direito público e duração indeterminada, com sede e foro no município do Rio de Janeiro. A Fundação possui cerca de 130 unidades educacionais no estado, que incluem escolas de educação infantil, ensino fundamental, médio e técnico, centros de vocação tecnológica, unidades de ensino superior, unidades de qualificação profissional, EJA, espaços de educação especial (classes especiais) e o Centro de Apoio à Educação Profissional Especializada, voltado a jovens e adultos com deficiência intelectual.

A FAETEC está regida pela Lei nº 1.176/1987, com alterações promovidas pela Lei nº 2.735/1997 e pela Lei nº 3.808/2002 (FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA, 2022). Segundo o Regimento Geral da Instituição (FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA, 2010), no artigo 2º, a Fundação tem como finalidade promover e gerenciar a política de educação profissional e tecnológica no Estado do Rio de Janeiro, com vista à inclusão no mundo do trabalho. Ainda no artigo 5º, no parágrafo IV, o documento estabelece que caberá a instituição:

Oferecer Educação Profissional articulada com a Educação Básica e com a Educação Superior, considerando o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços (FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA, 2010, tit. I, art. 5).

No seu escopo, a FAETEC segue a orientação da LDBEN, com o propósito de oferecer educação profissional e tecnológica, abrangendo, dentro desses cursos, a Formação Inicial e Continuada (FIC), ou qualificação profissional, conforme descrito na Lei nº 11.741 de 2008. O artigo 40 dessa lei dispõe que a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

**Figura 14 — Foto da entrada principal da Faetec
Unidade Quintino no Rio de Janeiro**



Fonte: FAETEC, [2022].

A Rede FAETEC conta com um quadro de recursos humanos composto por docentes e servidores técnico-administrativos, tanto concursados quanto contratados. O corpo discente, por sua vez, é formado por estudantes matriculados em diversas modalidades de ensino, desde a educação básica até o ensino superior passando pelos cursos de FIC.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi conduzida em uma das unidades educacionais da Rede, localizada no município do Rio de Janeiro. Especificamente, o estudo concentrou-se em uma das Escolas de Hotelaria da FAETEC, dando continuidade a pesquisas já desenvolvidas anteriormente. De forma análoga ao trabalho desenvolvido no mestrado, buscou-se uma interseção com o Centro de Apoio Especializado à Educação Profissional, contando com a parceria das Diretorias de Ensino da Rede.

A sede da Rede está em Quintino Bocaiúva, bairro residencial e tradicional do subúrbio da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pertencente à XV Região Administrativa. A capital fluminense apresenta diversas práticas culturais e sociais. No bairro destaca-se a tradicional Festa na Igreja Matriz de São Jorge, que ganhou relevância com a criação do feriado municipal de São Jorge, celebrado em 23 de abril, consolidando-se com um evento e um local significativo para a comunidade.

A escolha por realizar a pesquisa em uma unidade localizada no município do Rio de Janeiro foi motivada pela condição de ser uma instituição pública voltada ao atendimento da população local, além das características mencionadas. Essa unidade também mantém uma forte conexão com as demais unidades do campus, que atuaram como interlocutoras essenciais nas diversas etapas do processo, colaborando para o alcance dos objetivos propostos até a conclusão do estudo.

No estágio final da pesquisa, foi promovido um seminário destinado aos profissionais das diversas unidades educacionais da FAETEC, aberto à Fundação de Apoio a Escola Técnica Ciência e Tecnologia (FUNDEC) e a outros interessados no tema, promovendo uma troca de conhecimentos e experiências.

Inicialmente, considerou-se a possibilidade de realizar a pesquisa em duas instituições, sendo uma delas localizada na Baixada Fluminense. Todavia, devido ao contexto do período da pandemia de COVID-19, diversas ações foram comprometidas, especialmente pela maior vulnerabilidade à saúde das pessoas com deficiência intelectual, que exigia cuidados redobrados e restrições adicionais. Esse cenário fez com existisse a necessidade de readequação do plano de pesquisa.

As disciplinas do PGCTIn foram realizadas no período de 2020 a 2022, com atividades complementares ocorrendo em 2022. Após esse período, iniciou-se o contato com a equipe da unidade para a realização dos trabalhos de campo, que ocorreram nos anos de 2023 e 2024. Vale destacar que, na abordagem da pesquisa-ação, o desenho metodológico a ser desenvolvido pode ser construído e reconstruído de forma contínua em colaboração com a equipe e os participantes, visando um planejamento eficaz e uma caminhada metodológica possível para todos os envolvidos em busca de uma nova síntese a ser alcançada ao longo da pesquisa.

5.8 Procedimento da coleta de dados

A partir da autorização da direção (Anexo C), foi solicitado à secretaria da unidade o número de estudantes matriculados nos cursos que apresentavam algum tipo de deficiência. Constatou-se que, dentre os 36 matriculados, 2 (dois) possuíam laudos de deficiência intelectual ao ingressarem na unidade. No entanto, uma observação atenta dos docentes e instrutores levantou a hipótese de que outros estudantes também apresentavam necessidades específicas para a aprendizagem, embora tais necessidades não tivessem sido formalmente declaradas. Em alguns casos, as dificuldades observadas poderiam estar relacionadas a fatores como privação social e econômica, o que exigia abordagens diferenciadas.

Portanto, o trabalho foi sendo desenvolvido em um formato de espiral contínua (de Arquimedes) (Figura 15), considerando a importância de partir do autoconhecimento dos indivíduos envolvidos até alcançar uma ação de alcance institucional, que posteriormente retornaria ao indivíduo para promover novas construções em seus ambientes. Assim, o trabalho foi dividido em duas fases: intervenção na unidade educacional e intervenção institucional (comunidade). A primeira fase focou na ação direta dentro da unidade educacional, enquanto a segunda buscou ampliar os efeitos da intervenção para a comunidade em um contexto mais amplo, promovendo mudanças significativas tanto no nível individual quanto institucional.

A proposta metodológica construída propõe uma leitura a partir da seguinte espiral de intervenções necessárias para a construção da funcionalidade sistêmica, conforme apresentado a seguir:

Figura 15 — Espiral de Arquimedes



Fonte: elaborado por leonardo@ia⁵

⁵ Disponível em: <https://leonardo.ai/>

6 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Nesta seção será apresentada a implementação do programa proposto nesta tese.

6.1 Fase 1 - Intervenção na unidade educacional

Nesta seção será detalhada a intervenção na unidade educacional escolhida para a implementação do programa proposto nesta tese.

6.1.1 Participantes da pesquisa

A amostra participante da primeira etapa deste estudo foi composta por 36 alunos, jovens e adultos, com e sem DI, com idade a partir de 16 anos, matriculados na Unidade de Hotelaria mencionada anteriormente. Além disso, participaram 5 instrutores e 3 profissionais de apoio⁶ da mesma unidade. Os alunos pertenciam aos cursos de auxiliar de cozinha, cumim, confeitiro e panificação, referentes ao primeiro semestre de 2023 (março a junho).

O recrutamento dos participantes foi realizado por meio de um convite formal realizado pela pesquisadora, em conjunto com a equipe da unidade. Os critérios de inclusão compreenderam os alunos jovens ou adultos matriculados na Instituição, entre 16 e 60 anos de idade. Os critérios de exclusão foram pessoas que não estivessem matriculadas e frequentando os cursos FIC da unidade educacional selecionada.

Para a segunda fase, no seminário, foram convidados alunos da FAETEC, professores, instrutores, demais colaboradores e familiares vinculados às unidades educacionais, além dos familiares e/ou responsáveis pelos jovens selecionados. Também foram convidados professores e profissionais que atuam com esses sujeitos, bem como profissionais interessados no tema, provenientes das diferentes unidades educacionais da rede e outros.

Para a construção do tutorial e registro em vídeoaula, o critério de inclusão

⁶ Profissionais de apoio compreende os setores de secretaria e serviços gerais.

foi a condição da deficiência intelectual apresentada por laudo médico e/ou pelas respostas da aplicação da Escala SIS, além do aceite para a gravação. O critério de exclusão foi a ausência da condição de deficiência intelectual.

O desenvolvimento do projeto contou com a colaboração e parceria dos pesquisadores do NEEI da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nas áreas de pesquisa, extensão e docência, assim como com a instituição parceira FUNDEC Inclusão, situada em Duque de Caxias e Xerém, o que fortaleceu a execução e os resultados da pesquisa.

Para alcançar os objetivos estabelecidos, a formação dos profissionais envolvidos foi orientada nos pressupostos do *learn by doing*, ou seja, aprender fazendo (FANTIN, 2018), envolvendo os sujeitos atendidos na unidade, suas famílias, colaboradores e membros da comunidade. É importante ressaltar que o intuito é que os resultados da pesquisa sejam compartilhados com a comunidade local, considerando a relevância da revisão paradigmática e as diversas iniciativas que poderão ser implementadas a partir dessa ação.

A entrada no campus, inicialmente planejada para o segundo semestre de 2022, precisou ser adiada em razão da pandemia de COVID-19. O perfil do grupo, a questão do manejo dos alimentos e a exposição da pesquisadora ao vírus, devido à presença de familiares em situação de risco, foram fatores decisivos para que a coleta de dados no local fosse realizada em 2023.

As etapas do trabalho serão apresentadas de forma sequencial, visando facilitar a compreensão do leitor sobre a ordem dos procedimentos realizados. É importante destacar que a revisão da literatura pertinente foi um processo contínuo e progressivo, sendo constantemente atualizada à medida que novos fenômenos eram vivenciados, proporcionando subsídios para as experiências realizadas ao longo da pesquisa.

6.1.2 1ª Etapa: reunião com o diretor e instrutores da unidade

A proposta da pesquisa foi inicialmente aceita com base no desdobramento da pesquisa de mestrado, permitindo que os participantes observassem os resultados obtidos até o momento. Ao longo dos últimos oito anos, a plataforma YouTube registrou aproximadamente 6.452 visualizações e 250 marcações de “gostei” (TUTORIAL [...], 2016).

A preocupação inicial consistia em avaliar se os próprios alunos compreendiam a relevância do tema, considerando que o curso tem como objetivo ser direto e prático, com ênfase na formação dos sujeitos para inserção rápida no mercado de trabalho.

A equipe reconheceu a importância de que, além da aquisição de conhecimentos previstos no programa curricular, os encontros proporcionaram uma oportunidade única, sendo aprovados com entusiasmo. A iniciativa foi vista como um ponto de partida para uma mudança significativa, com possibilidade de formar uma turma com expertise e experiências diferenciadas na área da inclusão. Os próprios instrutores, em suas narrativas, pontuaram que não receberam, em sua formação acadêmica, preparo adequado, nem mesmo introdutório, para lidar com pessoas com DI.

Os cursos de FIC na área da Hotelaria têm a duração de 20 semanas, o que apresentou o desafio de inserir os grupos focais dentro da carga horária das turmas sem comprometer, mas integrando o conteúdo programático a ser ministrado. Trabalhou-se em conjunto com o diretor e os instrutores para demonstrar que essa metodologia poderia transformar a formação desses profissionais, gerando um impacto positivo e ampliando as oportunidades de atuação desses novos profissionais.

Após a aceitação da proposta, seguiram-se os procedimentos estabelecidos no percurso metodológico.

6.1.3 2ª Etapa: Encontro com o grupo de alunos e professores no local da atividade pedagógica

Após o término das aulas teóricas, a pesquisadora integrou-se às atividades do módulo prático, acompanhando e vivenciando com os alunos as primeiras aulas de auxiliar de cozinha, cumin, padaria e confeitaria. Posteriormente, o responsável pela unidade apresentou a pesquisadora ao grupo, dando início a apresentação do projeto de pesquisa a ser desenvolvido. Nesse momento, os envolvidos foram reconhecidos e convidados a participar das próximas etapas do projeto.

Figura 16 — Encontro com o grupo de alunos e professores (1)



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 17 — Encontro com o grupo de alunos e professores (2)



Fonte: Acervo pessoal da autora.

6.1.4 3ª Etapa: Apresentação e aplicação de um questionário inicial com o TCLE para os alunos, professores/instrutores e profissionais de apoio

No início do processo, a pesquisadora realizou uma apresentação para os alunos, professores/instrutores e profissionais de apoio, explicando os objetivos e a metodologia do projeto. Em seguida, foi aplicado um questionário inicial (Apêndice E), acompanhado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice A), para garantir que todos os participantes compreendessem os termos da pesquisa e consentissem sua participação. O questionário visou coletar informações relevantes para o desenvolvimento do estudo e entender o contexto dos envolvidos.

O mesmo questionário foi aplicado aos diferentes segmentos da unidade, com o objetivo de elencar o perfil dos participantes para aferição, análise de resultados e possíveis observações pertinentes. Foram incluídos os seguintes elementos no questionário: idade, sexo, gênero, orientação sexual, cor/raça e função na unidade educacional.

Na sequência, na mesma página do questionário, foi solicitado aos participantes que respondessem de forma objetiva se sabiam o que é “funcionalidade”, com as opções “sim” ou “não”. Também foi perguntado se conheciam algum adulto com deficiência intelectual, novamente com as opções “sim” ou “não”, a fim de verificar o nível de conhecimento e familiaridade com o tema

No terceiro momento, foi apresentado um quadro de avaliação de satisfação, contendo perguntas e/ou expressões que abordaram diferentes aspectos da experiência dos participantes. O quadro foi estruturado com as seguintes opções de respostas para que pudessem indicar níveis de satisfação: muito insatisfeito, insatisfeito, indiferente, satisfeito e muito satisfeito.

Figura 18 — Momento da apresentação e aplicação dos questionários (1)



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 19 — Momento da apresentação e aplicação dos questionários (2)



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O Questionário pode ser encontrado no Apêndice E, intitulado: Caracterização dos sujeitos participantes e avaliação de satisfação.

6.1.5 Perfil dos participantes

Cientes da relevância da coleta de dados sobre o perfil dos participantes, foram levantados alguns indicadores estabelecidos para um melhor reconhecimento, permitindo um olhar mais abrangente sobre esses sujeitos (Apêndice F).

Dentre os 44 respondentes, 36 eram alunos, 5 eram professores/instrutores e 3 eram profissionais da equipe. Vale destacar que, devido às dúvidas apresentadas por pessoas com DI e outras durante o preenchimento do questionário, foi oferecido espontaneamente o apoio entre os pares, visando elucidação, compreensão e auxílio nas respostas.

Dos 36 alunos participantes, a faixa etária média variou entre 18 e 60 anos, estabelecendo um intervalo de 42 anos entre as extremidades das idades apresentadas. A distribuição etária foi a seguinte: 11,4% entre 18 e 25 anos; 22,9% entre 26 e 34 anos; 20% entre 35 e 44 anos; 11,4% entre 45 e 55 anos; 20% entre 55 e 60 anos e 14,3% maiores de 60 anos. Destaca-se que 45,7% eram pessoas acima dos 45 anos, matriculados em cursos FIC nos turnos diurnos e vespertino, buscando novos campos de conhecimento e oportunidades no mercado de trabalho. Esses dados evidenciam a diversidade etária do público atendido e a motivação de pessoas de diferentes idades e condições em investir em cursos FIC, reforçando a relevância de programas de formação acessíveis a todas as faixas etárias, independentemente da condição socioeconômica ou deficiências/transtornos.

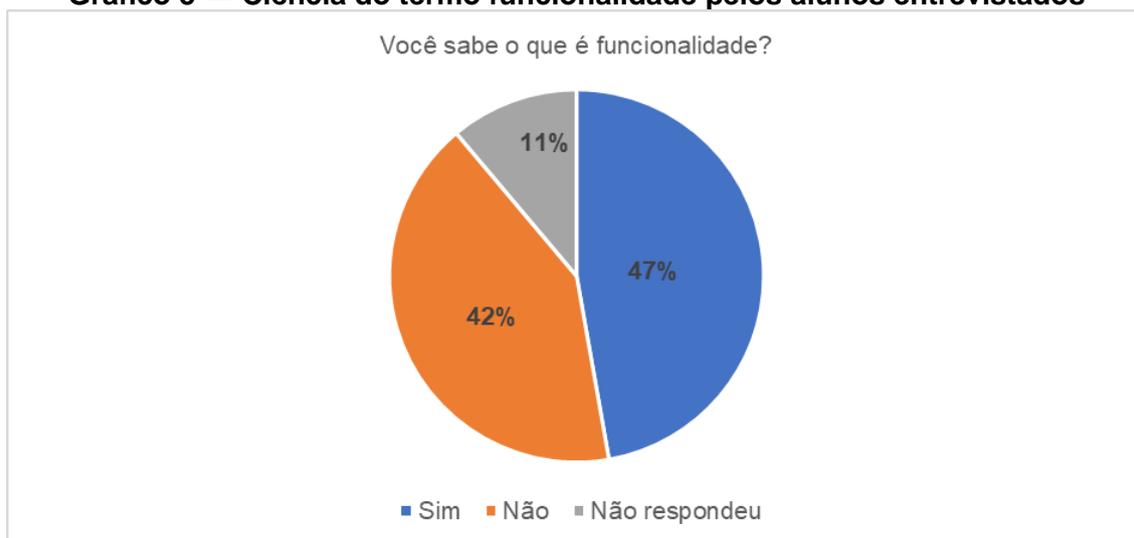
Quanto ao sexo biológico declarado pelos participantes, observou-se que, no semestre de 2023, 22 pessoas se identificaram como mulheres e 14 como homens. Esses dados apontam que, entre os matriculados, 61,1% são mulheres e 38,9% homens, indicando uma maior procura feminina pelo curso de Hotelaria.

Em relação à orientação sexual, os dados revelam que 75% se identificaram como heterossexuais, 5,6% optaram por não se classificar e 19,4% não responderam.

Sobre a representatividade da cor/raça, 30,6% se declararam pardos, 30,6% brancos, 27,8% pretos, 8,3% amarelos, e um entrevistado optou por selecionar o campo “prefiro não responder.”

No que tange ao conhecimento da palavra “funcionalidade” (Gráfico 5), dos 36 questionários respondidos, 17 participantes afirmaram saber o significado, abrangendo 47,2 % do total; 15 participantes responderam que não sabiam o significado da palavra, representando 41,7%; enquanto 4 entrevistados optaram por não responder, sendo 11,1%.

Gráfico 5 — Ciência do termo funcionalidade pelos alunos entrevistados



Fonte: Base de Dados da pesquisa (elaborado pela autora).

A questão “Você conhece alguma pessoa com DI?” (Gráfico 11) teve por objetivo avaliar o conhecimento prévio dos participantes sobre o reconhecimento de uma pessoa com DI em seu grupo social ou comunidade. Os dados indicaram que 20 alunos (55,6%) afirmaram conhecer algum adulto com DI, enquanto 13 alunos (36,1%) disseram não conhecer e 3 (8,3%) não responderam. Esse dado é relevante, pois a pesquisa foi realizada após o início do período letivo e o perfil da turma inclui a presença frequente de adultos com DI nas aulas.

Gráfico 6 — Você conhece alguma pessoa com DI?



Fonte: Base de Dados da pesquisa (elaborado pela autora).

Com o objetivo de caracterizar o conhecimento prévio inicial sobre o conceito de funcionalidade passamos à quarta etapa do processo.

6.1.6 4ª Etapa: aplicação de um questionário sobre o conceito de funcionalidade e limitações e dinâmica

Foi aplicado um questionário (Apêndice G) com o objetivo de avaliar a compreensão dos participantes sobre o conceito de funcionalidade e suas possíveis limitações. As perguntas foram feitas uma a uma, para evitar qualquer interferência nas respostas:

1ª questão: O que é **funcionalidade** para você?

Os participantes foram solicitados a escrever uma frase sobre o tema, com o objetivo de identificar e elencar o conceito do grupo.

Atividade: Liste até cinco **funcionalidades** que você possui para trabalhar com pessoas com deficiência intelectual.

A proposta foi que os participantes refletissem e autoavaliassem suas funcionalidades, listando-as de zero a cinco itens.

2ª questão: O que são **limitações** para você?

Os participantes foram convidados a descrever em uma frase o que entende por **limitações**, com o objetivo de elencar o conceito do grupo.

Atividade: Listar de zero a cinco itens que represente barreiras ou limitações ao trabalhar com adultos com deficiência intelectual.

O objetivo foi promover uma autoanálise e reflexão sobre essa temática, possibilitando identificar possíveis obstáculos e barreiras, listando-os de zero a cinco itens.

Após as respostas, foi promovida uma troca entre os participantes que voluntariamente se dispuseram a lê-las.

O propósito dessa coleta foi realizar a codificação das palavras mais frequentes extraídas das respostas, a fim de avaliar os códigos e identificar padrões ou temas recorrentes nas percepções dos participantes acerca da funcionalidade, das limitações e das barreiras enfrentadas no trabalho com adultos com deficiência intelectual.

Como encerramento, foi realizado uma dinâmica com a apresentação do vídeo 1 **Di tutoriais - aula quiche de queijo** (TUTORIAL [...], 2016a)⁷ Além

⁷Este produto é parte integrante da dissertação de Mestrado em Diversidade e Inclusão da

disso, foi feita a exibição do vídeo: Tutoriais de pessoas com deficiência intelectual (um dos resultados do trabalho do Mestrado da pesquisadora pelo CMPDI-UFF), disponível na plataforma YouTube, com protagonismo de um adulto com DI. O objetivo foi sensibilizar os participantes sobre a temática abordada. Após a exibição do tutorial, os participantes foram convidados a participar de um **love-back** e fornecer um **feedback**. O **love-back** consiste em compartilhar de como se **sentiram** ao assistir ao vídeo (sem ponderar os dados técnicos ou teóricos envolvidos), enquanto o **feedback** envolve um diálogo com as informações teóricas, conceituais e discutidas até aquele momento.

Momentos de compartilhamento criam um ambiente de valorização e proporcionam trocas significativas, permitindo que os participantes interajam sobre o fenômeno com experiências vividas anteriormente. Momentos como o mencionado acima potencializam o reconhecimento inicial das possibilidades, favorecem a comunicação e contribuem para a construção de relações afetuosas e fortalecedoras no grupo.

Figura 20 — Apresentação dos tutoriais de pessoas com DI



Fonte: Acervo pessoal da autora.

6.1.7 Materiais e equipamentos utilizados

Durante essas etapas, foram utilizados materiais de consumo, como lápis, papéis, canetas e pastas plásticas para organização dos materiais impressos. Outros equipamentos também foram utilizados, tais como: notebook, um telefone

Universidade Federal Fluminense (2016). Trabalho autorizado para difusão da funcionalidade das pessoas com deficiência intelectual.

celular como roteador do sinal de internet e outro telefone celular para o registro de fotos, impressora e xerox.

Os dados coletados foram armazenados nas fichas físicas, planilhas no Excel, imagens, vídeos e cópias manuscritas e em áudio das entrevistas. Esses arquivos estão armazenados em arquivos pessoais e no *drive* da pesquisadora. Isto é, estão arquivados de forma física e digital seguindo o princípio da redundância para garantir a segurança e acessibilidade futura.

6.1.8 5ª Etapa: avaliação dos questionários

Foi realizada uma avaliação qualitativa das respostas dos questionários 1 e 2 para compreender o perfil do grupo. Essa análise foi sintetizada e apresentada nos gráficos, permitindo uma visão mais clara das percepções e conhecimentos dos participantes sobre os temas abordados.

6.1.9 6ª Etapa: grupos focais

A formação dos grupos ocorreu em dois momentos distintos, nos períodos da manhã e da tarde, reunindo alunos, instrutores e profissionais de apoio para discutir os temas funcionalidade, tecnologia e inclusão.

O objetivo geral foi proporcionar aos envolvidos conhecimentos básicos sobre as temáticas, por meio da apresentação de conceitos teóricos e práticos.

Os objetivos específicos foram:

- a) propiciar uma compreensão dos temas abordados, favorecendo uma ampliação da visão sobre as questões relacionadas à inclusão e funcionalidade;
- b) identificar o público com deficiências, transtornos e necessidades específicas de aprendizagem, promovendo a conscientização sobre suas características;
- c) proporcionar conhecimento sobre a pessoa com DI, principais causas e características visando desmistificar conceitos e ampliar o entendimento;
- d) apresentar o conceito da funcionalidade pela AAIDD;
- e) demonstrar o tutorial de pessoas com deficiência intelectual, enfatizando

protagonismo e tecnologia, estimulando reflexão sobre as oportunidades de inclusão no mercado de trabalho.

O encontro foi realizado no auditório de outra unidade educacional da rede e teve duração aproximada de 3 horas, considerando o perfil e aspectos, inclusive econômicos, do grupo. Alguns alunos dependem das refeições produzidas nas aulas práticas como seu principal alimento do dia e possuem outras demandas de trabalho e/ou compromissos familiares após o horário. Assim, considerando a realidade da população atendida, buscou-se ajustar a programação.

6.1.10 7ª Etapa: aplicação das entrevistas iniciais com os 3 alunos identificados como adultos com DI

Dos alunos identificados por laudos apresentados pelos familiares e conhecidos previamente pela equipe, dois foram entrevistados separadamente. Em seguida, seus familiares também foram entrevistados. Um aluno procurou a pesquisadora após a sexta etapa (grupos focais), identificando-se como pessoa com DI, embora não tenha apresentado laudo e nem se autodeclarado DI no momento da matrícula.

Foram realizados encontros entre cada responsável e a pesquisadora, uma vez que estavam desejosos de compartilhar diversas experiências, inclusive momentos traumáticos relacionados a temas como casamento e saúde física das figuras maternas.

6.1.11 8ª Etapa: aplicação da Escala de intensidade de Suportes em jovens e adultos com DI na Unidade Educacional da FAETEC

A pesquisadora utilizou a SIS como instrumento de avaliação junto aos alunos (Anexo A). A partir dos resultados obtidos, foi possível traçar o perfil de cada participante, conhecendo suas habilidades adaptativas, seu cotidiano e algumas particularidades.

A aplicação da escala permitiu que os sujeitos expressassem seus anseios e desejos por uma vida adulta mais autônoma e independente, além de

relatar fatos e situações envolvendo vulnerabilidades sociais e pessoais.

6.2 Fase 2 - Intervenção educacional comunitária

Nesta seção será detalhada a intervenção realizada na comunidade escolhida para a implementação do programa proposto nesta tese.

6.2.1 1ª Etapa da 2ª fase: Apresentação e reuniões com a comunidade, realização da formatura final da turma de 2023.2 com a participação de representantes da FAETEC e da comunidade

Conforme estipulado nos objetivos do trabalho, era essencial que a ação alcançasse a comunidade para além dos muros da unidade educacional envolvida. Assim, foi formalizado um convite oficial para a participação da comunidade nesse momento de conclusão do curso. Importa destacar que a temática abordada busca promover uma mudança de paradigmas dentro da comunidade, considerando um paradigma sistêmico, no qual a abrangência da intervenção se estende ao trabalho nos subsistemas e macrosistemas. Dessa forma, os dados iniciais e a dinâmica da pesquisa já previam uma ação “além dos muros da escola”.

Essa visão de “ir além dos muros da escola” remete a contribuições significativas de vários teóricos que sustentam uma abordagem mais crítica e libertadora, como Freinet (1975).

Figura 21 — Convite da Banca de avaliação dos cursos



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O convite (Figura 21) foi formalmente encaminhado pela pesquisadora e pela orientadora à Presidência, às diferentes Diretorias Educacionais e Administrativas da Rede, ao proprietário de um restaurante localizado no bairro de Quintino (em frente à unidade educacional), aos representantes da Rede de Hotelaria do Estado do Rio de Janeiro, bem como a outros setores da instituição.

Antes do início das avaliações dos alunos, foi apresentada uma exposição em PowerPoint sobre o trabalho de doutorado em desenvolvimento, fundamentado nos pressupostos do conceito de funcionalidade e nos estudos realizados anteriormente pela pesquisadora. Com o objetivo de adotar uma abordagem ecológica (sistêmica) e comunitária, a apresentação contou com a participação de membros da banca avaliadora, incluindo representantes da Presidência da instituição e assessores diretos, além de membros das diretorias de desenvolvimento da educação básica e técnica, formação continuada e ensino superior.

Estiveram presentes representantes de universidades parceiras, um representante da Rede Hoteleira internacional situada na cidade do Rio de Janeiro e o proprietário de um bar-restaurante localizado em frente à instituição. Este último, que mantém negócio há mais de 25 anos, relatou que foi a primeira vez que entrou na instituição, motivado pelo convite, para conhecer o trabalho realizado. Em seu depoimento emocionado, destacou a relevância da experiência, mencionando a presença de um membro da família com deficiência,

o que conferiu um significado singular ao momento.

Essa etapa do trabalho foi planejada de forma intencional, com o objetivo de mobilizar as lideranças das unidades educacionais públicas e privadas em prol de mudanças paradigmáticas essenciais. O papel dessas lideranças é fundamental para a promoção de transformações que viabilizem novas políticas e investimentos necessários para que a inclusão se concretize efetivamente, com base nas garantias dos direitos dos cidadãos.

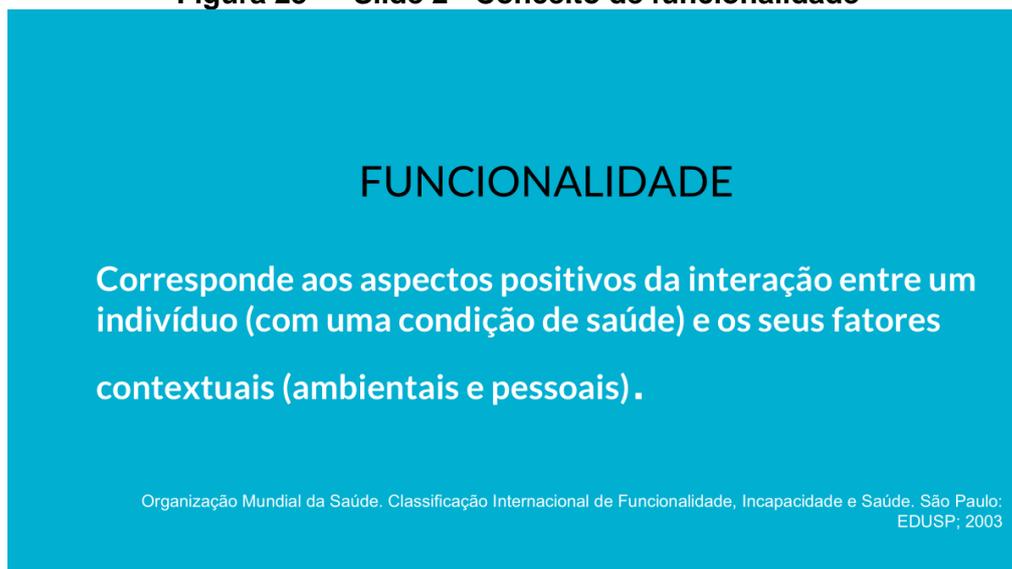
Seguem os slides da apresentação sobre o tema (Figuras 22, 23, 24 e 25)

Figura 22 — Slide 1



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 23 — Slide 2 - Conceito de funcionalidade



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 24 — Slide 3 - Registro do produto do Mestrado Tutoriais de pessoas com DI



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 25 — Slide 4 - Registro das etapas da pesquisa e dos grupos focais



Fonte: Acervo pessoal da autora.

6.2.2 2ª Etapa da 2ª fase: seminário envolvendo a temática do trabalho e apresentando os resultados obtidos de forma a realizar a difusão científica

Logo após a primeira etapa, para implementar o paradigma da funcionalidade entre os diversos sujeitos da comunidade, foi importante a

realização de um seminário internacional com o propósito de promover a difusão do reconhecimento e do conhecimento acerca dos adultos com DI, assim como dos aspectos positivos de sua interação com o ambiente. De forma teórico-prática, o seminário teve como objetivo estabelecer rupturas paradigmáticas, promovendo um novo saber de forma global e abrangente para os diferentes profissionais da instituição. Dessa maneira, buscou-se evidenciar o protagonismo dos adultos com DI, proporcionando-lhes a oportunidade de interagirem e atuarem ativamente no evento.

É fundamental compreender que, ao contar com jovens e adultos com DI participando em todas as dimensões do planejamento logístico do *setting* do seminário, destaca-se a contribuição ativa desses sujeitos em cada etapa do processo. Tal participação não só beneficia diretamente os próprios indivíduos, mas também enriquece a experiência e promove novas percepções entre os demais participantes das equipes envolvidas.

Portanto, o seminário objetiva ser um recurso de identificação, sensibilização e provocação da mudança paradigmática necessária a partir do fornecimento de informações, da escuta dos protagonistas e da intercessão necessária com os demais agentes políticos, econômicos, sociais e educacionais da comunidade propiciando uma intersectorialidade.

Ao abordar um projeto que propõe uma metodologia de intervenção comunitária, a construção de um seminário com foco na funcionalidade, inclusão, tecnologias e convivência configura uma ação que envolve entes da gestão pública e privada. Nesse contexto, o seminário representa uma importante estratégia de parcerias intersectoriais com diferentes organizações e órgãos governamentais, essenciais para o despertar para um novo modelo epistemológico e paradigmático, bem como para a implementação efetiva da proposta.

6.2.3 3ª Etapa da 2ª fase: produção do tutorial

A tecnologia digital desempenha um papel relevante na sociedade, possibilitando uma aprendizagem mais dinâmica para os educandos, independentemente de sua condição. Dessa forma, a construção e a elaboração dessas ferramentas viabilizam uma maior interação e o protagonismo de adultos

com DI, proporcionando visibilidade àqueles historicamente considerados invisíveis e excluídos, conforme apresentado na fundamentação teórica deste trabalho.

Assim, a apresentação do potencial dessas pessoas aos profissionais objetiva a revisão dos paradigmas existentes. Quando há a explanação desses aspectos acerca da temática desenvolvida, objetiva-se também a construção e apresentação de uma metodologia educacional baseada no modelo de intervenção multidimensional e sistêmico, tendo como base a AAIDD (2010; 2021a) e a possibilidade de reaplicação em diferentes contextos.

A implementação de programas educacionais para pessoas com deficiência intelectual deve ser baseada em uma abordagem integrada, focada nas necessidades desse público-alvo. A seguir, descrevemos as etapas que levaram à criação e gestão do tutorial intitulado: “Tutorial: Como fazer um bolo de farinha de arroz? Curso de Confeitaria”, postado no canal do YouTube Di tutoriais (TUTORIAL [...], 2024). As etapas foram elaboradas com base em outras experiências acadêmicas de educação tutorial/tecnológica para pessoas com DI.

Conforme apontado no relatório de Souza (2009), intitulado “Educação profissional para alunos com deficiência intelectual significativa” e elaborado para a Secretaria de Estado da Educação do Paraná como exigência do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, a participação na educação começa com uma **avaliação das necessidades, oportunidades e desafios** das pessoas com DI. A compreensão do papel de um indivíduo com DI no processo de desenvolvimento intelectual, emocional e profissional torna-se fundamental para a preparação de atividades de ensino apropriadas. Isso inclui avaliar o nível de compreensão, habilidades de comunicação e conhecimento sobre as tecnologias envolvidas. Portanto, a escolha pela Escala de Intensidade de Suportes foi crucial enquanto um instrumento reconhecido pela AAIDD.

Dessa maneira, a produção dos tutoriais torna-se interessante para a comunidade em questão, na medida em que avalia a necessidade de inclusão profissional latente nesse grupo social, cria uma oportunidade de aprendizagem nessa esfera social e busca superar o desafio da inserção de jovens e adultos com DI no mercado de trabalho.

Partindo dessa avaliação, foram **determinados objetivos de**

intervenção que, de acordo com Marins (2019), podem incluir o desenvolvimento de habilidades práticas e a promoção da independência. Além disso, o autor destaca a importância de métodos participativos e interativos, como a aprendizagem baseada em projetos e o uso de múltiplas ferramentas (vídeo, imagens, áudio, etc.), que facilitam a compreensão e a interação. O formato do tutorial em plataforma de vídeos foi escolhido por ser uma ferramenta de ensino que traduz conceitos complexos em linguagem simples e estruturada.

O próximo passo da produção foi a **mediação pedagógica**, que deve ser realizada por profissionais qualificados que atuem como facilitadores da aprendizagem, principalmente fornecendo avaliação. A avaliação é essencial para garantir a eficácia e o impacto na aprendizagem. Ela deve ser formativa, ou seja, estar presente durante todo o processo, permitindo ajustes conforme as necessidades (VASCONCELOS, 2018).

Por fim, após a gravação do material, o vídeo editado foi disponibilizado na plataforma YouTube para registro e posterior divulgação.

Acredita-se que, após a conclusão do processo, as pessoas com deficiência intelectual desenvolvem habilidades práticas e intelectuais, aumentando sua independência e inclusão social. A criação dos tutoriais representa uma progressão natural das intervenções educacionais já iniciadas nessa comunidade, cujo objetivo é disseminar o conhecimento adquirido nessas interações e ajudar outras pessoas a conhecer e utilizar melhor os materiais educacionais projetados especialmente para pessoas com DI.

6.3 Procedimento de análise dos dados

A análise qualitativa dos dados foi conduzida com base em anotações de observações realizadas, relatos pessoais, respostas aos questionários sobre funcionalidade e limitações do processo, avaliações finais da palestra e descrições das práticas executadas. Essas informações foram importantes para o estabelecimento do percurso de cada etapa vivenciada.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se por sua proposta de organização e interpretação dos fenômenos a partir dos dados coletados, focando em como os pensamentos e insights sobre determinado fenômeno se

constroem, bem como na perspectiva adotada no processo.

A pesquisa buscou identificar os dados e relatos mais frequentes relacionados à pessoa com DI. Com base nessas informações, a pesquisa teve o potencial para elucidar pontos, temáticas ou padrões (modelos) a serem enfatizados, visando uma compreensão mais profunda e uma mudança paradigmática significativa. A partir das discussões geradas pelas análises, foi possível realizar aprofundamentos e, assim, revisões de posicionamentos poderão emergir com base nos próprios relatos dos grupos.

A análise qualitativa permite uma reflexão aprofundada sobre os sentimentos, impressões e percepções das pessoas ao avaliarem seus discursos, seja de forma oral ou escrita.

A pesquisa pautou-se na confiabilidade e validade dos dados, respeitando a forma original do que cada participante escreveu, bem como os critérios ou questões que foram considerados.

Ao abordar a aplicação dos questionários, observou-se o movimento espontâneo dos colegas de turma em apoiar aqueles que apresentaram dificuldades de compreensão das questões ou na elaboração das respostas. Nesse sentido, percebeu-se que as restritas condições de conhecimento e elaboração estavam presentes. Assim, a contribuição de Vygotsky, ao abordar a tutoria entre pares, mostrou-se fundamental para esse processo, no qual todos vivenciaram conjuntamente todas as etapas do fenômeno.

7 RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos nas intervenções descritas nas seções anteriores.

7.1 Programa FISA (Funcionalidade Inclusiva Sistêmica e Aplicada)

Os dados estatísticos da educação, de 2019 a 2023, evidenciam que a inclusão educacional de pessoas com deficiência intelectual ainda enfrenta barreiras significativas para a inserção plena na comunidade, especialmente à medida que essas pessoas envelhecem. Embora o país tenha avançado ao tratar da efetivação de políticas públicas voltadas à inclusão na educação, persistem os desafios relacionados ao acesso e à permanência do público jovem adulto com deficiência no ambiente de aprendizagem, o que impacta o direito à educação ao longo da vida.

As barreiras identificadas abrangem aspectos físicos, pedagógicos, tecnológicos, atitudinais e sociais. No entanto, destaca-se que a inserção das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, por meio da modalidade de FIC, ainda revela lacunas significativas de dados no Brasil. Apesar disso, essa modalidade aponta para um caminho promissor de ampliação das oportunidades de inclusão no mercado de trabalho e autonomia para jovens maiores de 17 anos.

O objetivo central deste estudo foi validar um modelo de intervenção comunitária para jovens e adultos com DI, fundamentado no paradigma da funcionalidade em uma unidade educacional de formação profissional no município do Rio de Janeiro. Utilizando as interfaces com o modelo multidimensional e ecológico da AAIDD, sugere-se a concepção da episteme da **FISA**, que visa proporcionar mudanças paradigmáticas em prol da inclusão de adultos com deficiência intelectual, por meio da capacitação a ser desenvolvida e da convivência na comunidade. O conceito gera a perspectiva dual, simbolizada pelo “voo das duas asas”. A ação é **sistêmica**, pois abrange aspectos da pessoa em seu desenvolvimento no contexto em que vive para um

todo interativo e tem a prerrogativa de ser **aplicada**.

Para que haja uma ação inclusiva efetiva, é necessário que todos os agentes sociais na sociedade – escola, igreja, clubes, etc. – transformem sua percepção sobre as pessoas com deficiência. A humanidade, em sua constante busca por explicações e construções de novas intervenções, falha em perceber que uma perspectiva abrangente e sistêmica – na qual o próprio sujeito se apropria de seu protagonismo e expande sua funcionalidade em todas as áreas da vida – é o que, de fato, pode proporcionar o contexto para sua autorrealização. Essa visão se assemelha a um grande prisma, onde cada um, integrado ao todo, resplandecerá dentro de suas próprias possibilidades.

Com base nessa compreensão e a partir do trabalho desenvolvido, apresenta-se um novo modelo de intervenção comunitária. Dessa forma, os resultados deste trabalho apontaram para a elaboração de um programa metodológico de ensino, denominado FISA. Esse programa foi gerado a partir das etapas das investigações e práticas realizadas..

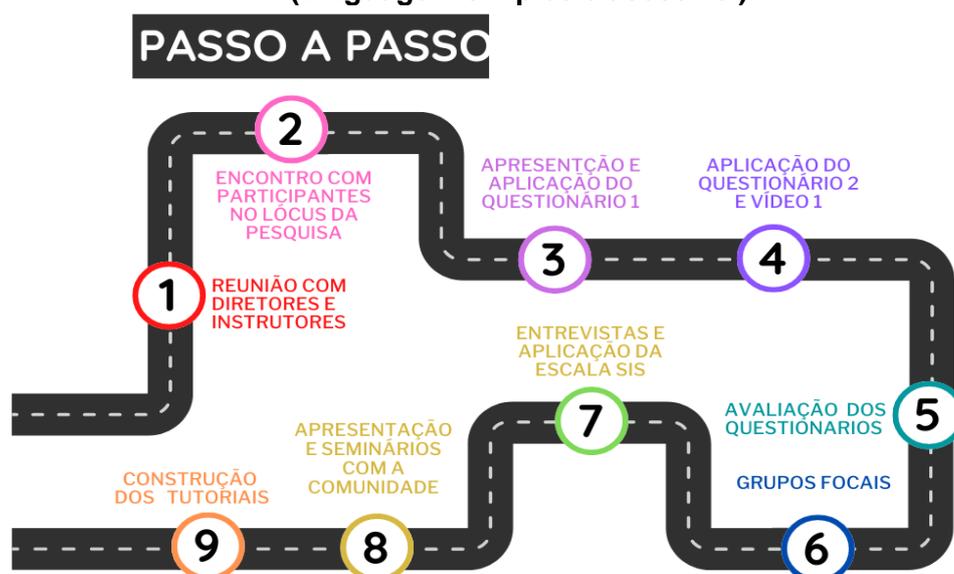
7.1.1 Estrutura do Programa

A partir de cada etapa do trabalho, propõe-se sistematização da diretriz metodológica, denominada Programa Metodológico FISA (Funcionalidade Inclusiva Sistêmica e Aplicada), com a vertente de intervenção comunitária/institucional.

A Figura 26 ilustra detalhadamente o passo a passo do Programa, estabelecendo um percurso metodológico possível que visa sistematizar as ações realizadas e orientar a implementação do processo.

Esse caminho metodológico foi estabelecido de modo a alinhar-se aos pilares paradigmáticos contemporâneos centrais à pesquisa: funcionalidade, tecnologia e inclusão de jovens e adultos com DI, com foco na funcionalidade, na inclusão e pautado no paradigma sistêmico, inovando em sua aplicabilidade.

Figura 26 — Síntese das etapas metodológicas do Programa FISA (Linguagem simples e acessível)



Fonte: elaborado pela autora.

7.1.2 Implementação do Programa

A seguir, serão destacadas e desmembradas as fases de implementação:

- a) Fase 1:
- 1. Reuniões com as equipes de direção, professores e instrutores;
 - 2. Encontro com os participantes sujeitos da pesquisa que estarão envolvidos no lócus da pesquisa;
 - 3. Apresentação e aplicação do Questionário 1;
 - 4. Apresentação e aplicação do Questionário 2, bem como apresentação do vídeo tutorial de pessoas com DI, permitindo um *loveback* e *feedback* sobre o tema;
 - 5. Avaliação dos questionários apresentados, com a coleta dos dados, permitindo aferir o perfil dos participantes;
 - 6. Formação dos grupos focais para a o conhecimento sobre o que é um paradigma, identificação da visão do grupo, apresentação do paradigma da funcionalidade, da inclusão, do conceito das pessoas com deficiência intelectual e das múltiplas possibilidades de aprender-ensinar juntos;
 - 7. Aplicação da Escala SIS e entrevistas com os alunos com deficiência intelectual e seus familiares;
- b) Fase 2:
- 8. Apresentação e reuniões com a comunidade (formatura dos alunos, seminários com ou sem fomentos e outras estratégias que alcancem o maior número de envolvidos na unidade educacional);

— 9. Construção de novos tutoriais, tendo como protagonistas as pessoas com deficiência intelectual.

A implementação do programa poderá ser desenvolvido dentro de um período letivo, desde que as nuances de cada etapa possam ser bem vivenciadas e compreendidas pelos envolvidos. No caso da pesquisa descrita, o cronograma previsto alcançou dois anos de trabalho direto em campo, por estar relacionado diretamente a outros calendários, tais como: calendário de saúde devido à pandemia de COVID-19, calendário escolar e de fomentos da FAPERJ para a realização do seminário.

A partir da análise dos resultados obtidos, verificou-se a efetividade de reiniciar o trabalho nas diferentes fases do calendário escolar. O Programa FISA revelou-se inovador e pertinente, uma vez que favorece a consolidação do paradigma da funcionalidade de maneira contínua, gradual e progressiva no processo de ensino-aprendizagem de uma determinada comunidade, bem como favorece a identificação dos aspectos positivos das pessoas com e sem DI ao longo do período letivo.

A aplicação do Programa FISA demonstra ser eficiente e eficaz em diferentes contextos educacionais, o que aponta sua versatilidade e potencial de adaptação a diferentes realidades escolares, podendo ser ajustado conforme as necessidades específicas de cada localidade ou instituição.

Importante ressaltar que sob a ótica da FISA, os princípios fundamentais para a educação – funcionalidade, tecnologia, inclusão e o paradigma sistêmico (ecológico) – precisam ser contemplados, visando uma ação efetiva na comunidade. Dessa forma, a replicabilidade do programa desse modelo metodológico poderá gerar impactos, contribuindo para novas visões e práticas inovadoras e de qualidade.

7.1.3 Produção do tutorial

Com o intuito de tratar sobre a funcionalidade, inclusão e tecnologias digitais em prol da mudança paradigmática necessária na comunidade e na sociedade, observou-se a prerrogativa de estar atuante nesse processo, podendo disseminar o conhecimento sobre as pessoas com DI e a

funcionalidade.

O Quadro 10 contém os títulos de vídeoaulas e *lives* produzidas durante o período do doutoramento. Este material foi recuperado da internet utilizando as seguintes combinações de palavras-chave⁸: “Faetec Sônia Mendes”; “faetec ediclea mascarenhas”; “edicleamascarenhas” “funcionalidade das pessoas com deficiência”:

Quadro 9 — Aulas e *lives* produzidas durante o período do doutoramento

Título do vídeo _ Canal	Endereço	Data	Visualizações
Webinar 6: Educação Especial no Mundo 4.0 _ CER Polo Sebrae	youtube.com/watch?v=KMnWeL3STWI	04/05/2020	14.000
Lançamento de Livros - VIII Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural _ Arte de toda gente	youtube.com/watch?v=57hI9NSPt5M	01/12/2020	428
Paradigmas na Educação Profissional Especializada e Inclusiva _ Centro de memória da Faetec	youtube.com/watch?v=BeBAD5o-n0U	15/06/2021	265
Ciclo de Lives NEEI: Pesquisa em Foco 25/08/2021 _ Núcleo Neei UERJ	youtube.com/watch?v=eu47YILcyPI	25/08/2021	210
Turismo Inclusivo: um estudo teórico empírico (part. Carlos Lidizia, Ana Reis e Sônia Mendes) _ Laboratório de Pesquisa, Gestão e Desenvolvimento do Turismo LAB PGTUR	youtube.com/watch?v=GLpFD4EBVQY	19/08/2022	365
Lançamento de Livros: bate-papo com autores e autoras _ Centro de Memória da Faetec	youtube.com/watch?v=ZOXW7NxxkZWg	16/06/2021	450
Diálogos práticas inclusivas no ensino remoto/híbrido _ Faetec EAD	youtube.com/watch?v=BUtQ_SeM55Y	09/06/2021	649
RODA DE CONVERSA: Perspectivas híbridas para a Inclusão _ Faetec EAD	youtube.com/watch?v=2uFFaL1UcCI	11/02/2021	1055
Lançamento do Livro Tutoriais de pessoas com deficiência intelectual na Faetec _ Sonia_mendes_psi	youtube.com/watch?v=h23VCrQze1I	30/04/2021	29

⁸ A coleta dos dados foi realizada no dia 20 de junho de 2024 pela plataforma YouTube.

Convite para o evento "Diálogos Faetec" (100% acessível) _ Faetec EAD	youtube.com/watch?v=gVcR6GYR_CM	01/06/2021	155
Inclusão e Acessibilidade - 2º Ciclo de Encontros Virtuais em Turismo e Hotelaria _ TV Infante	youtube.com/watch?v=reB-ltDffMw	02/09/2021	134
Chamada para o Evento: Diálogos Faetec - práticas inclusivas no Ensino remoto/híbrido (2021) _ Faetec EAD	youtube.com/watch?v=3pOr52IRCF4	26/05/2021	93
3ª Conferência Brasileira de Diversidade e Inclusão _ LIDI TV	youtube.com/watch?v=7ftpAunB-fk	15/07/2021	170
Transmissão ao vivo do Seminário Internacional - Funcionalidade, Tecnologia e Inclusão (Tarde) _ Rede Faetec	youtube.com/watch?v=LM1YQsASFtg	21/03/2024	364

Fonte: elaborado pela autora.

Adotando uma perspectiva de metodologia de busca acadêmica, inserimos a expressão **TUTORIAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL** (sem aspas) no *Google Scholar* e foram recuperados 11.200 resultados publicados até o final do ano de 2022. Após a análise dessas ocorrências, concluímos que não foram publicados artigos científicos ou pesquisas que tratassem sobre a produção de tutoriais por pessoas com deficiência intelectual. Ao repetirmos a mesma busca utilizando aspas, o único resultado recuperado foi a dissertação de mestrado publicada pela pesquisadora Sonia Mendes Ferreira Lopes, autora desta tese, no CMPDI da UFF, com conclusão em 2016. O trabalho apresentou o paradigma da inclusão de pessoas com DI, partindo dos pressupostos do autogerenciamento e da ótica da funcionalidade humana, e teve como resultado a construção de tutoriais na web feitos por alunos com SD dos cursos de auxiliar de cozinha e cumim de um centro de capacitação profissional para pessoas com DI do município do Rio de Janeiro.

Sendo assim, a construção de um novo tutorial que apresentasse o jovem adulto com deficiência intelectual ensinando uma receita fruto do conhecimento construído em sala de aula de um curso de FIC numa unidade pública de ensino, visa não apenas fornecer uma ferramenta de aprendizado inclusiva, mas também empoderar os indivíduos com DI como coautores do processo, garantindo que a produção do conteúdo seja representativa de suas

necessidades e perspectivas.

A utilização de LIBRAS, audiodescrição e legendas torna o material acessível a um público mais amplo, promovendo a acessibilidade e a inclusão no contexto educacional e social.

Para a divulgação, foi utilizada a versão gratuita do gerador de códigos QR no site *QR Code Generator* (<https://www.qr-code-generator.com/>), buscando alcançar de forma prática o público de interesse do tutorial desenvolvido.

Figura 27 — QR Code



Fonte: [qr-code-generator.com](https://www.qr-code-generator.com/)

7.2 Conquistas para a rede educacional

A partir das discussões estabelecidas e do conhecimento difundido e vivido, foram elencadas algumas conquistas observáveis, a saber:

7.2.1 Proposta de reformulação das Matrizes Curriculares nas Unidades Educacionais acrescentando áreas e conteúdos pertinentes a funcionalidade, tecnologia e inclusão

Focados na pesquisa-ação, onde os processos estão “além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro” (THIOLLENT, 2022, p. 5), os estudos construídos no decorrer do desenvolvimento do trabalho possibilitaram uma série de discussões e reflexões na atualização das matrizes curriculares das unidades educacionais de ensino médio-técnico do curso de agenciamento de turismo de 2022, onde, no

componente curricular: **“Aprofundamento aplicado à formação técnica profissional: Psicologia das Relações Humanas”**, uma das habilidades a ser trabalhada é discutir os aspectos e os sujeitos envolvidos na questão da inclusão social e na diversidade humana. Foi inserido o seguinte componente curricular: **“Diversidade e Inclusão: Exclusão e Inclusão – concepções sociais; a diversidade humana como princípio de equidade; acessibilidade; público-alvo da educação especial e necessidades específicas”** (APÊNDICE K), a discussão do paradigma da funcionalidade foi inserida dentro do conteúdo sobre diversidade e inclusão com as seguintes referências: Fernandes e Orrico (2012); Ferreira e Fernandes (2019); Santos e Santos (2012) e outros.

7.2.2 Inclusão do paradigma da funcionalidade (AAIDD) no Programa Estagiando na Rede

A partir da entrada de alunos do Caep Favo de Mel – adultos com DI e TEA dos cursos profissionalizantes adaptados da unidade – como estagiários da Diretoria de Desenvolvimento da Educação na Rede FAETEC, vislumbrou-se a oportunidade de trazer os pressupostos do paradigma da funcionalidade e a construção da metodologia da FISA para a prática da capacitação profissional de profissionais da Rede FAETEC.

A pesquisa tem como objetivo principal promover uma reflexão crítica a respeito do paradigma da funcionalidade e do fenômeno vivenciado através do Programa de Estágios promovido na Instituição que promove educação profissional e tecnológica no Estado do Rio de Janeiro em um determinado setor administrativo e pedagógico (FERREIRA et al., 2023, p. 2).

Partindo desses postulados e objetivos, os alunos começaram a atuar no cotidiano do setor, a participar das reuniões institucionais, atuando nas equipes dos workshops realizados sobre gestão de conflitos e o papel do serviço de orientação educacional, e na construção de vídeos institucionais nos quais foram protagonistas de suas ações, revelando os aspectos positivos de suas vidas e enfatizando suas possibilidades e conquistas. Bem como, a participação ativa na equipe do seminário e na construção de novos tutoriais e vídeos (O ADULTO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL [...], 2023) .

Os resultados do trabalho foram divididos entre dois artigos e apresentados no Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades — XIII Coninter 2023 e 2024 – e na Semana Pedagógica da FAETEC sob os seguintes títulos: “A funcionalidade do adulto com deficiência intelectual no mundo do trabalho: uma mudança paradigmática emergente” e “O paradigma da funcionalidade e as práticas psicodramáticas na formação de profissionais da educação: um relato de experiência”.

Figura 28 — Apresentação na Semana Pedagógica



Fonte: Acervo pessoal da autora.

7.3.3 Seminário Internacional

O seminário internacional “Funcionalidade, Tecnologia e Inclusão: diálogo emergente na educação profissional e no turismo” representou um fruto do amadurecimento de ações educacionais que foram contempladas. Para que existisse um caráter institucional, buscou-se integrar as assessorias de inclusão das Diretorias de Desenvolvimento da Educação Básica e Técnica e de Educação Superior da FAETEC.

Nesse sentido, o evento teve como objetivo promover a difusão científica a partir dos princípios da funcionalidade no âmbito da tecnologia, educação profissional e do turismo. Objetivou apresentar as práticas desenvolvidas em

relação à inclusão das pessoas com deficiências e autismo junto aos diferentes profissionais que desenvolvem trabalhos científicos nas instituições de ensino e pesquisas no Rio de Janeiro, em parceria com experiências da Universidade de Aveiro (Portugal).

Esse dia representou um marco devido ao Dia Internacional da Síndrome de Down e ao Dia Internacional de Conscientização do Autismo (02 de abril). Portanto, a FAPERJ, a FAETEC, as universidades e outras instituições se uniram em prol desse momento, junto a outros parceiros da comunidade.

Em uma característica da metodologia da pesquisa-ação, foram realizadas ações de articulação fidedigna e coerente com as instituições.

Com uma programação de palestras principais com profissionais e professores doutores da área de Turismo e Inovação da Universidade de Aveiro, professores doutores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, profissionais e professores doutores, mestres e especialistas da FAETEC e UFF e a participação efetiva e abrangente das pessoas com DI e autismo, foram proporcionados aos participantes presenciais e, através da transmissão online pelo Canal Faetec no YouTube, a abrangência do conceito e da perspectiva da funcionalidade.

A prática da educação inclusiva foi compartilhada através da exposição de banners confeccionados pelos professores especialistas em Educação Especial e Inclusiva da Rede, alunos e outros profissionais. Os trabalhos foram avaliados pela Comissão Científica do Evento, bem como houve o compartilhamento de experiências entre os participantes.

Em todo o momento, a expressão do potencial humano foi vivenciada, promovendo a revisão de paradigmas historicamente referendados da incapacidade e das impossibilidades. Essa mudança foi viabilizada com vistas a uma nova leitura e ação em favor da inclusão.

A plataforma escolhida foi a EVEN3, pela viabilidade para profissionais do sistema público, a gratuidade e por sua funcionalidade. Tivemos 473 inscritos, envolvendo profissionais das unidades da Rede do Estado do Rio de Janeiro. Pelo canal do YouTube, tivemos representantes de outros estados do Brasil e da África.

No formulário de inscrição, um dos itens tinha por objetivo identificar o conceito de funcionalidade que os 456 participantes inscritos possuíam. Esse

indicador era de suma importância para dar continuidade às investigações já apresentadas na pesquisa.

A pergunta chave foi: “O que você entende por funcionalidade de pessoas com deficiência?” Os dados coletados encontram-se na íntegra no Apêndice H.

No final do evento, foi aplicado um questionário de avaliação do Seminário Internacional (Apêndice J), no qual foram coletados diversos dados. As avaliações fornecidas pelos participantes foram sintetizadas no Apêndice I.

A análise gráfica dos resultados da avaliação do Seminário permite interpretar o quanto foi relevante e atingiu os objetivos propostos, superando-os em alguns casos, onde o público se considerou muito satisfeito nas diferentes categorias analisadas.

Para o alcance dos objetivos, utilizou-se o Wordle, um aplicativo gratuito disponível na web, que é autodefinido como uma ferramenta para gerar nuvens de palavras em arranjos gráficos bidimensionais (FEINBERG, 2014 *apud* VILELA; RIBEIRO; BATISTA, 2020, p. 31).

As nuvens de palavras são, portanto, representações gráfico-visual que mostram o grau de frequência das palavras em um texto. Quanto mais a palavra é utilizada, mais chamativa é a representação dessa palavra no gráfico. As palavras aparecem em fontes de vários tamanhos e em diferentes cores, indicando o que é mais relevante e o que é menos relevante no contexto. O programa roda no computador do usuário e o uso das imagens geradas é livre. (VILELA; RIBEIRO; BATISTA, 2020, p. 31)

A seguir, as figuras dos mapas das respostas sobre os termos “funcionalidade” e “limitações” dos participantes do seminário.

Figura 29 — Funcionalidades identificadas para trabalhar com pessoas com DI



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 30 — Limitações identificadas para trabalhar com pessoas com DI dos participantes do Seminário



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O seminário (Figuras 31 e 32) representou um ponto de convergência entre os participantes; emoção e ação foram vivenciadas a partir do corpo e das experiências (Figuras 33 e 34). Além disso, alcançou-se maior conhecimento e, em seguida, um fortalecimento das redes de apoio em prol de ações que potencializam as pessoas com deficiência intelectual, desde os alunos até os

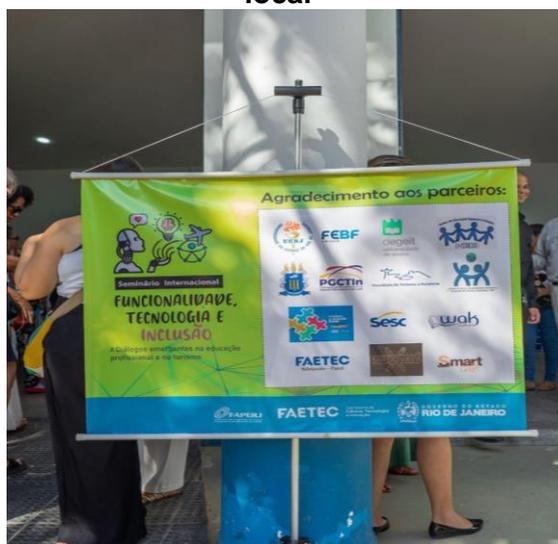
profissionais, passando pelos estagiários e outros nessa condição inseridos na unidade educacional. Destaca-se que, no campo das funcionalidades listadas, apontam-se habilidades sociais, tais como empatia e paciência, e, como limitações, a falta de conhecimento, estudo e tempo ainda representam barreiras em prol da inclusão efetiva.

Figura 31 — Banner de divulgação nas redes



Fonte: Even3⁹

Figura 32 — Banner de divulgação no local



Fonte: Acervo pessoal da autora.

⁹ Disponível em: [even3.com.br/seminario-internacional-funcionalidade-tecnologia-e-inclusao/](https://www.even3.com.br/seminario-internacional-funcionalidade-tecnologia-e-inclusao/)

Figura 33 — Seminário Internacional Funcionalidade, Tecnologia e Inclusão (1)



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 34 — Seminário Internacional Funcionalidade, Tecnologia e Inclusão (2)



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O seminário foi transmitido online pela plataforma do YouTube, disponível no seguinte link:

https://www.youtube.com/watch?v=24idbCeM5xo&list=PLQ5OYewvFEGfxN0mUNQ3C_jmN1tHtmgTE.

7.3.4 Curso na Escola Pamosi-África

Durante o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, tivemos a

oportunidade de receber um convite para integrar o corpo docente do Curso de Educação Especial promovido com o objetivo de capacitar professores e representantes da Escola Pamosi, localizada em Angola, na África.

A Escola desempenha um papel fundamental na localidade, pois tem por objetivo oferecer atendimento especializado a crianças e adolescentes com diversos tipos de deficiências, incluindo surdez, deficiência visual, Síndrome de Down, TEA e outras.¹⁰

A participação e contribuição nesse projeto representaram uma oportunidade tanto no âmbito acadêmico quanto na vivência, permitindo a troca de conhecimentos com base no paradigma da funcionalidade e na aplicação dentro de um contexto real, inclusivo e de relevância social.

Além disso, a colaboração com os professores locais proporcionou um intercâmbio cultural e pedagógico valioso, reforçando a importância da cooperação internacional para o fortalecimento da educação inclusiva.

Foram realizadas a produção e a submissão de artigos científicos a revistas especializadas, incluindo uma publicação em revista Qualis A, além da participação em eventos acadêmicos de âmbito nacional e internacional.

¹⁰ Aula 11- Ministérios acessíveis BR <https://youtu.be/vi0XvH6JTG0>

8 DISCUSSÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS

À medida que todos forem envolvidos na reflexão sobre a escola, sobre a comunidade da qual se originam seus alunos, sobre as necessidades dessa comunidade, sobre os objetivos a serem alcançados por meio da ação educacional, a escola passa a ser sentida como ela realmente é: de todos e para todos. (BRASIL, 2004, p. 10).

A tese de doutorado aborda a questão da funcionalidade das pessoas com deficiência intelectual desenvolvendo uma metodologia inovadora que integra princípios da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento, a Escala de Intensidade de Suportes, a construção de tutoriais e propõe a Funcionalidade Inclusiva Sistêmica e Aplicada como metodologia educacional contemporânea.

Essa proposta visa transformar as práticas educacionais, sociais e tecnológicas voltadas para a inclusão e a acessibilidade de pessoas com DI em um novo paradigma.

Os **primeiros objetivos específicos** desta pesquisa consistiam em **analisar a evolução epistemológica dos paradigmas sobre educação inclusiva e inclusão social de pessoas com deficiências e identificar os princípios convergentes da AAIDD**. Para alcançar esses objetivos, foi realizado um levantamento detalhado de dados estatísticos e documentais, com foco nas políticas públicas implementadas ao longo das últimas décadas.

Além disso, foram analisados dados quantitativos e qualitativos sobre a efetivação dessas políticas, incluindo indicadores de matrículas de estudantes com deficiência.

A investigação teve como ponto de partida um recorte histórico e teórico, identificando diferentes marcos legais e normativos, bem como princípios epistemológicos dos conceitos de paradigma e as concepções apresentadas numa perspectiva sócio-histórica.

Essa análise revelou que, embora avanços significativos tenham sido alcançados, ainda persistem desafios estruturais e paradigmáticos que limitam o olhar em relação à funcionalidade das pessoas com deficiência intelectual.

Ao traçar um panorama da evolução epistemológica e prática da educação inclusiva, este objetivo específico não apenas contextualiza o tema no

cenário internacional, nacional e estadual, mas também fornece subsídios teóricos e empíricos para os demais objetivos da pesquisa, contribuindo para a construção de um referencial sólido e crítico sobre a inclusão.

Outro **objetivo específico construído foi a elaboração de um modelo metodológico junto aos profissionais da unidade educacional**, a partir da aplicação em lócus de cada etapa desenvolvida para a consolidação do método.

Seguindo os pressupostos da pesquisa qualitativa em pesquisa-ação, conforme Chizotti (2003), destaca-se a importância da ação planejada e vivenciada, permitindo que o pesquisador extraia, do convívio, os significados latentes envolvidos, possibilitando novas discussões durante o processo.

Logo, diversas etapas foram desenvolvidas: imersão no lócus, aplicação de questionários com os participantes da pesquisa, organização de grupos focais, apresentação dos principais pontos epistemológicos que abordam a pessoa com deficiência intelectual, suas características e possibilidades; construção coletiva do conceito da funcionalidade e, posteriormente, a elaboração de um novo tutorial e sua apresentação à comunidade, compartilhando as experiências vivenciadas.

Durante a aplicação das entrevistas e dos depoimentos, a visão individual foi sendo conduzida pela curiosidade; a emoção conduziu à narrativa e às pontuações realizadas, mostrando as contradições e os esforços de cada sujeito no movimento da vida apresentado. Destacaram-se os avanços e o caminho percorrido até que esse jovem adulto apresentasse a funcionalidade percebida e adquirida.

Sendo assim, a construção coletiva do saber foi permeada pelos pressupostos de Freire (1996), reforçando a educação em diálogo, na qual todos os sujeitos aprendem, favorecendo que novas trajetórias e transformações emanem do fenômeno que está sendo vivido, apontando para inúmeras possibilidades originais de investigação e intervenção.

Outro **objetivo específico** previsto era a **capacitação de profissionais na área de educação e ensino, alinhada aos princípios da inclusão e da funcionalidade na perspectiva comunitária fundamentada pela AAIDD**. Portanto, foi construído um projeto de Seminário Internacional, com fomento da Faperj, para que profissionais de diferentes áreas pudessem ter acesso a essa mudança paradigmática à luz da funcionalidade.

A partir da análise das respostas coletadas no seminário, após o tratamento dos dados dos gráficos, da nuvem de palavras, questionários etc., um dos destaques foi o protagonismo das pessoas com DI, revelando, na prática, a funcionalidade desses sujeitos e as possibilidades de intervenções diretas na comunidade (seja no âmbito educacional, laboral ou outros). O ambiente de troca entre profissionais, alunos e protagonistas proporcionou a vivência de cada detalhe por meio do início da construção coletiva do novo paradigma.

Portanto, ciente da relevância da difusão científica como caminho a ser percorrido e legitimado por diversos pesquisadores, ressaltou sua importância, tratando-se de uma produção científica realizada dentro das universidades públicas do Brasil, principalmente pela responsabilidade de devolver à sociedade caminhos epistemológicos e da pesquisa sendo desenvolvida.

O Programa Metodológico FISA nasce a partir da trajetória da pesquisa e proporciona uma experiência única ao romper com paradigmas estabelecidos sobre os indivíduos com deficiência intelectual, demonstrando que os aspectos humanos e tecnológicos são importantes e não se sobrepõem mas sim, se complementam. Além disso, ações educacionais retratam a importância da inovação social. Tal concepção considera os diferentes contextos sociais e seus atores como agentes inovadores, entendendo que suas práxis estão inseridas nesses contextos (culturais, econômicos, políticos e históricos). De acordo com os autores, inovação social é definido como:

Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010, p. 3, tradução da autora).

Nesse contexto, a inovação social emana de um contexto filosófico e social, pois o surgimento de um paradigma evoca uma série de mudanças profundas em como se enxerga o processo de ensino-aprendizagem e como esse fenômeno pode interferir nas crenças e percepções de uma comunidade. Quando se adota um novo paradigma focado na FISA, propicia-se não apenas a construção de uma nova metodologia de ensino, mas também se busca uma transformação nos valores, na convivência e nas perspectivas que se tem do

outro.

O movimento e as relações, em forma de espiral contínua, relacionadas ao EU-sujeito com DI e ao Outro, estão correlacionadas à apropriação da corporeidade e do movimento de cada indivíduo. Ora, se somos um corpo e a corporeidade é expressa pelo movimento do Ser, tolher esse movimento representa tolher o protagonismo.

No **objetivo específico de construir um tutorial (filme/vídeo educativo) acessível em Libras, com audiodescrição e legendas em português, elaborado por um adulto com DI em conjunto com os profissionais envolvidos, tendo como base a apresentação do paradigma da funcionalidade**, buscou-se a vivência etapa por etapa, com as contribuições e apontamentos do protagonista, adulto com deficiência intelectual e aluno do curso. O desejo de apresentar uma receita sem glúten partiu de sua própria experiência de vida e do anseio demonstrar para os demais as diferentes possibilidades. Esse fenômeno vai ao encontro dos pressupostos de Moreno (1975), que trazem o próprio drama da vida como atenção e contribuição para a construção de novas respostas a outros de determinada comunidade.

Nesse contexto, a utilização da SIS para adultos — SIS-A (THOMPSON *et. al.*, 2015) — tornou-se significativa, uma vez que se compreendeu como uma das principais ferramentas na proposta metodológica da pesquisa que foi desenvolvida. É importante sinalizar que, durante o processo da aplicação, um aluno se identificou com as características e procurou a pesquisadora para falar de sua condição de deficiência intelectual, suas histórias de vida e seus desafios. Fato esse que a própria unidade não tinha conhecimento, pois o aluno já estava incluído nas diferentes atividades do curso.

A SIS-A é um instrumento padronizado feito para aferir o padrão e a intensidade do apoio necessário a pessoas com DI maiores de 16 anos, relacionados ao ambiente em que estão inseridos. Tal como foi narrado pelo aluno, os resultados obtidos podem gerar possibilidades de construção de novos caminhos para jovens e adultos com DI, demonstrando novas possibilidades nos diferentes campos da vida prática e da convivência na comunidade.

Uma ação que proporcione a construção de novas tecnologias digitais e que avance na produção de diversos tutoriais em diferentes temáticas poderá gerar novas respostas que contemplem, de maneira mais equânime, a

diversidade da vida e na vida. Os resultados dessa pesquisa apontam para o reconhecimento da singularidade dos indivíduos com DI nos diferentes contextos. Sabe-se que limitações de recursos, impedimentos ou dificuldades pedagógicas, de conhecimento técnico ou barreiras atitudinais poderão representar empecilhos no processo. Portanto, o estudo dentro de um paradigma sistêmico versa sobre a possibilidade de novas práticas e políticas voltadas para o desenvolvimento científico, tecnológico e social, a partir da sala de aula e da pesquisa em educação, sendo etapas significativas para inclusão e acessibilidade.

Ainda, a funcionalidade e a tecnologia digital, por meio da construção de tutoriais de pessoas com DI, representam esse espaço de conquista, construção e expressão na comunidade das infinitas possibilidades desse Ser.

A aplicação da pesquisa e a vivência de cada etapa permitiram o aprofundamento do trabalho e abrem a visão para novas pesquisas. A proposta de criação de um quociente de Funcionalidade Inclusiva Sistêmica e Aplicada (FISA-Q) visa fornecer um instrumento diagnóstico transdisciplinar, que permite medir o impacto das intervenções desde o nível individual ao coletivo. A SIS será utilizada como instrumento aliado crucial para avaliar o nível de suporte necessário, permitindo a identificação e intervenções necessárias e personalizadas, com vistas a uma mudança de visão e concepção dos sistemas, a partir do indivíduo até os diferentes grupos sociais e institucionais em que ele estiver inserido.

Nessa perspectiva, a Funcionalidade Inclusiva Sistêmica e Aplicada se apresenta como um novo aporte e suporte para a construção do paradigma voltado ao desenvolvimento de indivíduos com e sem deficiência em qualquer etapa da vida, pois gera potencialização da inclusão em todas as dimensões, sentidos de pertencimento e protagonismo — elementos tão importantes na convivência e posicionamento na comunidade.

Logo, partindo das experiências de aprendizagem vividas, nota-se a importância do ambiente educacional e da formação continuada, não só dos docentes, mas também dos demais membros da comunidade escolar, pois possibilita a aquisição e percepção das competências e habilidades para integralizar e incluir todos os alunos, no propósito de uma ação e atuação ampliada desses sujeitos, uma revisão da cultura da inclusão, uma revisão das

formas de interação e percepção nos ambientes, além das adequações curriculares e de tempo necessárias, em busca de um ambiente escolar onde todos possam se sentir acolhidos e produtivos. Favorecer um aprendizado em que todos são sujeitos que participam e aprendem poderá ser crucial para mudanças no sistema educacional e social.

O aprofundamento em diversos campos da ciência que se integram, tais como: dados estatísticos desses grupos, a filosofia para a compreensão dos paradigmas, políticas públicas, revisão histórica e cultural dos conceitos, análise do campo educacional, a relevância da contribuição da AAIDD como associação reconhecida internacionalmente pelos estudos e pesquisas desenvolvidas junto ao conceito da funcionalidade e do instrumento da Escala SIS, e correlação com as tecnologias digitais, observando a contribuição no campo da tecnologia social, possibilitou a compreensão mais abrangente e a base para essa construção da Metodologia Educacional FISA.

Sendo assim, a perspectiva de mudança de cultura de um sistema perpassa pela compreensão de que o processo educacional requer modificações e adequações necessárias para que os alunos, com deficiência ou não, possam se sentir parte do todo, serem vistos como cidadãos e possam se sentir realizados enquanto sujeitos e úteis na sociedade.

A formação continuada, a capacitação profissional e a construção de tutoriais ou vídeos educativos proporcionam uma mudança de olhar dos educadores e agentes da educação, proporcionando uma atenção individualizada à necessidade de cada aluno, buscando seu pleno desenvolvimento integral e a busca de adequação e construção de novos recursos e metodologias pedagógicas, bem como de toda a comunidade.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória desta construção trouxe desafios e descobertas pessoais e profissionais. As experiências, leituras de textos nacionais e internacionais, discussões, participação de congressos promovidos pela AAIDD e até mesmo a formação continuada de profissionais na África, baseada na funcionalidade, proporcionaram emoções e novos insights.

O objetivo geral do trabalho foi propor uma metodologia de ensino baseada em um modelo de intervenção comunitária de jovens e adultos com DI, tendo como fundamento o paradigma da funcionalidade. O projeto realmente teve início em uma unidade profissional e tecnológica, com base no modelo multidimensional e ecológico da AAIDD, e se expandiu para diversos profissionais e agentes sociais da comunidade.

De modo geral, os indivíduos reconhecem que as percepções, sentimentos e visões de si mesmos, de uma determinada comunidade ou do mundo podem ser transformados, modificados ou atualizados com o tempo. No entanto, ao serem conduzidos a esse novo lugar, especialmente por meio da Ciência, podem enfrentar os riscos de desconstruir suas mentes e modelos mentais próprios. A desconstrução, necessária para construção de novas perspectivas, gera uma crise iminente de pressupostos, que permitirá a adaptação dos indivíduos a novas formas, ações e reflexões a serem vividas. Esse processo representa momentos de avanço da compreensão humana e da inclusão.

Conforme afirmado por Mello (2016) e reiterado por Monteiro e Fernandes (2022), o capacitismo se apresenta por meio de várias atitudes preconceituosas que hierarquizam os indivíduos em função da adequação de seus corpos a padrões de perfeição, capacidade funcional e beleza, ou seja, estética e, em outro plano, de forma ética. Nesse contexto, o autor e seu estudo visam contribuir para transformações na realidade, especialmente no âmbito da inclusão nas unidades educacionais, pois acredita-se que o capacitismo é um neologismo que sugere um afastamento da capacidade e da aptidão. Portanto, é necessário promover abordagens que contribuam com o desenvolvimento do potencial das pessoas com DI.

O objetivo central deste trabalho foi, portanto, desenvolver e aplicar uma metodologia educacional baseada na funcionalidade inclusiva sistêmica, buscando desenvolver e construir práticas pedagógicas inovadoras que, a partir dos trabalhos realizados na comunidade, possam ser desenvolvidas em diferentes unidades educacionais e instituições diversificadas. Assim, o estudo não se limita ao ambiente escolar, mas busca também influenciar a sociedade em geral, criando espaços avançados de pesquisas voltadas à propagação de ações voltadas ao desenvolvimento das funcionalidades, à produção de material na área tecnológica para pessoas com deficiência/impedimento intelectual, para além dos paradigmas mais tradicionais ou ainda influenciados pela perspectiva anterior da integração, podendo ser replicado para promoção e implementação de políticas públicas que gerem impacto em prol do protagonismo das pessoas com DI.

O estudo alia os conceitos de funcionalidade inclusiva sistêmica aplicada diretamente em uma unidade educacional com adultos e jovens com DI, identificando e construindo apoios - inclusive os tecnológicos (tutoriais) - que propiciem o desenvolvimento, a autonomia e a independência dos sujeitos envolvidos, tendo-os como protagonistas nas diferentes fases e etapas do processo.

A pesquisa científica pretendeu contribuir para a disseminação do conhecimento gerado e para a produção acadêmica, por meio da submissão de artigos científicos, bem como da participação em eventos acadêmicos nacionais e internacionais.

Pretende-se que o espaço educacional, a comunidade e, por conseguinte, a sociedade possam ser instigados e desafiados a mudanças claras em seus paradigmas e nas percepções relacionadas a adultos com DI, em busca da maior promoção da inclusão social enquanto garantia de direitos, protagonismo e pertencimento.

Partindo desses pressupostos, os serviços e apoios a serem oferecidos terão como ênfase a promoção desses espaços e a inclusão na comunidade, diminuindo o cerceamento de oportunidades para que jovens e adultos com DI e em desenvolvimento possam mostrar seus aspectos positivos, favorecendo a expressão do desejo, vontades, curiosidades, sede de conhecimento e da expressão do que aprenderam nos diferentes contextos sociais e educacionais,

transformando significativamente a qualidade de vida e a autorrealização desses sujeitos (CHIAVENATO, 2014).

A busca incansável pela transformação da sociedade brasileira passa por uma reflexão profunda sobre as barreiras existentes. A ampliação da participação dessas pessoas, seja na educação ou no mundo do trabalho, deve ser vista como uma questão de direitos humanos, tendo como base a ênfase na funcionalidade para a sustentabilidade humana e ambiental.

A continuidade da pesquisa envolve a criação de novos tutoriais e vídeoaulas com os protagonistas com DI; aplicação da SIS e devolutiva dos dados coletados a comunidade; criação de grupos de trabalho com os familiares voltados à questão da funcionalidade; validação de modelos de intervenção em unidades de trabalhos inclusivos com adultos com DI; criação de um grupo de extensão voltado para a **FISA**, a ser aplicado nas instituições de ensino como centro formador de novas abordagens e vertentes a partir dos estudos do paradigma da funcionalidade, interligando a AAIDD, modelos teóricos ecológicos, sistêmicos e sócios-históricos e da OMS;. e criação de cursos na modalidade EAD para a comunidade, pela via epistemológica da funcionalidade.

Além disso, propõe-se a criação de uma plataforma digital com dados dos alunos e suas funcionalidades, fornecendo informações para a personalização das intervenções educacionais e sociais; criação de uma minuta para a implantação de políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro voltadas para um Programa de Emprego, baseado no paradigma da FISA e alicerçado nos pressupostos da AAIDD, com o intuito de ampliar as ações de equidade no que diz respeito à inclusão escolar e laboral das pessoas com deficiência intelectual e desenvolvimento; e construção do modelo acessível na metodologia da linguagem simples para as crianças (reaplicação).

No que tange ao avanço científico, este trabalho visa aprofundar a compreensão da concepção da funcionalidade sistêmica e sua relação com a sustentabilidade humana, proporcionando perspectivas para novos estudos e pesquisas.

Dessa forma, é importante destacar que a pesquisa desenvolvida trata-se de uma abordagem qualitativa fundamentada em uma proposta existencial fenomenológica. Portanto, a vertente de gerar um coeficiente com dados quantitativos à luz de uma intervenção qualitativa amplia o escopo das atuações

e propicia novos olhares em busca da difusão científica e acadêmica dos resultados alcançados.

Sendo assim, essa pesquisa teve como proposta explorar uma abordagem pedagógica inovadora e interdisciplinar, que pudesse ser aplicada em diferentes contextos comunitários, visando à inclusão e ao desenvolvimento da funcionalidade das pessoas com DI.

O percurso metodológico criado busca integrar práticas pedagógicas com intervenções comunitárias, pelo paradigma sistêmico aplicado-aplicável, promovendo assim mudanças na forma como se internaliza o fenômeno, promovendo maior autonomia, protagonismo e participação desses indivíduos na sociedade.

O trabalho se configura como inovador pela construção de uma metodologia educacional que alcança e impacta a comunidade e a sociedade, produzindo mudanças paradigmáticas consistentes através do protagonismo da pessoa com DI.

Por fim, os resultados obtidos neste estudo proporcionam contribuições para o campo da inclusão e da funcionalidade, a partir dos estudos da AAIDD e da CIF, possibilitando novas “crises criativas” em busca de atos inovadores e novos paradigmas que serão sementes para a construção de novos estudos e pesquisas na área, mas, essencialmente, de novas realidades e perspectivas ao tratar do público jovem/adulto com DI e diversos transtornos, bem como de cada segmento e sistema em que estiverem inseridos e se relacionando.

Dessa forma, este estudo se configura como uma semente para a construção de novos paradigmas e novas realidades, com impactos diretos na vida de jovens e adultos com DI, na comunidade e no entendimento das relações educacionais, sociais e institucionais em que estão inseridos.

De acordo com os escritos de Jacob Levy Moreno (1975), psicodramatista, podemos afirmar que estamos, de fato, provocando a construção de novos “homens indeterminados, sujeitos indeterminados para uma vida indeterminada”.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Isadora; PILLE, Letícia. **Brasil tem 140 mi de pessoas em idade ativa; leia pirâmide etária**. Poder360, 27 out. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-tem-140-mi-de-pessoas-em-idade-ativa-leia-piramide-etaria/>. Acesso em: 15 mai 2024

ALMEIDA, Maria Amélia. Apresentação e análise das definições de deficiência mental propostas pela AAMR - Associação Americana de Retardo Mental de 1908 - 2002. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n.16, 2012.

AMARANTE, Paulo; LIMA, Ricardo (Coord.). **Nada sobre nós sem nós**: relatório final da Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência, 16 a 18 de outubro de 2008. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2009. Disponível em: <https://laps.ensp.fiocruz.br/arquivos/documentos/31>. Acesso em: 04 jan. 2025

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES (AAIDD). **Defining Criteria for Intellectual Disability**. [2021]. Disponível em: <https://www.aaid.org/intellectual-disability/definition>. Acesso em: 05 jul. 2024

_____. **Definition of Intellectual Disability**. 2021a. Disponível em: http://www.aamr.org/content_100.cfm?navID=21. Acesso em: 02 dez. 2021.

_____. Tradução: Miguel Ángel Verdugo Alonso. **Discapacidad intelectual**: definición, clasificación y sistemas de apoyo. 11. ed. Madrid: Alianza, 2011.

_____. **FAQs on Intellectual Disability**. [2021]b. Disponível em: <https://www.aaid.org/intellectual-disability/definition>. Acesso em: 19 jan. 2025

_____. **Intellectual Disability**: definition, classification and systems of supports. 11. ed. Washington: AAIDD, 2010.

_____. **Intersectionality**. [2025]. Disponível em: <https://www.aaid.org/intellectual-disability/intersectionality>. Acesso em: 05 jul. 2024

_____. **Mission**. [2025]a. Disponível em: <https://www.aaid.org/about-aaid/mission>. Acesso em: 13 jan. 2024.

AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION (AAMR). **Retardo mental: definição, classificação e sistema de apoio**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM IV)**. 4 ed. Washington: American

Psychiatric Association, 1994. Disponível em <https://doi.org/10.1176/appi.books.9780890420614.dsm-iv>. Acesso em: 04 jan. 2025

_____. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM V)**. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento [et al]. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 948 p.

ANPED NACIONAL. **Live ANPEd 12/05**: Direito à aprendizagem e Educação Especial frente ao "novo" Ensino Médio. 12 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/VWbllODCPAs?feature=shared>. Acesso em: 12 maio 2022.

ARAUJO, Luiz Antonio Souza de; FERNANDES, Ediclêa Mascarenhas. O cuidado com pessoas com deficiência em tempos do COVID-19: considerações acerca do tema. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 5469-5480, 2020.

ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE GOIÂNIA. História da Pestalozzi. 2024. Disponível em: <https://pestalozzigoiania.org/historia-da-pestalozzi/>. Acesso em: 24 mai. 2024.

BARBOSA, Sandra Regina. **Um modelo epistemológico para mediação educacional**: abordagem sócio-histórica e teorias da funcionalidade humana. 2023. Tese (Doutorado em Ciências, Tecnologias e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: . Acesso em: 15 nov. 2024.

BASTOS, Carmen Célia Barradas Correia. Pesquisa qualitativa de base fenomenológica e a análise da estrutura do fenômeno situado: algumas contribuições. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 442–451, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/156>. Acesso em: 9 fev. 2025.

BIZ, Maria Cristina Pedro. **Implementação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde-CIF em um centro especializado em reabilitação**. 2019. 1 recurso online (162 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1637963>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BOEHS, Astrid Eggert *et al*. A interface necessária entre enfermagem, educação em saúde e o conceito de cultura. **Texto Contexto Enferm**, v. 16, n. 2, p. 307-14, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Base Legislação da Presidência da República. Brasília: Imprensa Nacional, 2001. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3956&ano=2001&ato=2ddc3aU90MNpWT27d>. Acesso em: 27 nov. 2021.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu

Protocolo Facultativo. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 31 dez. 2024

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 31 dez. 2024.

_____. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF: Presidência da República, 2020a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm. Acesso em: 31 dez. 2024.

_____. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961:** fixa as diretrizes e bases da educação nacional Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 maio 2024

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 31 dez. 2024.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 jul. 2022.

_____. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 31 dez. 2024.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 31 dez. 2024.

_____. **Lei n. 13.632, de 6 de março de 2018.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para

dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm#art1. Acesso em 06 dez.2021

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39-40 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 09 maio 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2024a. Acesso em: 17 nov. 2024.

_____. **Censo da Educação Básica 2023: resumo técnico**. Brasília, DF: Inep, 2024b. Acesso em: 17 nov. 2024.

_____. **Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão**. 2024c
. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao>. Acesso em: 17 jan. 2025.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep, 2020b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação inclusiva: v. 3: a escola**. Brasília: MEC, SEESP, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/aescola.pdf>. Acesso em: 15 de fev. 2025.(Série: EDUCAÇÃO INCLUSIVA)

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Perguntas Frequentes**. PNE em movimento, [2024]d. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/galeria/4-conferencia-o-manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova-e-o-sistema-nacional-de-educacao-11-a-13-03-2013/detail/538-conferencia-pioneiros-usp?tmpl=component&phocadownload=2>. Acesso em: 3 jan. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Pessoas com**

deficiência: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos, pesquisas e sistemas do Governo Federal. Brasília: MDHC, 2023. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/11273/1/Relatorio_CGIE_PCD_23.10.2023_FINAL1.pdf. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Presidência da República, setembro de 2007. Disponível em: <http://www.ct.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/declaracao-dos-direitos-das-pessoas-deficientes-onu-1975.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf. Acesso em: 06 dez. 2021

CARVALHO, Erenice Natália Soares; MACIEL, Diva Maria Moraes de Albuquerque. Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation - AAMR: sistema 202. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 11, n.2, p. 147-156, dez. 2003. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2003000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 jun. 2024.

CARVALHO, Erenice Natália Soares de. Deficiência intelectual: conhecer para intervir. **Pedagogia em Ação**, v. 8, n. 2, 2016.

CASTRO, Daniela dos Santos Borges. **PNE, Meta 4 e sua implementação nos serviços de atendimento educacional especializado aos alunos das altas habilidades ou superdotação**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2022.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **The Mental Health of People with Disabilities**. [2024]. Disponível em: https://www.cdc.gov/disability-and-health/articles-documents/mental-health-of-people-with-disabilities.html?CDC_AAref_Val=https://www.cdc.gov/ncbddd/disabilityandhealth/features/mental-health-for-all.html . Acesso em: 22 jun. 2024.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Barueri, SP: Manole, 2014.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, vol. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

_____. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2018. *E-book*.

CITYPOPULATION. Rio de Janeiro (Municipality, Brazil) - Population Statistics, Charts, Map and Location. [S.l.], 2024. Disponível em: https://www.citypopulation.de/en/brazil/regiao-sudeste/admin/rio_de_janeiro/3304557__rio_de_janeiro/. Acesso em: 25 jan. 2025.

CORSI, Giancarlo. Levando o indivíduo a sério: a relação indivíduo-sociedade na teoria dos sistemas. **Tempo social**, v. 27, p. 181-198, 2015.

CREE, Robyn A. et al. Frequent Mental Distress Among Adults, by Disability Status, Disability Type, and Selected Characteristics — United States, 2018. **MMWR**, v. 69, n. 36, p. 1238–1243, 11 set. 2020.

DAGNINO, Renato. BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. *In*: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-65.

DI NUBILA, H. B. V.; BUCHALLA, C. M. O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. **Rev bras epidemiol**, v. 11, n. 2, p. 324–335, jun. 2008.

FAISSAL, Flavia. **Direito à aprendizagem e Educação Especial frente ao "novo" Ensino Médio**. Live realizada pela ANPEd Nacional, 12 maio 2022.

FANTIN, M. Crianças, dispositivos móveis e aprendizagens formais e informais. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 20, n. 1, p. 66-80, 15 jan. 2018.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. **Um estudo descritivo da aplicação do paradigma da Associação Americana de Retardo na comunidade de Barro Branco**. 2000. Tese (Doutorado em Ciências) — Fundação Oswaldo Cruz - Instituto Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, 2000.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; DELOU, Cristina Maria Carvalho. (org.). **Planos municipais de educação do Rio de Janeiro: análise comparativa da meta IV do plano nacional de educação**: v. 1. Rio de Janeiro: Hypatia, 2021. p. 93-114.

FERNANDES, Edicléa; ORRICO, Helio Ferreira. **Acessibilidade e inclusão social**. Rio de Janeiro, 2012.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Tradução: Iara Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FERREIRA, Ezequiel. Martins. (org.). **Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia 2**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2021.

FERREIRA, Sônia Mendes. et. al. Estilo de pensamento na produção de conhecimento científico. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM

FORMAÇÃO E INCLUSÃO, 2018, Coimbra. **Atas** [...]: Universidade Aberta, 2018. Tema: Educação de Adultos e Experiências para a Empregabilidade. Eixo temático: Educação ao longo da vida, p. 210-15. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/8123>. Acesso em: 09 fev. 2025.

FERREIRA, Sônia Mendes; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. **Tutoriais de pessoas com deficiência intelectual**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2019.

FERREIRA, Sônia Mendes; FERNANDES, Ediclea Mascarenhas; RODRIGUES, Danilo de Assis. A funcionalidade do adulto com deficiência intelectual no mundo do trabalho: uma mudança paradigmática emergente. In: CONINTER, 2023, São Paulo. **Anais** [...]: EACH-USP, 2023. Tema: Crise civilizacional, conhecimentos ancestrais e pensamento decolonial na América Latina. Disponível em: www.even3.com.br/anais/xii-coninter-congresso-internacional-interdisciplinar-em-sociais-e-humanidades-359374/797039. Acesso em: 12 dez. 2024.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. **Ciênc Saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 33-38, jan., 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000100004>. Acesso em: 14 jun. 2022.

FRANCO, M. A. S.; BETTI, M. Pesquisa-Ação: por uma epistemologia de sua prática. In: PIMENTA, S. G.; FRANCO, M. A. S. (org). **Pesquisa em Educação**: a pesquisaação em diferentes feições colaborativas. São Paulo, SP: Editora Loyola, 2018.

FREINET, Célestin. **As técnicas Freinet da escola moderna**. Lisboa: Estampa, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA (FAETEC). **Estatuto da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC**. Rio de Janeiro: FAETEC, 2010. Disponível em: https://www.faetec.rj.gov.br/images/pdf/estatuto_faetec.pdf. Acesso em: 18 jan. 2025.

_____. **Apresentação Faetec**. [2022]. Disponível em: <https://www.faetec.rj.gov.br/index.php/institucional/apresentacao-faetec>. Acesso em: 20 jan. 2025.

FURLEY, Ana Karye Loureiro *et al.* (org.). **Quando as reflexões epistemológicas e metodológicas nos provocam**. Itapiranga: Schreiben, 2023. E-book (218 p.). (Coleção A Educação pede Passagem). ISBN 978-65-

5440-159-3. Disponível em: 10.29327/5301193. Acesso em 09 fev. 2025.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente**: a teoria das inteligências múltiplas. Tradução de Silvia Telles. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

GATTI, Bernadete Angelina; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. *In*: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação**: teoria e prática. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010, p. 29-38.

GIMENEZ, Priscila Alvarenga Cardoso. Considerações sobre o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual e o papel da educação ao longo da vida. **Apae Ciência**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 27–38, 2020. Disponível em: <https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/182>. Acesso em: 11 nov. 2024.

GLÉRIA, Jordana Santos Cardoso. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão; UNASUS/UFMA, 2019

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional: A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. Tradução de Vera Gallo. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1995.

GONÇALVES, Patrícia Manuel. **O comportamento adaptativo e os apoios**. 2014. Dissertação (Mestrado em Reabilitação Psicomotora) – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/6843/1/tese%20definitiva.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024

INEP DATA. **Censo escolar**. 2024a. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ViNDJjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZDYyYjU0NzQzMTJhliwidCI6IjI2ZjczODk3LWWM4YWMTNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 17 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Apresentação - Pnad Contínua - Pessoas com Deficiência 2022**. [Apresentação de slides]. Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024

_____. **Censo 2022**: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Agência IBGE Notícias, 01 nov 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 09 nov 2024.

_____. **Panorama do Rio de Janeiro**. 2024b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>. Acesso em: 09 nov. 2024.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Taxa

de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2016 a 2021. 2024c Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/40/78192?indicador=78193&ano=2021&tipo=grafico>. Acesso em: 12 nov. 2024.

_____. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda.** Agência IBGE Notícias, 29 ago. 2023b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 09 nov 2024.

_____. **Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8fd079e0e024594e16f9666ed843be78.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

_____. **Pnad Contínua: pessoas com deficiência 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf. Acesso em: 09 nov 2024.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. *In*: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 117-135.

KIERKEGAARD. Sören. **Temor e Tremor.** *In*: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443 p.

LOPES, Sônia Mendes Ferreira. **Tutoriais de Pessoas com Deficiência Intelectual.** 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

LOPES, Sonia Mendes; SOARES, Carlos Alberto Lidizia. De uma escola especial a um centro de atendimento especializado: experiências no país. *In*: Anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2014, São Carlos. **Anais eletrônicos** [...]. Galoá, 2014. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee6/papers/de-uma-escola-especial-a-um-centro-de-atendimento-especializado-experiencias-no?lang=pt-br>. Acesso em: 22 jul. 2024.

LUCKASSON, Ruth. *et al.* **Mental retardation: Definition, classification, and**

systems of supports, 10th ed. Washington, DC: American Association on Mental Retardation, 2002.

MARINS, Kéren-Hapuque Cabral de. **Benefícios e desafios de um programa de tutoria por pares para um aluno com deficiência intelectual**. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12395/DISSERTA%C3%87%C3%83O-%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

MARQUES, Suley Moreira. **Pensar e agir na inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais decorrentes de uma deficiência, a partir de referenciais freirianos: rupturas e mutações culturais na escola brasileira**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05102007-142916/publico/Tese.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Moraes Ed., 1989.

MELO, Melissa Sabrina Salgado de; OLIVEIRA, Edson A. de Araújo Querido. Educação a Distância: desafios da modalidade para uma educação 4.0. **Revista Interdisciplinar de Tecnologias e Educação**, v. 5, n. 1, p. 15, 2019.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciênc saúde colet**, v. 21, n. 10, p. 3265–3276, out. 2016.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONTEIRO, Felipe Vieira.; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. A educação inclusiva como periférica para a pessoa com deficiência visual. **Periferia**, v. 14, n. 1, p. 69–87, 9 maio 2022.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de jovens e adultos: formação, prática pedagógica e profissionalidade docente**. Curitiba: Editora Appris, 2023.

MORENO, Jacob Levy. **Psicodrama**. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

MURRAY, Robin.; CAULIER-GRICE, Julie.; MULGAN, Geoff. **The open book of social innovations**. [s.l.] The Young Foundation, 2010. (Social innovator series: ways to design, develop and grow social innovations). Disponível em: <https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/10/The-Open-Book-of->

[Social-Innovationg.pdf](#) . Acesso em: 31 de dez. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Tradução em português. Portugal: United Nations Information Centre, [1948]. Disponível em:

https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 31 de dez. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência**. 1975. Disponível em:

<http://www.ct.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/declaracao-dos-direitos-das-pessoas-deficientes-onu-1975.pdf/view>. Acesso em: 31 de dez. de 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994**. 1994.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 31 de dez. de 2024.

NASCIMENTO, Alice Pilon do. **Processos de apropriação de leitura e escrita de crianças com deficiência intelectual: uma aposta na mediação pedagógica**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

O ADULTO com deficiência intelectual: funcionalidade. [S.l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Sônia Mendes psi. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eE4qZu309bQ>. Acesso em: 31 de dez. de 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. São Paulo: EDUSP, 2003.

Disponível em:

https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42407/9788531407840_por.pdf. Acesso em: 18 jan. 2025.

OMOTE, Sadao. Deficiência e não-deficiência: recortes do mesmo tecido. **Revista brasileira de educação especial**, v. 1, n. 02, p. 65-73, 1994.

OPENAI. **Etimologia da palavra funcionalidade**. 2024. Disponível em:

<https://chat.openai.com/>. Acesso em: 18 jan. 2025.

PACHECO, Mirna Cristina Silva. **A Trajetória Conceitual da Deficiência Intelectual e a Prática Pedagógica**. 2022. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Biociências e Saúde) - Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

PEREIRA-SILVA, Nara Liana; FURTADO, Adelaine Vianna; ANDRADE, Jaqueline Ferreira Condé de Melo. A Inclusão no trabalho sob a perspectiva das pessoas com deficiência intelectual. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 2, p. 1003-1016, jun. 2018. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2018000200017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 08 Jul. 2020.

PINHEIRO, Priscila Tinelli; FARIAS, Rafael Fávero; DE CASTRO COURA, Alexandre. **Inclusão excludente: para uma análise crítica da política pública de inclusão dos alunos com necessidades específicas nas escolas públicas**. Revista Jurídica Cesumar-Mestrado, v. 18, n. 1, p. 109-132, 2018.

POLITRAMAS FILOSÓFICAS. Heráclito de Éfeso. **Blog Politramas Filosóficas**, 18 ago. 2018. Disponível em: <https://politramasfilosoficas.blogspot.com/2018/08/heraclito-de-efeso.html>. Acesso em: 10 dez. 2024

REIS, Joab Grana. **Vozes dos "Rios" da Amazônia**: história de vida de estudantes com deficiência no Ensino Superior. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/10303/1/Tese_Joab%20Grana%20Reis.pdf. Acesso em: 3 fev. 2025.

RAMALHO, Ricardo de Oliveira. “A estrutura das revoluções científicas” de Thomas Kuhn. **Evidência**, Araxá, v. 14, n. 15, p. 181-185, 2018. [Seção] Resenha. Resenha da obra de: KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Deliberação CEE nº 355, de 14 de junho de 2016**. Estabelece normas para regulamentar o atendimento educacional especializado, nas formas complementar e suplementar, no sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 23 jun. 2016. Seção 1, p. [páginas]. Homologada pela Portaria CEE nº 3.510, de 23 de junho de 2016. Disponível em: intranet.mprj.mp.br/documents/10227/17427961/deliberacao_cee_n_355_de_14_de_junho_de_2016.pdf. Acesso em: 31 dez. 2024.

_____. **Deliberação CEE nº 399, de 26 de abril de 2022**. Altera dispositivos da Deliberação nº 355, de 14 de junho de 2016, e estabelece normas complementares para implementação de ações de inclusão educacional e digital no sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 26 maio 2022, p. 24-25.

_____. **Lei nº 6.353, de 19 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre a política estadual para a integração da pessoa com deficiência no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa, 2013. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/6db1d56fa11f617083257b4f0066ab13?OpenDocument>. Acesso em: 31 dez. 2024.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. Filosofia Pagã Antiga. *In*: REALE,

Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulus, 1990. Tradução de Ivo Storniolo. (Coleção Filosofia, volume 1).

REDIG, Annie Gomes. **Aplicação e análise de um programa customizado para inclusão de jovens com deficiência intelectual em atividades laborais**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ROCHA, Luiz Renato Martins da; MENDES, Eniceia Gonçalves; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Políticas de Educação Especial em disputa: uma análise do Decreto No 10.502/2020. **Práxis Educativa**, v. 16, p. 1–18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.16.17585.050>. Acesso em: 31 dez. 2024.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 1069-1094, 2008.

SANTOS, Mônica Pereira dos. Políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência: uma análise omnilética. In: ALMEIDA, M. I. de; MARIN, A. J.; PIMENTA, S. G.; PEDROSO, C.C.A.; CAMPI, H. **Políticas educacionais e impactos na escola e na sala de aula**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2012. p. 1223- 1234.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Universidade no Século XXI: uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; Almeida Filho, Naomar de. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

SANTOS, Rosemary; SANTOS, Edméa Oliveira. Cibercultura: redes educativas e práticas cotidianas. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 159–183, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/226>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SCHMIDT, B. *et al.* Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, 2020.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL - Funcionalidade, Tecnologia e Inclusão (Manhã). Rede Faetec, 2024. 1 vídeo (3 h 42 min 18 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/live/24idbCeM5xo>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SÉRGIO, M; **Motricidade Humana: um paradigma emergente**. Blumenau: FURB, 1995

SCHALOCK, R. L. et al. The changing conception of mental retardation: implications for the field. **Ment Retard**, v. 32, n. 3, p. 181–93, jun. 1994.

SHIMITE, Amabriane da Silva Oliveira; SILVA, Nilson Rogério. **Concepções de deficiência na educação superior**. 1. ed. Campos dos Goytacazes: Encontrografia Editora, 2023.

SOUZA A. P. M.; PRZYLEPA, M.; ASSIS, R. M. Elaboração, atualização e a participação da Educação Física no projeto político pedagógico escolar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 4, p. 2345-2357, out./dez. 2019.

SOUZA, J. C. de. Heráclito de Éfeso: fragmentos. *In*: SOUZA, J. C. de (ed). **Os pré-socráticos: vida e obra**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 2000.

SOUZA, Vera Lúcia Pereira; ALCÂNTARA, Loraine. Educação profissional para alunos com deficiência intelectual significativa. *In*: PARANÁ. Secretaria de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. Paraná, 2009. Não paginado. (Coleção Cadernos PDE). Disponível em: <https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/lib/pdfjs/web/viewer.php?ref=26273>. Acesso em: 05 ago. 2024

SZCZEPANIK, Gilmar. **A iniciação e o desenvolvimento da atividade científica segundo a estrutura das revoluções científicas de Thomas Kuhn**. Orientador: Luiz Henrique de Araújo Dutra. 2005. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. Cortez Editora, 2022.

THOMPSON, J. R. *et al.* **Supports Intensity Scale**. PsycTESTS Dataset, 2004.

_____. **Supports Intensity Scale user's manual**. Washington, DC: American Association on Mental Retardation. 2004a.

_____. **Supports Intensity Scale-Adult (SIS-A)**. Washington, DC: American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. 2015.

TUTORIAL de pessoa com deficiência intelectual bolo sem gluten. [S.l.: s. n.], 2024. 1 vídeo (19 min). Publicado pelo canal Di tutoriais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XeGqV8u0T1E>. Acesso em: 31 de dez. de 2024.

TUTORIAL de pessoa com deficiência intelectual - aula de cumim. [S.l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (13 min). Publicado pelo canal Di tutoriais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4E2SBng0cJ8>. Acesso em: 31 de dez. de 2024.

TUTORIAL de pessoa com deficiência intelectual - quiche de queijo. [S.l.: s. n.], 2016a. 1 vídeo (16 min). Publicado pelo canal Di tutoriais. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=4E2SBng0cJ8>. Acesso em: 31 de dez. de 2024.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 5-9 de março de 1990. Paris: UNESCO, PNUD, UNICEF, Banco Mundial, 1990.

UNESCO. **Educação 2030**: rumo a uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e à educação ao longo da vida para todos. Incheon: UNESCO, 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278_por. Acesso em: 15 nov 2024.

USO de termos corretos contribui para inclusão da pessoa com deficiência. **Governo Municipal [de Caraguatatuba]**, Caraguatatuba, 18 ago. 2021. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso (SEPEDI), Notícias. Disponível em: <https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/2021/08/uso-de-termos-corretos-contribui-para-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

VANHEULE, Stijn. **Diagnosis and the DSM**: a critical review. Londres: Palgrave Pivot London, 2014.

VASCONCELOS, Daniel Felipe Pereira de. **Aprendendo com Tarefas: jogo sério para auxílio na alfabetização de crianças com deficiência intelectual**. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Biomédica) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1237>. Acesso em: 3 jan. 2025

VEGA CORDOVA, Vanessa et al. Necesidades de apoyos en adultos con discapacidad intelectual institucionalizados: estudio en el contexto chileno. **Divers: Perspect Psicol**. 2012, vol. 8, n. 2, p. 213-222. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-99982012000200002&lng=en&nrm=iso>.

VILELA, Rosana Brandão.; RIBEIRO, Adenize .; BATISTA, Nildo Alves. Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo. **Millenium**, v. 2, n. 11, p. 29–36, 10 jan. 2020.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Fundamentos de Defectologia**. Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

WEHMEYER. Efficacy of the Supports Intensity Scale (SIS) to Predict Extraordinary Support Needs. **Am J Intellect Dev Disabil**, v. 114, n. 1, p. 3–14, 1 jan. 2009.

ZUTIÃO, Patricia. **Programa EAD “Vida Independente” para familiares de jovens e adultos com deficiência intelectual**. 2019. Tese (Doutorado em Educação Especial) — Universidade de São Carlos, São Carlos, 2019.

APÊNDICE A — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE**

Instituto de Biologia

**Pós-Graduação Strictu Sensu em
Ciências, Tecnologias e Inclusão**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado,

Eu,

_____ ,
juntamente com o Programa de pós-graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão do Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense estou realizando um trabalho intitulado **Funcionalidade, Convivência e Tecnologia: Paradigmas contemporâneos para compreensão da deficiência intelectual**. Esta pesquisa tem seu núcleo na Universidade Federal Fluminense e tem a coordenação da doutoranda Sônia Mendes Ferreira e a orientação da prof. Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes vinculada ao Doutorado da Universidade.

Venho através deste solicitar a sua autorização para utilizar os dados coletados da entrevista. A sua participação nessa pesquisa tem como objetivo fornecer respostas aos questionamentos que serão realizados.

Este trabalho tem como objetivo validar um modelo de intervenção comunitária a jovens e adultos com deficiência intelectual baseado no paradigma da Funcionalidade em uma unidade educacional, realizando as interfaces com o modelo multidimensional e ecológico da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento.

A construção dos depoimentos/entrevistas auxiliará no desenvolvimento e na obtenção de dados que serão utilizados na capacitação de profissionais ou outros fins científicos proporcionando maiores informações e discussões que trarão benefícios para a área da Inclusão das pessoas com deficiência intelectual.

O procedimento de depoimentos/entrevistas poderá causar desconforto aos participantes em algum momento, devido ao tempo despendido para as gravações ou algum outro tipo de incômodo. Se necessário será realizada, sendo retomado em outro momento mais conveniente, a critério do

Assinatura do pesquisado

RG: _____

Tel.: _____

Sônia Mendes Ferreira
Pesquisadora RG: 089204911 DETRAN Tel.: (21) 988982805

Profa. Edicléa Mascarenhas Fernandes
RG: 041948811 DIC RJ Tel.: 21 999978394

**APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
PARA OS PAIS/ RESPONSÁVEIS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE**

Instituto de Biologia

Pós-Graduação Strictu Sensu em
Ciências, Tecnologias e Inclusão



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO PARA OS PAIS/
RESPONSÁVEIS**

Prezado,

Eu,

_____ ,
juntamente com o Programa de pós-graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão do Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense estou realizando um trabalho intitulado **Funcionalidade, Convivência e Tecnologia: Paradigmas contemporâneos para compreensão da deficiência intelectual**. Esta pesquisa tem seu núcleo na Universidade Federal Fluminense e tem a coordenação da doutoranda Sônia Mendes Ferreira e a orientação da prof. Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes vinculada ao Doutorado da Universidade.

Venho através deste solicitar a sua autorização para utilizar os dados coletados da entrevista. A sua participação nessa pesquisa tem como objetivo fornecer respostas aos questionamentos que serão realizados.

Este trabalho tem como objetivo validar um modelo de intervenção comunitária a jovens e adultos com deficiência intelectual baseado no paradigma da Funcionalidade em uma unidade educacional, realizando as interfaces com o modelo multidimensional e ecológico da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento.

A construção dos depoimentos/entrevistas auxiliará no desenvolvimento e na obtenção de dados que serão utilizados na capacitação de profissionais ou outros fins científicos proporcionando maiores informações e discussões que trarão benefícios para a área da Inclusão das pessoas com deficiência intelectual.

O procedimento de depoimentos/entrevistas poderá causar desconforto aos participantes em algum momento, devido ao tempo despendido para as gravações ou algum outro tipo de incômodo. Se necessário será realizada,

sendo retomado em outro momento mais conveniente, a critério do participante. Entretanto, se o mesmo desejar, sua participação na pesquisa poderá ser encerrada sem questionamento por parte do pesquisador.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome será mantido em sigilo absoluto.

Destaca-se que sua participação é voluntária, não haverá custos nem recursos financeiros e, a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar o consentimento, sem nenhum prejuízo em sua relação, com as pesquisadoras ou com a instituição, Universidade Federal Fluminense e/ou com a instituição onde seu filho/familiar estuda ou realiza atendimentos. O procedimento procurará não causar nenhum dano à sua integridade e aos jovens/adultos com deficiência intelectual.

Os pesquisadores e as instituições de origem responsáveis assumem a responsabilidade de fornecer assistência total a danos ou complicações de riscos (se acontecerem), assegurando direito à assistência de danos previstos ou não neste termo de assentimento. Você poderá negar responder a qualquer pergunta durante a entrevista se ficar incomodado. Sua recusa não dará prejuízo algum na sua relação com o pesquisador ou com a instituição de origem do pesquisador.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço dos pesquisadores envolvidos, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Edicléa Mascarenhas Fernandes ou Sônia Mendes Ferreira, pelo telefone (21) 99997 8394 ou (21) 998982805, por e-mail: sonmendes02@gmail.com ou no endereço Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis na Universidade Federal Fluminense, campus do Instituto de Biologia, no bairro São Domingos da cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. em horário comercial brevemente agendado. Telefone: (21) 26292350 ou por **e-mail: pcti.egb@id.uff.br**

“O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos. Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP – Humanas) – Campus da UFF da Praia Vermelha – Instituto de Física – 3º andar (Torre nova) Telefone: (21) 2629-5119 – E-mail: cephumanasuff@gmail.com”. Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Local

dia

mês

ano

Assinatura do pesquisado

RG: _____

Tel.: _____

Assinatura do responsável do pesquisado

RG: _____

Tel.: _____

Sônia Mendes Ferreira
Pesquisadora RG: 089204911 DETRAN Tel.: (21) 988982805

APÊNDICE C — TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE

Instituto de Biologia

Pós-Graduação Strictu Sensu em
Ciências, Tecnologias e Inclusão



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aos jovens/adultos,

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **“Funcionalidade, Convivência e Tecnologia: Paradigmas contemporâneos para compreensão da deficiência intelectual”**. Seus pais ou responsável legal permitiram que você participasse. Com este trabalho, vamos querer conhecer como você realiza as várias atividades do seu dia a dia, quantas vezes por dia você realiza cada uma delas, e o quanto de tempo e ajuda que você precisa para realizá-las. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. A pesquisa será feita aqui na sua escola ou em locais da comunidade que você frequenta, como clubes, supermercados, praças, etc., sempre com acompanhamento de seus pais e/ou responsáveis ou profissionais. Para isso, lhe faremos algumas perguntas e atividades que serão gravadas em áudio e vídeo. Pode ser que você se canse e fique com vergonha para responder algumas perguntas ou durante as gravações. Se você não souber ou não quiser responder alguma pergunta, ou quiser parar com as gravações não terá problema. Se você tiver alguma dúvida e se acontecer algum problema relacionado com as perguntas e gravações feitas, você pode procurar a professora Sonia Mendes pelo telefone (21) 988982805. Mas há coisas boas que podem acontecer. Vamos conhecer o que você sabe fazer e também o que você precisa de algum tipo de ajuda. Assim, ensinaremos aos seus profissionais como ensiná-lo (a), de forma que você aprenda e faça as atividades com mais independência, ou seja, com menos auxílio ou sozinho (a). Você, seus pais/responsáveis ou profissionais não gastarão e nem receberão dinheiro para participar da pesquisa. Ninguém saberá que você está participando, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser divulgados em trabalho na universidade, mas você nem seus pais/responsáveis serão identificados. Nós assumimos a responsabilidade de te dar assistência total a qualquer risco (se acontecer). Você poderá negar responder a qualquer pergunta durante a entrevista se ficar incomodado. Sua recusa não dará prejuízo algum na sua relação com o pesquisador ou com a instituição de origem do pesquisador.

Estudante de Doutorado Sônia Mendes Ferreira
RG: 08920491-1 DETRAN

Prof^ª. Dra. Ediclea Mascarenhas Fernandes

RG: 041948811 DIC RJ

Eu _____ aceito participar da pesquisa **“Funcionalidade, Convivência e Tecnologia: Paradigmas contemporâneos para compreensão da deficiência intelectual”**. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que não vai ter problema. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento, entendi e concordo em participar da pesquisa. Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do jovem/adulto

APÊNDICE D — TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE
IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE

Instituto de Biologia

Pós-Graduação Strictu Sensu em
Ciências, Tecnologias e Inclusão



**Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para fins
de Pesquisa**

Eu, _____, autorizo a utilização da imagem e do som de minha voz, na qualidade de participante no projeto de pesquisa intitulado **“Funcionalidade”, Convivência e Tecnologia: Paradigmas contemporâneos para compreensão da deficiência intelectual** de Sônia Mendes Ferreira, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Ciências, Tecnologias e Inclusão do Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense. A imagem e o som de voz poderão ser utilizados para análise por parte da equipe de pesquisa. Tenho conhecimento de que as imagens e som de voz poderão ser utilizados por qualquer meio de comunicação nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitada acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação aos sons de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, a imagem e o som de voz. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o (a) participante.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Participante

Participante Pesquisadora

APÊNDICE E — QUESTIONÁRIO 1 DE CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES E AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO



**UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE**

Instituto de Biologia

**Pós-Graduação Strictu Sensu em
Ciências, Tecnologias e Inclusão**



Questionário da pesquisa do DOUTORADO para os profissionais e alunos da Unidade Educacional

1. QUAL A SUA IDADE?

- 18 A 25
- 26 A 34
- 35 A 44
- 45 A 55
- 55 A 60
- +60

2. GÊNERO

- Mulher
- Homem
- Prefiro não responder

3. ORIENTAÇÃO SEXUAL

- Hétero
- LGBT+
- Outras

4. Cor*

- Branca
- Preta

- Parda
- Amarela
- Vermelha
- Outras

5. Qual a sua função na unidade educacional?

- aluno
- professor/ instrutor
- profissional da equipe

6. Você sabe o que é funcionalidade?

- sim
- não

7. Você conhece algum adulto com deficiência intelectual?

- sim
- não

Preencha esse quadro com um X em cada pergunta ou expressão

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Indiferente	Satisfeito	Muito satisfeito
1. Qual a sua opinião em relação à inclusão de alunos com deficiência intelectual nos cursos?					
2. Expresse seu nível de satisfação com a Inclusão nessa Unidade					
3. Qual a sua opinião sobre a formação profissional dos instrutores/ professores dessa unidade para a Inclusão?					
4. As pessoas com DI conseguem aprender o que está sendo ensinado nos cursos?					
5. As pessoas com DI conseguem ensinar o					

que estão aprendendo nos cursos?					
6. As pessoas com DI estão inseridas nas atividades da comunidade Escolar?					
7. Minha vida mudou quando convivi com alunos com DI					
8. A relação na Escola entre os alunos muda a vida das pessoas com DI					
9. As tecnologias digitais ajudam a Inclusão de alunos com DI					
10. Conheço as funcionalidades das pessoas com DI na área do curso					
11. O mercado da Hotelaria recebe a inclusão de trabalhadores com DI					

APÊNDICE F – INDICADORES SOBRE OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Quadro — Caracterização dos alunos participantes do Programa

Resultado dos Questionários dos alunos participantes							
Aluno	Idade	Sexo	Gênero	Orientação Sexual	Cor ou Raça	Sabe o que é Funcionalidade	Conhece adulto com DI
1	17	M	Homem	Heterossexual	Branca	Sim	Sim
2	55 à 60	M	Homem		Branca	Sim	Não
3	+60	M	Homem		Parda	Não	Não
4	18 à 25	M	Homem		Preta	Sim	Não
5	18 à 25	M	Homem	Heterossexual	Branca	Sim	Sim
6	35 à 44	M	Homem	Prefiro não me classificar	Branca	Não	Sim
7	35 à 44	M	Homem		Amarela	Sim	Sim
8	45 à 55	F	Mulher	Heterossexual	Preta	Não	Sim
9	55 à 60	F	Mulher	Heterossexual	Branca	Sim	Sim
10	+60	F	Mulher	Heterossexual	Branca		
11	18 à 25	F	Mulher	Heterossexual	Parda	Não	Não
12	35 à 44	F	Mulher	Heterossexual	Preta		
13	35 à 44	F	Mulher	Heterossexual	Parda	Não	Sim
14	26 à 34	F	Mulher	Heterossexual	Amarela	Não	Sim
15	26 à 34	F	Mulher	Heterossexual	Preta	Sim	Sim
16	26 à 34	F	Mulher		Parda	Não	Não
17	26 à 34	F	Mulher	Heterossexual	Preta	Sim	Sim
18	26 à 34	F	Mulher	Heterossexual	Amarela		Sim

19	55 à 60	F	Mulher	Heterossexual			
20	+60	M	Homem		Branca	Sim	Sim
21	55 à 60	M	Homem		Branca	Sim	Sim
22	18 à 25	M	Homem	Heterossexual	Branca	Não	Não
23	45 à 55	M	Homem	Heterossexual	Parada	Não	Não
24	45 à 55	M	Homem	Heterossexual	Branca	Sim	Não
25	26 à 34	M	Homem	Heterossexual	Parada	Sim	Não
26	+60	M	Homem	Heterossexual	Parada	Não	Não
27	55 à 60	F	Mulher	Heterossexual	Preta	Sim	Sim
28	+60	F	Mulher	Heterossexual	Preta	Não	Não
29	26 à 34	F	Mulher	Heterossexual	Preta	Não	Não
30	35 à 44	F	Mulher	Heterossexual	Preta	Sim	Sim
31	55 à 60	F	Mulher	Heterossexual	Parada	Não	Sim
32	55 à 60	F	Mulher	Heterossexual	Parada	Sim	Não
33	26 à 34	F	Mulher	Heterossexual	Parada	Sim	Sim
34	35 à 44	F	Homem	Heterossexual	Parada	Não	Sim
35	35 à 44	F	Mulher	Heterossexual	Branca	Não	Sim
36	45 à 55	F	Mulher	Prefiro não me classificar	Preta	Sim	Sim

Legenda: F- Feminino ; M - masculino;

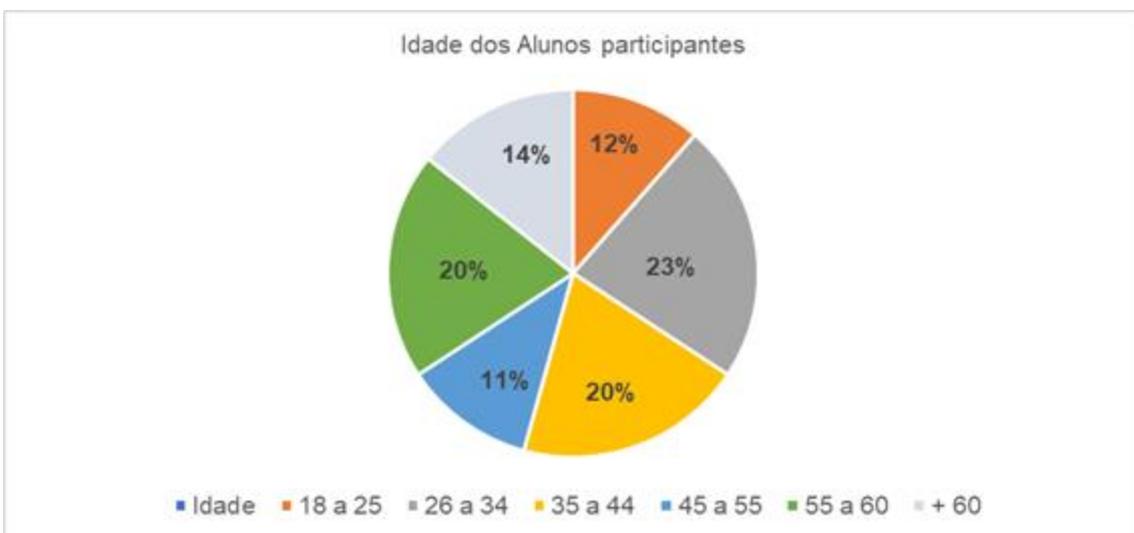
Fonte: Base de Dados da pesquisa (elaborado pela autora).

Gráfico — Público entrevistado entre alunos, instrutores e profissionais de apoio



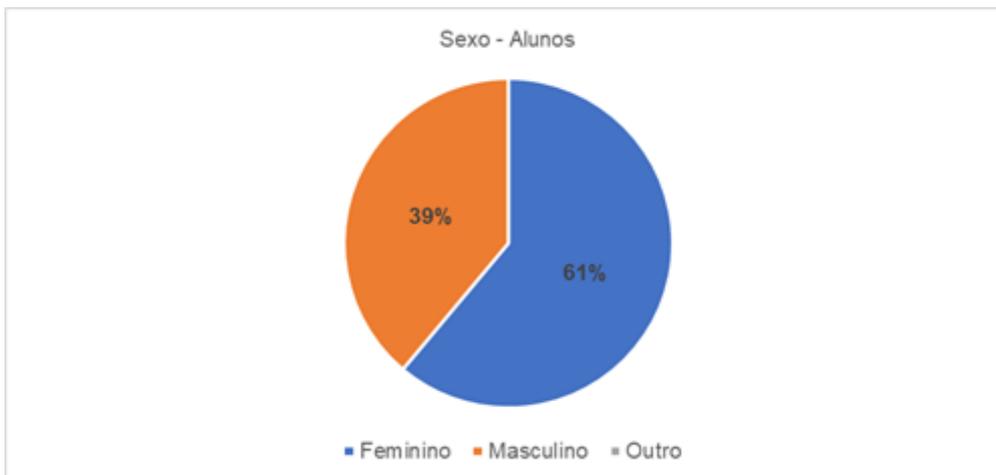
Fonte: Base de Dados da pesquisa (elaborado pela autora).

Gráfico 6 — Idade dos alunos participantes



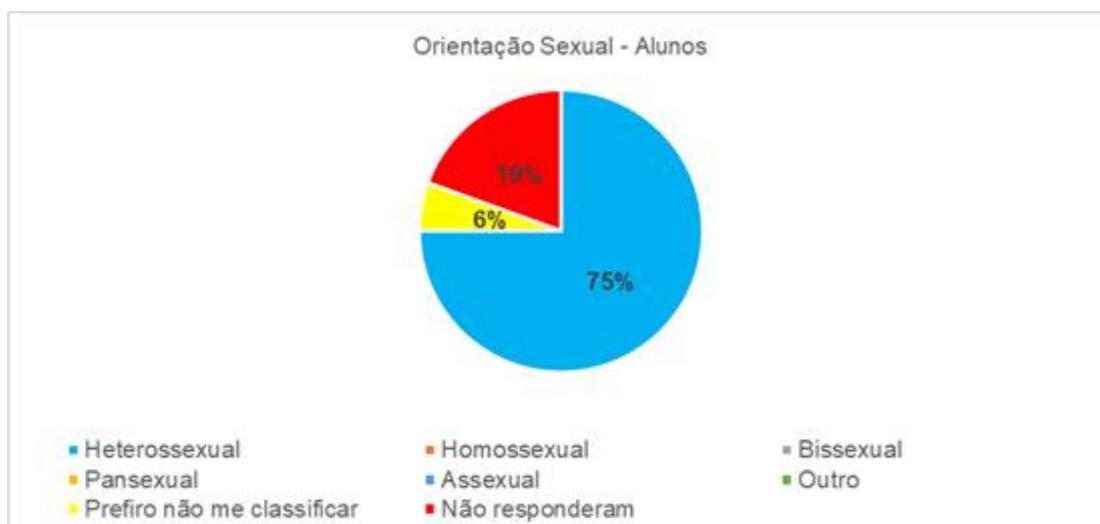
Fonte: Base de Dados da pesquisa (elaborado pela autora).

Gráfico — Sexo biológico declarado dos alunos participantes



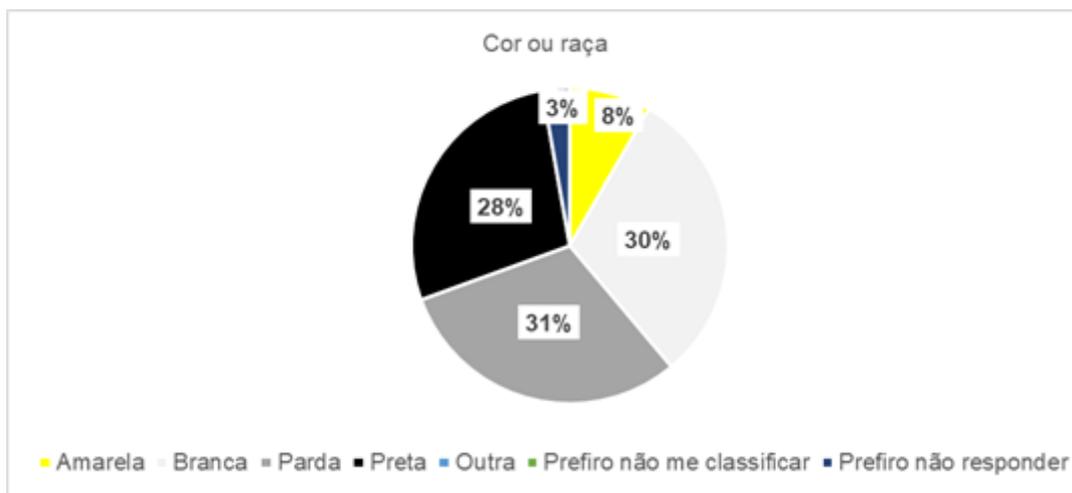
Fonte: Base de Dados da pesquisa (elaborado pela autora).

Gráfico — Orientação sexual dos alunos entrevistados



Fonte: Base de Dados da pesquisa (elaborado pela autora).

Gráfico — Cor/raça autodeclarada dos alunos entrevistados



Fonte: Base de Dados da pesquisa (elaborado pela autora).

APÊNDICE G — QUESTIONÁRIO 2



UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE

Instituto de Biologia

Pós-Graduação Strictu Sensu em
Ciências, Tecnologias e Inclusão



Questionário da pesquisa do DOUTORADO para os profissionais e alunos da Unidade Educacional

1. O que é **funcionalidade** pra você?

Atividade: Liste até cinco **funcionalidades** que você possui para trabalhar com pessoas com deficiência intelectual

2. O que são **limitações** pra você?

Atividade: Cite 5 **limitações** que você possui para trabalhar junto com uma pessoa com deficiência intelectual

APÊNDICE H — QUESTIONÁRIO SOBRE O CONCEITO DA FUNCIONALIDADE NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, TECNOLOGIA E INCLUSÃO: PARADIGMAS EMERGENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E NO TURISMO (RESULTADOS OBTIDOS)

O que você entende por funcionalidade de pessoas com deficiência?
Impedimentos momentâneos ou persistente ou espertize numa determinada área
Entendo como habilidades e competências no aluno para além das deficiências que apresente. Torna lo verdadeiramente autônomo.
Fazer com que as pessoas com deficiência consigam exercer atividades diárias com total condições.
Pensando em funcionalidade, penso em independência, autonomia, apoio e inclusão
Pessoas com capacidade de colaborar conforme suas limitações.
A funcionalidade é usada no aspecto positivo e o aspecto negativo corresponde à incapacidade.
O espaço que a pesso ocupa na sociedade.
Ser útil nas funções
A pessoa conseguir ter autonomia e ser produtiva no seu dia a dia
É um órgão responsável em desenvolver políticas públicas,concientização e respeito a igualdade e adversidades.
Viver de forma autônoma e produtiva apesar de suas limitações
Realizar atividades do meu cotidiano com autonomia e produtividade.
Que a pessoa tem o tempo dela para fazer as coisas

Funcionar em termos sócio ambiental, econômico e suas habilidades.
São suas habilidades.
Habilidades e possibilidades de desenvolvimento e autonomia
Pessoas com deficiência terem os mesmos direitos que todos.
Entendo que seja a dificuldade pessoal de uma pessoa, sendo física ou mental. Que pode ser a longo prazo ou não.
Uma pessoa que desempenha bem uma função
Funcionalidade é criar meios para que a pessoa com deficiência possa ter uma vida com o máximo de independência
Ter acesso e conhecimento necessário para se obter tal funcionalidade em todos os setores
Tenho alguns conhecimentos sobre o assunto, tenho prima na família e convivo com criança e Jovens onde trabalho e amo essa causa tem ter inclusão, além do amor ...
Tornar a vida destas pessoas mais produtivas e fazer funcionar o dia dia delas sem transtornos
Tecnologia assistiva
Uma vida participativa
Toda pessoa com deficiência é perfeitamente capaz de ser funcional.
Pessoas ,que precisam ser assistida,de maneira especial,por profissionais qualificado. E com mesmo direito da sociedade!
Alguém que precisa de tratamento e atenção especial em algum aspecto
Adaptação funcional para que todos possam participar da sociedade.

A capacidade de desempenhar funções, assumir responsabilidade e ser ativo nos resultados.
Todas as possibilidades/ estratégias/ adequações que precisam ser levadas em consideração / disponibilizadas para que a pessoa possa viver com autonomia
Que todos podem desenvolver funções, cada um usando suas habilidades.
Ter autonomia.
Sua capacidade de exercer atividades/ funções pertinentes a sociedade.
Pessoas com deficiência se adaptam sua funcionalidade de acordo com sua "limitação"
Capacidade de entender sua deficiências, manter as habilidades físicas e mental.
Atividades diretamente relacionadas com a escola e que se aplica na vida diária da pessoa.
Classificação à luz do modelo de saúde acerca da pessoa com deficiência
A capacidade de exercer e manter habilidades para uma vida com maior autonomia e independência
Entendo como a capacidade de exercer funções do dia a dia.
Conheço muito pouco.
Eu entendo que uma pessoa funcional é definida pela sua capacidade de realizar tarefas e com uma certa autonomia, colaborado com uma determinada atividade para si mesma, equipe ou para o público, devidamente munida de ferramentas e conhecimentos pra isso. Uma pessoa com deficiência devidamente munida de conhecimentos e ferramentas apropriadas também tem as mesmas chances de realizar tais tarefas, cabe a nós desenvolvermos e criarmos esses tais itens.
Realizar adaptações necessárias
E o direito que todos tem de ir e vir acessibilidade.

Funcionalidade é o que o deficiente consegue realizar
Precisam de adequações específicas de suas necessidades.
Creio que seja um órgão para ajudar no desenvolvimento e acompanhar políticas voltadas para pessoas com deficiência
E fazer com que as coisas funcionem para os deficientes físicos
De uns anos pra cá muita coisa mudou, principalmente a inclusão do deficiente físico e emocional.
A funcionalidade de pessoas com deficiência refere-se à capacidade delas de realizar atividades cotidianas, participar na sociedade e alcançar seus objetivos, levando em consideração suas limitações físicas, sensoriais, cognitivas ou outras. Isso envolve garantir acessibilidade física, comunicação, tecnologia assistiva e oportunidades igualitárias.
Sim, eu entendi a habilidade das pessoas com deficiência, que é muito essencial, auxiliando através da tecnologia assistiva. Como funciona quando eles podem desenvolver e ajudar a possível habilidade.
Surdo
Na Educação a inclusão dos PcD é extremamente importante na nossa sociedade, pois uns aprendem com os outros. Obtendo o relacionamento saudável ,respeitando e amando as suas diferenças.
Não conheço sobre o tema. Por isso o meu interesse no seminário.
Pessoa que necessita de necessidade especiais.
impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.
Noções básicas apenas!
desenvolver bem uma função

quero aprender
Não conseguem exercer certas funcionalidades
Entendo que são barreiras de impedimentos na questão do local, comunicação, meios de transporte entre outras na qual devemos considerar as funções de cada pessoa com deficiência e adequar a sua participação.
Participação e inclusão na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.
A funcionalidade de pessoas com deficiência refere-se à capacidade de realizar atividades e participar em aspectos da vida cotidiana de maneira independente e eficaz, dentro do espectro de suas habilidades individuais. Este conceito é amplamente influenciado pelo modelo social da deficiência, que entende as limitações não apenas em termos das condições físicas ou médicas da pessoa, mas também considera como as barreiras ambientais e atitudinais podem restringir a participação e a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.
Entendo que toda pessoa com deficiência, precisa acima de tudo ser tratada com o respeito que todos merecem, para que elas possam através de sua experiência de vida, desenvolver habilidades para o seu melhor desempenho.
Pessoas que necessitam de recursos específicos.
Não entendo
As pessoas com deficiência em todos os espaços da sociedade
São aquelas que tem impedimentos de longo prazo ... pode ser de maneira física, intelectual, etc.
A capacidade de autonomia e da prática das potencialidades da pessoa, a partir da oferta das várias formas de acessibilidade
Modelo bio psico social o indivíduo é visto como um todo, onde vários fatores influenciam seu desenvolvimento.
É possível que pessoas com deficiência sejam muito funcionais.

são aquelas que têm impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial
Entendo como uma capacidade funcional e estrutural do corpo e da mente, uma vida ativa e participativa dentro da sociedade, mesmo que com apoios necessários, tendo como princípio a autonomia de decisões.
Inclusão
É a capacidade funcional que as pessoas com deficiência possuem na realização de atividades, apesar de suas condições físicas, mentais ou sensoriais.
A funcionalidade de uma pessoa com deficiência diz respeito a capacidade dessa pessoa de realizar atividades diárias e participar em diferentes áreas da vida, considerando as suas limitações e habilidades. Incluindo a capacidade de locomoção, comunicação, realização de atividades e tarefas domésticas.
Entendo que a funcionalidade seja aproveitar toda a capacidade possível da pessoa com deficiência e ajudá-la por meio de adaptações necessárias que ela necessite para executar da melhor maneira o seu trabalho ou formação.
Capacidade de realizar atividades.
Pouca
Entendo como uma possibilidade dessas pessoas terem melhor acessibilidade e mobilidade em seu cotidiano
O que uma pessoa com deficiência pode alcançar, realizar com a inclusão.
Que seja um ambiente que o deficiente seja incluído em toda sua totalidade.
Espaço onde eles possam circular.
As pessoas com deficiência enfrentam muitos desafios no dia a dia, e eles tem direito, e muitas das vezes não é respeitado.
Acabei de Concluir o Curso de secretária Escolar

A funcionalidade de pessoas com deficiência envolve um conjunto de fatores relacionados com a capacidade de interação social, de realizar tarefas do cotidiano e de participação ativa na sociedade, levando em consideração suas características pessoais, habilidades e limitações. Para que consigamos promover essa funcionalidade, necessitamos de adaptações, acessibilidade e suporte a fim de garantir uma inclusão eficaz nos mais diversos âmbitos.

A funcionalidade não se restringe a um entendimento de incapacidade, mas está relacionada com aquilo que a pessoa com deficiência pode desempenhar, mesmo com sua condição e alterações de funções. Leva também em consideração a importância da participação social desta pessoa com foco na promoção da qualidade de vida.

Creio que a funcionalidade se refere à capacidade de interação e participação da pessoa com deficiência, considerando o contexto (social e ambiental) no qual ela está inserida.

Função

dar independência a pessoas com deficiência

Desenvolvimento de suas potencialidades e instalações de novas habilidades, exercendo sua cidadania.

Não entendo muito, e estou disposta a aprender

Pessoa capaz de ter autonomia.

As pessoas com deficiência terem direito a uma vida ativa, participativa em suas áreas.

Habilidades a serem desenvolvidas com pessoas limitadas

Possibilidade de desenvolvimento na sociedade

Os direitos e benefícios para a Pessoa com Deficiência que direcionam suas habilidades intrínsecas para atuarem em sociedade.

Seria o que a pessoa é e não é capaz de fazer devido a sua deficiência. Pessoas com a mesma funcionalidade não

necessariamente tem a mesma condição. Estudar sobre as funcionalidades é enxergar um quadro mais amplo das deficiências e ver como adaptar as pessoas ao meio em que vive.

Pessoas que tem algum impedimento ao longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

Inserção da pessoa com deficiência de maneira minimamente autônoma nos diversos setores/espços da sociedade.

Tudo o que eu posso fazer mesmo com a minha deficiência. No meu caso, baixa visão, preciso de algumas adaptações e recursos tecnológicos para poder perceber melhor o ambiente, e ,assim, potencializar minha funcionalidade com a eliminação das barreiras.

Quando a pessoa consegue a sua própria autonomia, mediante as suas limitações, no convívio social

Dirimir ou atenuar às dificuldades de fazer algo por limitações físicas ou mentais, ou de se relacionar com os demais para que possa exercer seu papel de cidadão dentro da sociedade de forma participativa, crítica e integrada respeitando suas diferenças

Ter habilidade para realizar as atividades de vida diária com a maior autonomia e independência possível.

Entendo que precisamos falar sobre a funcionalidade dos direitos e não da pessoa. Entendo que o direito à educação é constitucional, e a sua funcionalidade é o nosso compromisso enquanto FAETEC.

Que essas pessoas também tem direitos!!

A funcionalidade pode ser vista sob dois distintos prismas, sendo um o viés capitalista que observa as pessoas como objetos de usos e almeja a padronização, tendo a funcionalidade como sinonimo de altas produções; podendo ser também visto soob o viés humanitário, no qual vê as diferenças como potenciais e almeja a sensibilidade de leitura e norteamento de especificidades e funções, tendo esta, a funcionalidade como potencias sendo aproveitadas. Logo, acredito em pessoas com deficiência ocupando funções em que suas potências sejam aproveitadas.

Limitações significativas tanto no funcionamento intelectual, quanto no comportamento adaptativo expresso em habilidades conceituais, sociais e práticas do dia a dia.

Eu entendo que são pessoas que tem muito dos seu direitos privados, são pessoas incríveis que precisam sair do invisível e serem reconhecidas como seres humanos alguns com alta habilidades e que estou começando um desafio muito grande que é a chefia da educação especial em meu município... Mas creio que vou fazer um bom trabalho ????

São medidas e ações que orientam o desenvolvimento e a capacidade funcional da pessoa com deficiência.

Por funcionalidade de pessoas com deficiência entendo que é necessário atender a diversidade de todos os estudantes com deficiência, pois o tipo de mobiliário, materiais didático-pedagógicos e equipamentos precisam favorecer seu uso pelos alunos com sérios e diferentes comprometimentos. Portanto, mostra-se importante aprimorar o levantamento do perfil funcional do estudante para escolha do recurso adequado às suas necessidades.

Capacidade de utilizar funcionalmente, com diferentes recursos, apesar de ter necessidade especial.

Como essa pessoa pode exercer seus direitos, deveres e desejos dentro da sociedade. De forma a expressar seus interesses e acrescentar na sociedade.

Acredito que seja a mobilidade adaptada para que pessoas com deficiência possam e executar e serem incluídas as demandas

Os profissionais e demais envolvidos com pessoas com deficiência devem ter a sensibilidade de observar e buscar os estímulos necessários para o desenvolvimento das capacidades de cada indivíduo.

aspectos positivos do sujeito em relação a seu corpo nos aspectos pessoais e ambientais

Estimular as habilidades da pessoa com deficiência de modo que encontre formas de mostrar as suas capacidades nos ambientes que convive.

Reconhecimento de habilidades em áreas diversas que demonstram que o individuo não se reduz a deficiência que apresenta.

Integração física do corpo para uma melhor condição de vida o mais saudável possível com o seu ambiente e sociedade.

Acredito que se busca na funcionalidade para pessoas com deficiências a criação de estratégias de inclusão social e autonomia da pessoa portadora de deficiência.

Obviamente os desafios variam de acordo com a complexidade de cada indivíduo e cidades mas a busca junto as políticas públicas e pesquisas tecnologicas podem fornecer serviços melhores ao maior número de pessoas possível.

Que elas tem que ter o direito delas garantido e respeitado por lei.

Ter direito de total acesso e recursos a toda a sociedade

Pessoas que precisão de inclusão e oportunidade como todos.

Entendo que a pessoa com deficiência tem o direito de ser inserida no meio social como uma pessoa normal ,sendo acompanhado por um profissional capacitado ajudando não só o deficiente como seus familiares a lidarem com o processo

Nada

A funcionalidade permite que as pessoas com deficiência possam participar mais efetivamente, e com igualdade de condições, da sociedade.

Ter seus direitos garantidos e respeitados

Funcionalidade é a possibilidade da pessoa com necessidades específicas possa estar incluída em todos os espaços sociais.

Que todos têm potencial e funcionalidades na sociedade.

É aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo,natureza física,mental, intelectual ou sensorial que,em interação com diversas barreiras,podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade,em igualdade de condições com as demais pessoas.

Que elas também possam estar inseridas no mercado de trabalho.

É aquele que exerce sua funcionalidade respeitando seus limites ; sendo respeitado pelos outros.

Era só isso que gostaria na minha vida profissional, pessoal e acadêmica.
Exercício de sua autonomia e independência para vivenciar situações da vida.
Entendo que nenhum indivíduo deve ser privado do aprendizado ou da sociedade devido sua deficiência.
Entendo que pessoas com deficiência se respeitadas suas particularidades e com suas demandas de funcionalidade? são capazes de ter total autonomia.
Que as Possibilidades é o caminho para o entendimento e o desenvolvimento dentro do transtorno ou múltiplas deficiências.
Entendo que é preciso avaliar o qual o grau de dificuldade que a pessoa com deficiência enfrenta, em determinado espaço (escolar, de trabalho, etc), para participar das atividades e propiciar um ambiente acessível, buscando modificar atitudes, eliminar barreiras, preconceitos e discriminações.
Entendo que ser funcional é ser capaz de desempenhar funções plurais apesar da deficiência ou transtorno e conseguir ser na sociedade e no mercado de trabalho.
Entendo como uma abordagem que possibilita deficientes intelectuais interajam relativa desenvoltura frente às suas limitações.
Nada
Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas
Viabilizar o máximo de independência o possível da pessoa com deficiência, com a finalidade do sujeito adquirir autonomia.
Pessoas que possuem necessidades especiais devido a danos que levaram ao comprometimento parcial ou total de alguma área do corpo

A funcionalidade da pessoa com deficiência envolve adaptar ambientes, tecnologias e políticas para garantir sua inclusão e participação plena na sociedade. Isso inclui acesso físico, tecnológico e social, promovendo igualdade de oportunidades.

Vou aprender.

Social.

Entendo muito pouco sobre o assunto.

Instrumentos ou ferramentas para superar as limitações

Acredito que compreenda a possibilidade de a pessoa com deficiência poder realizar atividades com autonomia.

Grados de desenvolvimiento en un medio integrado y normalizado

Grados de independencia para desarrollar sus ABVD

Criação de espaços de inclusão, apoio e condições de trabalho para portadores de deficiências.

A capacidade de desenvolvimento/ realização de possibilidades, que a pessoa com deficiência tem em diversos lugares e diferentes atividades.

Associo funcionalidade com acessibilidade. Ou seja, tornar acessíveis os ambientes, as relações, os processos de ensino, por exemplo, para qualquer condição humana promove uma vida funcional.

Acredito que seja incluir da melhor forma as pessoas com deficiência na sociedade para que sejam cidadãos ativos

O quanto essa pessoa está disponível para a troca e convívio em sociedade.

As pessoas com deficiências podem fazer tudo o que desejarem, ou seja, chega de capacitismo.

A OPORTUNIDADE PARA AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS DEMONSTRAR DE COMO SÃO CAPAZES DE SE INSERIR NOS MAIS DIVERSOS LOCAIS: TRABALHO, COMUNIDADE

Conhecedor dos seus direitos para uma vida digna.
Tornar a vida da pessoa com deficiência mais autônoma, mantendo suas habilidades para uma vida mais independente.
Inclusão
Inclusão
O conceito de funcionalidade, substitui o enfoque negativo da deficiência, por uma perspectiva positiva das ações que o indivíduo é capaz de realizar.
Não subestimar as pessoas com deficiência. Muitos acreditam que eles não podem fazer muitas coisas, mas eles conseguem muito mais do que vemos.
Usar instrumentos que promovam acessibilidade a pessoa com deficiência dentro de suas necessidades especiais individuais.
Ainda não estou inteirada deste assunto. Ouso presumir, que seja reconhecer e estimular a pessoa com deficiência a partir do melhor de suas respostas e funções, estruturas do corpo, suas capacidades e desempenhos numa interação dinâmica entre a condição de saúde, os fatores pessoais e fatores ambientais.
Autonomia, mobilidade e responsabilidade.
Seria a capacidade de desempenhar atividades e participar plenamente na sociedade, levando em consideração suas habilidades, limitações e necessidades específicas. É tirar o foco da deficiência e criar um ambiente inclusivo e acessível que permita às pessoas com deficiência alcançar seu máximo potencial e desfrutar de uma vida plena, igual e digna.
É a possibilidade de potencializar as capacidades da pessoa com deficiência.
Acompanhamento e acessibilidade
A funcionalidade da pessoa com deficiência está ligada, a maneira como cada um se adapta as suas necessidades.

É o quanto funcional uma pessoa com deficiência executa suas tarefas no dia a dia
Entendo que é essencial pensar de uma maneira mais empática às pessoas com deficiência. Empatia e ação são as palavras que resumem.
Acessibilidade
Estimular as habilidades que ela possa exercer para que elas possam suprir a falta daquelas que são diminuídas. O objetivo é garantir uma rotina de vida com mais qualidade e interação social possível
Acessibilidade
Inclusão real. Respeito às características individuais. Inclusão não é convidar a pessoa para o baile. É chamá-la para dançar, quando estiver lá.
Que devemos atentar para o cuidar dessas pessoas e não excluí-las mas abraçá-las.
Não tenho conhecimento gostaria de saber mais
Igualdade de direitos, oferecendo a ela a adaptação necessária, dentro das suas especificidades.
A prova, tal como a neurociência afirma, que TODOS são capazes de aprender, empreender, realizar, voar!
Facilitar a acessibilidade
Tudo aquilo que pode ser feito para oferecer mais qualidade de vida para PcD.
Quais atividades da vida social uma pessoa com deficiência consegue ou não realizar de forma autônoma.
É a pré disposição para a pessoa que tem necessidade especial para o mundo do trabalho.
A funcionalidade de pessoas com deficiência refere-se à capacidade dessas pessoas de realizar atividades diárias, interagir socialmente e participar plenamente na sociedade, levando em consideração as limitações impostas por suas condições. Isso

envolve adaptações e suportes para garantir igualdade de oportunidades e acesso a diversos aspectos da vida.
Que a pessoa deficiente tem funcionalidade no tempo dela
A funcionalidade de pessoas com deficiência refere-se à capacidade de uma pessoa realizar atividades cotidianas, interagir com o ambiente ao seu redor e participar plenamente da sociedade, levando em consideração as suas limitações físicas, sensoriais, cognitivas ou outras. Em outras palavras, trata-se da habilidade de uma pessoa com deficiência de realizar tarefas e alcançar objetivos em sua vida diária, levando em conta suas habilidades, necessidades e barreiras enfrentadas.
Pessoas que precisam de apoio.
Estimular ao máximo as atividades que o indivíduo possa realizar
São pessoas que têm impedimentos de alguma ordem, seja intelectual, sensorial, entre outros. Necessita de igualdade de condições mediante a sua deficiência.
?
A maneira como ela interage e funciona no ambiente
Acreditar no potencial de cada um, suas habilidades e reconhecimento de sua identidade como cidadão.
Faço licenciamento em turismo e queria estar mais dentro do assunto
São as limitações de algumas capacidades do indivíduo
Esse processo permite a inclusão social.
A maneira como as pessoas deficientes estão inseridas na sociedade
Sobre diversas possibilidades de atuação das pessoas com deficiência.
Apoio ao deficiente

Acesso e pertencimento
Refere se à capacidade das pessoas com diferentes tipos de deficiência de realizar atividades diárias, participar de sua comunidade e viver uma vida plena e independente .Isso envolve adaptar o ambiente físico e tecnológico para garantir a pessoa com deficiência tenha acesso igualitário a oportunidade de recursos .
Inclusão social
Possibilidade de pessoas com deficiência ocuparem o lugar que quiserem
Entendo que um grande desafio tanto pra pessoa com necessidades específicas e tanto pra quem está ali dando assistência a ela.
Ter capacidade de lidar com a vida, apesar de suas limitações. Se desenvolver e ser capaz de ser útil, funcional e eficaz.
As funcionalidades para pessoas com deficiência geralmente incluem recursos de acessibilidade em tecnologia, como leitores de tela, legendas, comandos por voz, teclados adaptativos, entre outros. Além disso, há adaptações físicas em ambientes e produtos, como rampas de acesso, banheiros adaptados, e dispositivos específicos para ajudar na mobilidade e comunicação. Essas funcionalidades visam promover a inclusão e facilitar a participação plena na sociedade para pessoas com deficiência.
Gostaria de saber mais sobre o assunto.
O estatuto da pessoa com deficiência veio para garantir uma série de direito a essas pessoas. CONADE Conselho Nacional dos Direitos Humanos faz parte da estrutura básica da Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Conjunto de capacidades e aptidões da pessoa com deficiência, que a ajudarão a desempenhar seu papel social e desenvolver seu potencial.
A funcionalidade de pessoas com deficiência refere-se à capacidade dessas pessoas de realizar atividades diárias, participar na sociedade e alcançar seus objetivos, muitas vezes com o auxílio de adaptações, tecnologia assistiva e apoio adequado para superar as barreiras que possam encontrar. Essa abordagem se concentra nas habilidades e capacidades das pessoas,

em vez de apenas nas limitações impostas pela deficiência.
Inclusão educacional, social e produtiva, de forma assistida se necessário for.
Entendo que, como profissional do turismo, preciso aprender a lidar com pessoas com diferentes necessidades, a fim de que seja bem inseridas no contexto social.
A funcionalidade de pessoas com deficiência refere-se à capacidade dessas pessoas de realizar atividades diárias, participar plenamente na sociedade e alcançar seus objetivos, com base em suas habilidades e recursos disponíveis, adaptados às suas necessidades específicas. Isso envolve o acesso a tecnologias assistivas, adaptações no ambiente físico e social, e políticas inclusivas que promovam a igualdade de oportunidades.
A funcionalidade de pessoas com deficiência envolve garantir que elas possam realizar tarefas, participar de atividades e interagir com o ambiente de forma eficaz e independente.
Acessibilidade
Capacidade de realizar atividades
Permitir a inclusão de forma que PCD se sinta e seja funcional, diminuindo sua dependência
É a melhor integridade funcional e estrutural do corpo, com sua vida ativa e participativa sem restrição na participação de qualquer esfera da vida.
Oportunizar autonomia para o deficiente
O que o sujeito é capaz de fazer.
Funcionalidade seriam os aspectos positivos, aquilo que a pessoa com deficiência consegue ou é capaz de realizar, o que a favorece.
São atividades distribuídas que as pessoas fazem

Sou um professor que combate o capacitismo em minhas práticas docentes. Todas as pessoas são capazes e ativas em suas funcionalidades.
Adaptar as características funcionais da pessoa com as características funcionais dos ambientes os quais ela interage (família, escola, trabalho)
Adaptação, ao seu ambiente de trabalho
Conhecimento e Inclusão.
Devido a AR tenho algumas deficiências nos dedos das mãos.
Entendo que a deficiência não deve impedir a demonstração das potencialidades do sujeito. Contudo, precisamos de políticas educacionais que desempenham oportunidades para o aprendizado, minimizando as barreiras que o impedem.
Sim.
Entendo que cada pessoa precisa ser respeitada, apoiada e ter acesso a informação e conhecimento...
Aptidões e habilidades que a pessoa possa executar.
Acessibilidade
Autonomia
E favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem em contextos educacionais inclusivos.
Soube de autista
Ausência de capacitismo sobre a pessoa com deficiência e valorização de suas habilidades pessoais.
Funcionalidade é o que queremos alcançar, o melhor das nossas funções e estrutura do corpo.

Não sei bem sobre o termo "funcionalidade".
Pessoas que devemos explorar as habilidades que são além da sua deficiência.
Entendo que funcionalidade de pessoas com deficiência se refere à capacidade das pessoas com diferentes tipos de deficiência de realizar as tarefas diárias, participar em atividades sociais e ter acesso a oportunidades de forma independente e com dignidade. Isso pode envolver a utilização de tecnologias assistivas, modificações no ambiente físico, adaptações no trabalho e na educação, bem como políticas inclusivas que visem garantir a igualdade de oportunidades para todos.
É a capacidade que a pessoa, mesmo com deficiência, exerce as funções básicas.
a capacidade de fazerem atividades, estudar, trabalhar, apesar de sua deficiência
precisam de apoio
Apesar de ser uma pessoa com deficiência a pessoa é capaz
Não sei
Como podemos agir para dar oportunidade às pessoas com diferentes deficiências físicas, abrindo espaço para atuar efetivamente no mercado do trabalho, de forma eficiente e inclusiva.
Ter seus direitos respeitados
Não entendo muito.
Fazer com que ela incluída na sociedade e no mercado de trabalho.
INCLUSÃO PARA TORNÁLOS CIDADÃOS PRODUTIVOS, PARTICIPANTES, CONSCIENTES DE SEUS DIREITOS E DEVERES.
São pessoas com com impedimento de longo prazo com a natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Condição em que a pessoa com deficiência tenha assegurada sua participação ativa e efetiva na sociedade em pé de igualdade com os demais.

É a habilidade da pessoa com deficiência executar atividades que permitam cuidar de si próprio e viver independente em seu meio. Conjunto de ações que a pessoa precisa realizar para cuidar de si próprio (auto-cuidado).

Ser útil é independente

Para mim a funcionalidade das pessoas com deficiência é maravilhoso, fazerem eles se sentirem funcional é incrível... Foi o que eu entendi...aqui é a mãe da Emilly escrevendo.

É um desempenho nas e das atividades para avaliar a independência e autonomia.

São pessoas que tem por direito dentro da constituição de acesso aos seus direitos de ir em vim sem discriminação .

O uso de recursos que aproximem a condição do deficiente com os demais atenuando a sua condição de exercer algumas atividades prejudicadas pela sua incapacidade.

São eles remédio como é o caso do TDAH, produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Tenho TDAH, sou advogada e defendo o direito pleno de inclusão em todas as esferas.

Toda pessoa com deficiência tem o direito de se tornarem cidadãos produtivos, ter consciência dos seus direitos e deveres e executarem sua produtividade no meio social para a diminuição dos custos sociais

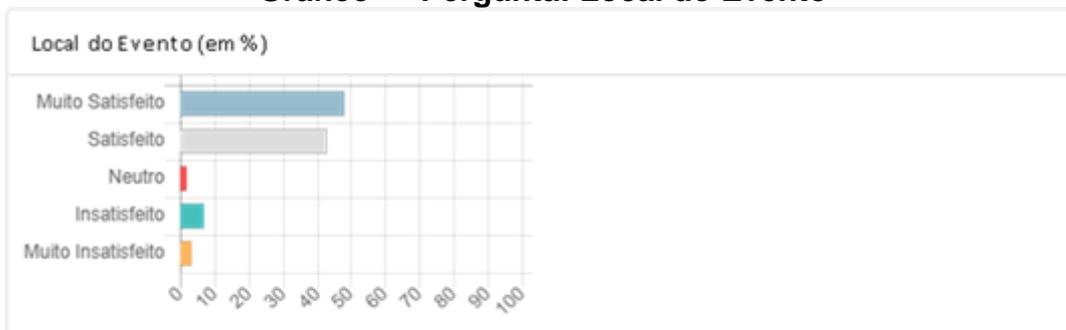
No contexto escolar oferecer ferramentas para uma melhor inclusão no meio e na sociedade. Sensibilização e convivência.

Que a gente tem que respeitar os deficientes dar um lugar prioridade a eles

Quase nada
Todas as funções corporais participando das atividades propostas.
Não entendo o termo funcionalidade de pessoas com deficiência. Quero aprender através do seminário.
Pessoas com deficiência
Não entendo
Torna a pessoa mais independente possível
São impedimentos que, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade, em condições de igualdade com as demais pessoas.
A função que o pcd deve exercer
O que é possível o pcd fazer.

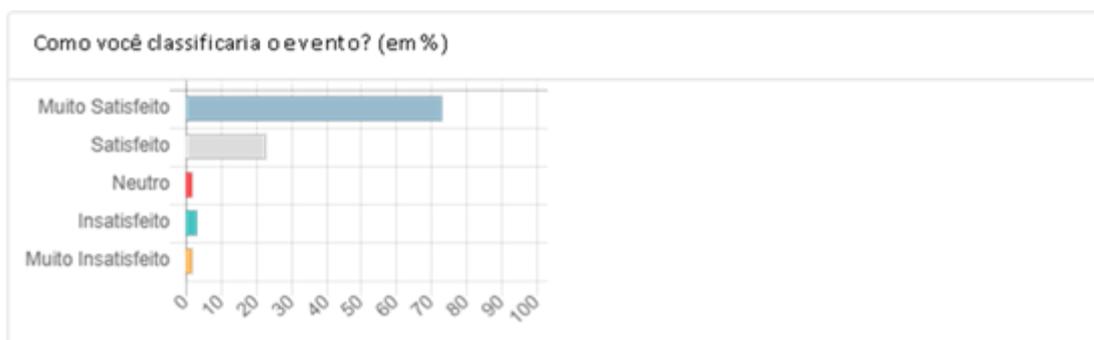
APÊNDICE I – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO RESULTADO DAS AVALIAÇÕES DO SEMINÁRIO

Gráfico — Pergunta: Local do Evento



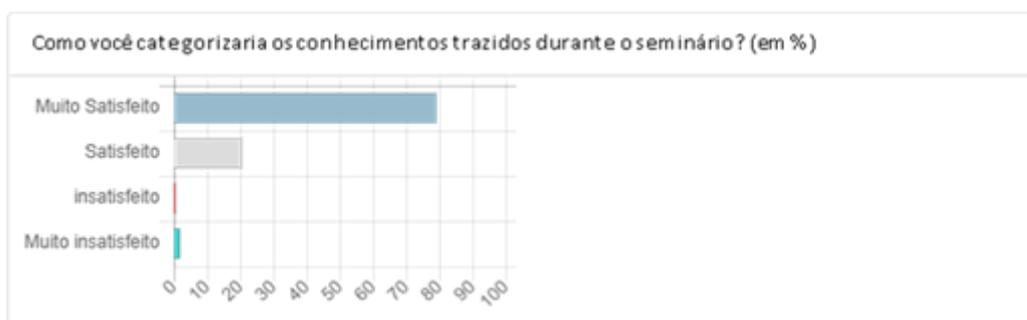
Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico — Pergunta: Como você classificaria o evento?



Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico — Pergunta: Como você categoriza os conhecimentos trazidos durante o seminário?



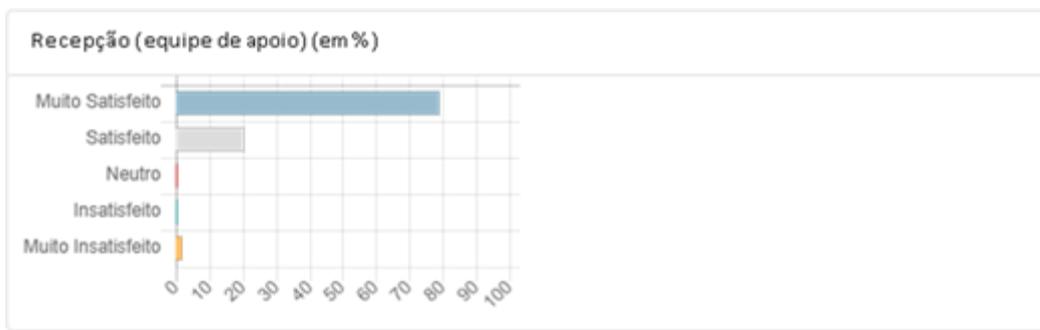
Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico — Pergunta: Equipamentos etc.



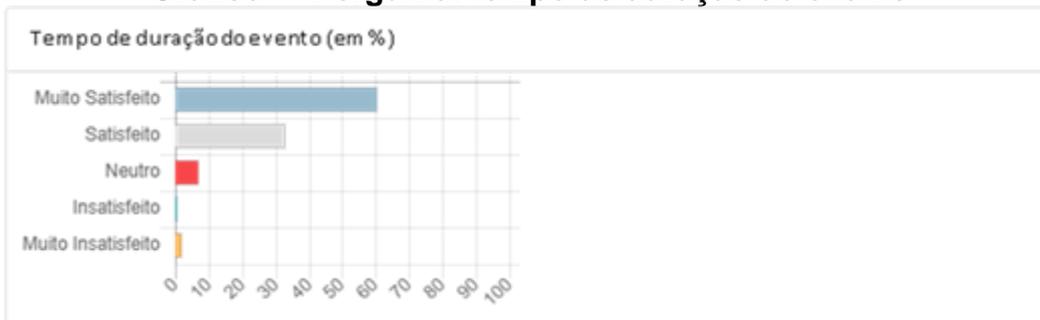
Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico — Pergunta: Recepção (equipe de apoio)



Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico — Pergunta: tempo de duração do evento



Fonte: elaborado pela autora.

**APÊNDICE J — PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO
INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, TECNOLOGIA E INCLUSÃO**

Seminário Internacional de Funcionalidade, Tecnologia e Inclusão

A presente pesquisa tem por objetivo avaliar o evento, a partir do ponto de vista dos participantes. Considerando o resultado da pesquisa poderemos aperfeiçoar e inovar nas próximas ações semelhantes.

Item	Muito satisfeito	Satisfeito	Neutro	Insatis- feito	Muito in- satisfeito
Como você classi- ficaria o evento?					
Local do Evento					
Como você catego- rizaria os conheci- mentos trazidos durante o seminário?					
Equipamentos de som, acústica; de projeção, de impressão					
Recepção (equipe de apoio)					
Tempo de duração do evento					

O que mais te agradou durante o evento?

O que você sugere como oportunidade de melhoria?

Após o evento, qual sua concepção de funcionalidade?

APÊNDICE K — PROPOSTA APRESENTADA PELA PESQUISADORA E ACEITA PARA A REVISÃO DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO/TÉCNICO PARA A REDE FAETEC

(Setembro/2021)

Introdução:

O conteúdo programático Diversidade e Inclusão pretende apresentar o debate inicial sobre questões da diversidade, inclusão social, paradigmas e políticas de inclusão voltadas às diferentes questões no âmbito da educação, saúde e em diferentes áreas; necessário na formação profissional do ensino médio/técnico na atualidade.

Competências a serem desenvolvidas:

Compreender a singularidade e a diversidade dos seres humanos.

Habilidades:

Discutir os aspectos e os sujeitos envolvidos na questão da Inclusão social e na Diversidade Humana.

Diversidade e Inclusão: Exclusão e Inclusão – concepções sociais; a Diversidade Humana como princípio de equidade; Acessibilidade; Público alvo da Educação Especial e Necessidades específicas.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, v. 4, nº 1, janeiro/junho 2008.

BRASIL. Lei 13.146/2015 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 09 de setembro de 2021.

FERNANDES, Edicléa; ORRICO, Helio Ferreira. Acessibilidade e inclusão social. Rio de Janeiro, 2012.

FERREIRA, Sônia; FERNANDES, Edicléa. Tutoriais de pessoas com deficiência intelectual. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico Científico editado pela

ANPAE, v. 27, n. 1, 2011.

MUNDO, Transformando Nosso. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Acesso em 13 de setembro de 2021, v. 15, 2016.

NUNES, Rosa Soares. Nada sobre nós sem nós: a centralidade da comunicação na obra de Boaventura de Sousa Santos. Cortez Editora, 2005.

APÊNDICE L — ARTIGO PUBLICADO COMO AUTORA EM REVISTA QUALIS A



International Journal of Scientific Management and Tourism

ISSN: 2386-8570

Outros olhares do Forte de Copacabana: registros fotográficos de pessoas com deficiência intelectual

Other views of Forte de Copacabana: photographic records of people with intellectual disabilities

Otras miradas desde el Fuerte de Copacabana: registros fotográficos de personas con discapacidad intelectual

DOI: 10.55905/ijstml10n5-028
Originals received: 08/30/2024
Acceptance for publication: 09/30/2024

Sonia Mendes Ferreira

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão da Universidade Federal Fluminense (PGCTIN-UFF)

Instituição: Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC)

Endereço: Rua Clarimundo de Melo, 847, Quintino - RJ

E-mail: sonia_mendes@id.uff.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5270-5323>

Carlos Alberto Lidizia Soares

Doutor em Engenharia Civil

Instituição: Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense (FTH – UFF) - campus do Gragoatá

Endereço: Rua Prof. Marcos Valdemar de Freitas Reis, s/n, Bloco H

E-mail: csoares@id.uff.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9929-7873>

Edicléa Mascarenhas Fernandes

Doutora em Ciências da Saúde da Criança e da Mulher pela Fiocruz

Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Núcleo de Educação Especial e Inclusiva

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, Bloco A

E-mail: professoraediclea.uerj@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3998-2016>

Sandra Regina Barbosa

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão da Universidade Federal Fluminense (PGCTIN-UFF)

Instituição: Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NEEI - UERJ)

Endereço: Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro - RJ

E-mail: sandrabarbosa@id.uff.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4595-3767>

Noelle Santos Camello

Especialista em Gestão de Serviços com Ênfase em Eventos

Instituição: Universidade de Aveiro

Endereço: Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, 3810-193
Aveiro, Portugal

E-mail: ncamello@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3683-3966>

RESUMO

O presente artigo visa apresentar um estudo de caso sobre a Inclusão Social de pessoas com deficiência intelectual através do turismo. A ação conduziu os participantes a atrativos turísticos da região metropolitana do Rio de Janeiro, objetivando o registro por meio de fotos e exposição com uso de *tablets*. O trabalho desenvolvido envolve os alunos do Centro de Apoio Especializado à Educação Profissional da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) em parceria com o grupo de estudos e pesquisas em Turismo, Hospitalidade e Inclusão da Faculdade de Turismo e Hospitalidade da Universidade Federal Fluminense (UFF). O norte metodológico utilizado foi a pesquisa-ação e a metodologia de observação (percepção) através dos estudos da cartografia. Como resultado, se observou como as pessoas com deficiência intelectual podem registrar diferentes fenômenos observados por diferentes ângulos dos atrativos turísticos da cidade através de fotos feitas pelos *tablets* utilizados. Além disso, é possível perceber a relevância da tecnologia digital como equipamento de apoio e acessibilidade à realização de atividades laborais e de vida cotidiana contribuindo assim com o desenvolvimento das pessoas com deficiência, ampliando a sua ação na sociedade.

Palavras-chave: deficiência intelectual, inclusão social, acessibilidade, turismo.

ABSTRACT

This article aims to present a case study on the Social Inclusion of people with intellectual disabilities through tourism. The action led the participants to tourist attractions in the metropolitan region of Rio de Janeiro, aiming to register through photos and exhibition using tablets. The action developed involves the students of the Specialized Support Center for Professional Education of the Support Foundation for the Technical School of the State of Rio de Janeiro (FAETEC) in a partnership with the group of studies and research in Tourism, Hospitality and Inclusion of the Faculty of Tourism and Hospitality at Universidade Federal Fluminense (UFF). The methodological guide used was action research and observation methodology (perception) through cartography studies. As a result, it was observed how people with intellectual disabilities can record different phenomena observed from different angles of the city's tourist attractions through photos taken by the tablets used. Furthermore, the relevance of digital technology as support and accessibility equipment for carrying out work and daily life activities can be seen, thus contributing to the development of people with disabilities, expanding their action in society.

Keywords: intellectual disability, social inclusion, accessibility, tourism.

ANEXO A — ESCALA DE INTENSIDADE DE SUPORTES

SIS™

ESCALA DE INTENSIDADE DE APOIOS

Adultos e Jovens
(a partir de 16 anos)

(Versão Brasileira)

Código de Identificação

Nome: _____
Data de aplicação da SIS: ____/____/____ Cidade/Estado: _____
Data de nascimento: ____/____/____ Idade: _____ Gênero: () M () F
Idioma utilizado em casa: _____
Etnia: () branco () afro-descendente () indígena () outro: _____
Escolaridade: _____
Tempo em que esta na instituição: _____
Moradia: () Residência própria com apoio () Residência própria sem apoio () Mora com familiares () Pais () Irmãos () Outros _____
() Mora em alguma instituição residencial () Outra: _____
Localização da residência: () Urbana () Rural
Emprego: () Competitivo () Abrigado () Oficina protegida () Desempregado () Voluntário () Outro: _____
Pessoa que prove o apoio para a pessoa com deficiência intelectual
Nome: _____ Parentesco: _____ Telefone: _____
Nome: _____ Parentesco: _____ Telefone: _____
Nome: _____ Parentesco: _____ Telefone: _____
Informações adicionais: _____
Instrumento de avaliação do nível intelectual: _____
_____ Data de realização da avaliação: ____/____/____
Resultado: _____
Instrumento de avaliação de Comportamento Adaptativo: _____
_____ Data de realização da avaliação: ____/____/____
Resultado: _____
Diagnóstico(s) [especificar se tem outra(s) deficiência(s) associada(s)]: _____

Nome do respondente	Parentesco/Professor/Profissional
1. _____	_____
2. _____	_____

Entrevistador: _____
Formação acadêmica: _____ Tempo de experiência em Educ. Especial: _____
Instituição que trabalha: _____ Telefone: _____
Cargo: _____ E-mail: _____

Ficha de Percepção de Necessidades de Apoio

Respondente: _____

Por favor, leia cada uma das áreas descritas abaixo, indique qual a quantidade de apoio que o indivíduo necessita para realizar essas atividades, desde (0), como a ausência de necessidade de apoio, até (6), representando apoio total.

Atividades de Vida Diária Atividades e tarefas diárias relacionadas aos cuidados pessoais e a manutenção e limpeza da sua casa.	0	1	2	3	4	5	6
Atividades da Vida em Comunidade Atividades e tarefas relacionadas a participação na comunidade, incluindo deslocamentos, acesso a serviços e espaços comunitários.	0	1	2	3	4	5	6
Atividades de Aprendizagem ao Longo da Vida Atividades e tarefas necessárias para obter sucesso em situações de aprendizagem ao longo da vida, incluindo formação profissional.	0	1	2	3	4	5	6
Atividades de Emprego Atividades e tarefas necessárias para obter sucesso em situações de emprego (aquisição e manutenção do desempenho nas tarefas)	0	1	2	3	4	5	6
Atividades de Saúde e Segurança Atividades e tarefas relacionadas à manutenção da saúde e a prevenção de situações de perigo.	0	1	2	3	4	5	6
Atividades Sociais Atividades e tarefas necessárias para que a pessoa se envolva em atividades sociais, relacionando-se de forma adequada com diferentes pessoas em diferentes contextos.	0	1	2	3	4	5	6
Proteção e Defesa Atividades e tarefas necessárias para que a pessoa defenda os seus direitos e cumpra os seus deveres para com a sociedade.	0	1	2	3	4	5	6

Seção 1. Escala de Necessidades de Apoio

INSTRUÇÕES: Identifique o tipo, a frequência e o tempo diário de apoio que o indivíduo necessita para obter sucesso em cada um dos seis domínios de atividade (Partes A a F). Para cada parâmetro (tipo, frequência e tempo diário de apoio), circule o número apropriado (0-4) (veja a chave de pontuação). Some as pontuações dos três parâmetros avaliados em cada uma das atividades para obter as pontuações totais. Some as pontuações totais de todas as atividades para obter a pontuação total de cada Parte.

1. Esta escala deve ser preenchida sem considerar os serviços ou apoios correntemente proporcionados ou disponíveis.
2. As pontuações devem refletir os apoios de que a pessoa necessita para ter sucesso em cada atividade.
3. No caso da pessoa utilizar tecnologias de apoio, a pontuação deve ser atribuída considerando a sua utilização.
4. Complete **TODOS** os itens, mesmo aqueles que representam atividades que a pessoa atualmente não desempenha.

Chave de Pontuação

Tipo de apoio Que tipo de apoio deve ser proporcionado para esta atividade?	Frequência Com que frequência é necessário apoio para esta atividade?	Tempo diário de apoio Em um dia típico em que é necessário apoio nesta atividade, quanto tempo de apoio deve ser proporcionado?
0-Nenhum	0-nenhum ou menos de uma vez por mês	0-Nenhum
1-Monitoramento	1-Pelo menos uma vez por mês, mas não uma vez por semana	1-Menos de 30 minutos
2-Pistas verbais ou gestuais	2-Pelo menos uma vez por semana, mas não uma vez por dia	2-Entre 30 minutos a 2 horas
3-Ajuda física parcial	3-Pelo menos uma vez por dia, mas não uma vez a cada hora	3-Entre 2 a 4 horas
4-Ajuda física total	4-A cada hora ou com mais frequência	4-4 horas ou mais

PARTE A: Atividades da Vida Doméstica	Tipo de apoio	Frequência de apoio	Tempo diário de apoio	Pontuações totais
1. Utilizar o banheiro	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
2. Cuidar da roupa (incluindo lavá-la)	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
3. Preparar alimento	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
4. Alimentar-se	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
5. Cuidar e limpar a casa	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
6. Vestir-se	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
7. Tomar banho, cuidar da higiene e cuidados pessoais (tais como unha, cabelo, pés, higiene íntima)	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
8. Utilizar aparelhos domésticos e eletrônicos (televisão, microondas, torradeira, máquinas de lavar, liquidificador, etc.)	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
Pontuação total Atividades da Vida Doméstica				
Anote a pontuação total (máximo 92) no Perfil, na página 9, Seção 1A, Parte A.				

PARTE B: Atividades da Vida Comunitária	Tipo de apoio	Frequência de apoio	Tempo diário de apoio	Pontuações totais
1. Deslocar-se de um local para outro na comunidade, utilizando ou não transporte	0 1 2 3 4	0 1 2 3	0 1 2 3 4	
2. Participar em atividades de recreação e lazer na comunidade	0 1 2 3 4	0 1 2 3	0 1 2 3 4	
3. Usar serviços públicos na comunidade	0 1 2 3 4	0 1 2 3	0 1 2 3 4	
4. Visitar amigos e familiares	0 1 2 3 4	0 1 2 3	0 1 2 3 4	
5. Participar em atividades de sua preferência na comunidade (igreja, voluntariado, etc.)	0 1 2 3 4	0 1 2 3	0 1 2 3 4	
6. Ir às compras, adquirir produtos e contratar serviços	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
7. Interagir com pessoas da comunidade	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
8. Frequentar locais públicos (parques, correios, bancos, lojas, etc.)	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
Pontuação total Atividades da Vida Comunitária				
Anote a pontuação total (máximo 91) no Perfil, na página 9, Seção 1.A, Parte B				

PARTE C: Atividades de Aprendizagem ao Longo da Vida	Tipo de apoio	Frequência de apoio	Tempo diário de apoio	Pontuações totais
1. Interagir com outras pessoas em atividades de aprendizagem	0 1 2 3 4	0 1 2 3	0 1 2 3 4	
2. Participar nas decisões sobre a própria educação e formação	0 1 2 3 4	0 1 2 3	0 1 2 3	
3. Aprender e usar estratégias para resolução de problemas	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
4. Utilizar tecnologia para aprender	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
5. Acessar contextos educacionais e de formação	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
6. Aprender competências acadêmicas funcionais (ler sinais, contar o troco, etc.)	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
7. Aprender habilidades para a saúde e atividades físicas	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
8. Aprender habilidades de autodeterminação	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	
9. Aprender estratégias de autogerenciamento	0 1 2 3 4	0 1 2 3	0 1 2 3 4	
Pontuação total Atividades de Aprendizagem ao Longo da Vida				
Anote a pontuação total (máximo 104) no Perfil, na página 9, Seção 1.A, Parte C				

Seção 2. Escala Suplementar de Proteção e Defesa

Para cada parâmetro (frequência, tempo diário de apoio e tipo de apoio), circule o número apropriado (0-4) (veja a chave de pontuação). Complete TODOS os itens, mesmo aqueles que representam atividades que a pessoa atualmente não desempenha. Some as pontuações dos três parâmetros avaliados em cada uma das atividades para obter as pontuações totais. Ordene as pontuações totais da mais alta a mais baixa (1=mais alta). Anote as quatro atividades com pontuações totais mais elevadas (1-4) no Perfil de Necessidades de Apoio, página 9, Seção 2.

Atividades de Proteção e Defesa	Tipo de apoio	Frequência de apoio	Tempo diário de apoio	Pontuações Totais	Classificação das pontuações totais das mais altas para as mais baixas
1. Defender seus direitos	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4		
2. Administrar dinheiro e finanças pessoais	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4		
3. Proteger-se contra exploração	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4		
4. Exercer responsabilidades legais (votar nas eleições, obedecer as leis etc.)	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4		
5. Pertencer e participar de organizações de autoadvocacia e de apoio	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4		
6. Reconhecer a necessidade e obter serviços jurídicos	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4		
7. Fazer escolhas e tomar decisões	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4		
8. Defender os direitos dos outros	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4		

Seção 3. Necessidades Específicas de Apoio Médico e Comportamental

Circule o número apropriado (0-2) para indicar a quantidade de apoio necessária em cada um dos itens da tabela (veja a chave de pontuação). Indique o número de itens pontuados com 1 e 2 para obter os subtotais de 1 e 2, respectivamente. Some estes dois subtotais para obter a pontuação total desta seção. Complete TODOS os itens.

Chave de Pontuação

0= Não necessita de apoio

1= Necessita de algum apoio (por exemplo, supervisão ou assistência ocasional)

2= Necessita de muito apoio (por exemplo, providenciar assistência regular para gerir a sua condição médica ou o seu comportamento)

Seção 3* Necessidade de Apoio Médico	Não necessita de apoio	Necessita de algum apoio	Necessita de muito apoio
Cuidados Respiratórios			
1. Terapia de inalação nebulização ou oxigenação	0	1	2
2. Drenagem postural (posicionamento do indivíduo para drenar secreções)	0	1	2
3. Fisioterapia respiratória (ex. tapotagem)	0	1	2
4. Aspiração de secreções	0	1	2
Assistência na Alimentação			
5. Estimulação oral ou posicionamento das mandíbulas	0	1	2
6. Alimentação por sonda (ex. nasogastrica)	0	1	2
7. Alimentação parenteral (alimentação endovenosa)	0	1	2
Cuidados com a Pele			
8. Mudar posicionamento	0	1	2
9. Fazer curativo em feridas abertas	0	1	2
Outros cuidados médicos específicos			
10. Proteção de doenças infecciosas devidas a deficiência do sistema imunológico	0	1	2
11. Tratamento e controle de crises convulsivas	0	1	2
12. Diálise	0	1	2
13. Cuidados com ostomias (colostomia, urostomia, traqueostomia, gastrostomia, etc.)	0	1	2
14. Levantar-se e/ou transferir-se	0	1	2
15. Serviços de terapia	0	1	2
16. Outro(s) (Especificar)	0	1	2
Subtotal 1 e Subtotal 2			
Total (Soma dos subtotais 1 e 2) Anote o total na página 9, Seção 3A.			

Seção 3B Necessidade de Apoios Comportamentais	Não necessita de apoio	Necessita de algum apoio	Necessita de muito apoio
Agressividade dirigida ao exterior			
1. Prevenção de ataques, ferimentos e danos a outros	0	1	2
2. Prevenção da destruição de propriedades (incendiar locais, danificar mobílias, destruir objetos de outros)	0	1	2
3. Prevenção do roubo	0	1	2
Agressividade Autodirigida			
4. Prevenção de autolesões	0	1	2
5. Prevenção a ingestão de substâncias não comestíveis	0	1	2
6. Prevenção de tentativas de suicídio	0	1	2
Sexual			
7. Prevenção de agressão sexual a outros	0	1	2
8. Prevenção de comportamentos inapropriados (exposição em público das partes íntimas do corpo, gestos ou contato físico inadequados)	0	1	2
Outros			
9. Prevenção de birras ou explosões emocionais	0	1	2
10. Prevenção de perambulação (andar a esmo correndo risco de se perder ou se machucar)	0	1	2
11. Prevenção de abuso de substâncias	0	1	2
12. Manutenção dos tratamentos de saúde mental	0	1	2
13. Prevenção de outro(s) problema(s) grave(s) de comportamento – Especifique:	0	1	2
Subtotal 1 = Subtotal 2			

Informações gerais:

Autoras da SIS: James R. Thompson; Brian R. Bryant; Edward M. Campbell; Ellis M. (Pat) Craig; Carolyn M. Highes; David A. Rotholz; Robert L. Schalock; Wayne P. Silverman; Marc J. Tasse; Michael L. Wehmeyer

Grupo de pesquisadores brasileiros que estão realizando a validação da SIS no Brasil está localizado na Universidade Federal de São Carlos e trabalha sob coordenação da Profa. Dra. Maria Amélia Almeida.

ANEXO B — PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFF - UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE -



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Funcionalidade, Convivência e Tecnologia: Paradigmas contemporâneos para compreensão da deficiência intelectual

Pesquisador: Sônia Mendes Ferreira Lopes

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 56919522.7.0000.8160

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação Em Ciências, Tecnologias e Inscusão

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.700.538

Apresentação do Projeto:

O projeto é uma tese de doutorado e uma parceria com os pesquisadores do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro nas áreas de pesquisa, extensão e docência. Visa o processo educacional das pessoas com deficiências e as perspectivas contemporâneas sobre Inclusão com o intuito de ações que busquem a ampliação do conceito, da autonomia e apropriação da independência nos indivíduos jovens e adultos com deficiência intelectual na sociedade.

Com o propósito de cumprir o desafio de minimizar as barreiras e da inserção ativa dos sujeitos com deficiência em seus contextos e ambientes, pretende-se desenvolver a construção dos tutoriais e vídeo aulas. Os tutoriais terão a autoria das pessoas com deficiência intelectual com a participação dos professores-instrutores como coadjuvantes e mediadores dessa construção. Pretende-se que esse estudo possa ser relevante para a replicação em outros contextos educacionais e sociais, visando à mudança da percepção social sobre as potencialidades e autonomia desses indivíduos. O trabalho pretende dar visibilidade a funcionalidade e não as limitações, (tão salientadas) para que o mundo possa ser mais consciente das diferentes possibilidades do ser humano e de como os mesmos podem atuar como cidadãos contribuindo com seus pares e com toda a sociedade.

No âmbito metodológico, utilizará um modelo denominado "constructo sócio ecológico da deficiência". A metodologia a ser empregada será a pesquisa de natureza aplicada, abordagem

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA **CEP:** 24.210-346
UF: RJ **Município:** NITERÓI
Telefone: (21)2629-5119 **E-mail:** eticahumanas.com/ite@id.uff.br

Continuação do Parecer: 5.700.538

qualitativa, de nível exploratório e utilizará a perspectiva da observação participante. A pesquisa envolverá pessoas com deficiência intelectual, suas famílias e equipe da Unidade Educacional. A coleta de dados (CHIZZOTTI, 2018) será realizada através de um diário de campo com o registro das diferentes ações da capacitação do paradigma da funcionalidade e da aplicação das Escalas de Intensidade de Suportes (THOMPSON et.al 2004) com as pessoas com deficiência intelectual com vistas a identificar as suas funcionalidades. O norte metodológico compreenderá a aplicação da Escala citada, formação de grupos de discussão e produção de materiais (tutoriais) visando à implantação de um modelo multidimensional e ecológico da deficiência intelectual preconizado pela American Association on Intellectual and Developmental Disabilities- AAIDD (2010,2021) por intermédio da aplicação da Escala de Intensidade de suportes para adultos- versão adulto (SIS-A) 2015. A SIS-A é um instrumento padronizado feito para aferir o padrão e a intensidade dos suportes/apoios em pessoas com deficiência intelectual maiores de 16 anos relacionados ao ambiente em que está inserido. A formação dos profissionais envolvidos será pautada nos pressupostos do learn by doing, ou seja, aprender fazendo, (FANTIN, 2018) envolvendo os sujeitos atendidos na Unidade, suas famílias, colaboradores e membros da Comunidade. Os resultados serão compartilhados com a Comunidade local, tendo em vista a relevância da revisão paradigmática e as frentes que poderão ser implementadas a partir dessa ação. A análise dos resultados será feita após o levantamento dos dados obtidos na aplicação das Escalas de Intensidade de Suportes (SIS) utilizando-se a análise do discurso.

O lócus principal do trabalho será Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias – RJ (FUNDEC) sendo a unidade principal a Fundec Inclusão. Foi escolhida uma Unidade Educacional no Bairro 25 de agosto, no Estado do Rio de Janeiro.

Objetivo da Pesquisa:

Validar um modelo de intervenção comunitária a jovens e adultos com deficiência intelectual baseado no paradigma da Funcionalidade em uma unidade educacional no Município de Duque de Caxias, realizando as interfaces com o modelo multidimensional e ecológico da AAIDD e com a episteme da funcionalidade sistêmica e aplicada

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A construção dos depoimentos/entrevistas auxiliará no desenvolvimento e na obtenção de dados que serão utilizados na capacitação de profissionais ou outros fins científicos proporcionando maiores informações e discussões que trarão benefícios para a área da Inclusão das pessoas com deficiência intelectual. O procedimento de depoimentos/entrevistas poderá causar desconforto aos

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA **CEP:** 24.210-346
UF: RJ **Município:** NITERÓI
Telefone: (21)2629-5119 **E-mail:** eticahumanas.comite@id.uff.br

Continuação do Parecer: 5.700.538

participantes em algum momento, devido ao tempo despendido para as gravações ou algum outro tipo de incômodo. Se necessário será realizada, sendo retomado em outro momento mais conveniente, a critério do participante. Entretanto, se o mesmo desejar, sua participação na pesquisa poderá ser encerrada sem questionamento por parte do pesquisador. Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome será mantido em sigilo absoluto.

Destaca-se que a participação do entrevistado é voluntária, não haverá custos nem recursos financeiros e, a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar o consentimento, sem nenhum prejuízo em sua relação, com as pesquisadoras ou com a instituição, Universidade Federal Fluminense. Os pesquisadores e as instituições de origem responsáveis assumem a responsabilidade de fornecer assistência total a danos ou complicações de riscos (se acontecerem), assegurando direito à assistência de danos previstos ou não nesse termo de assentimento. O Entrevistado poderá negar responder a qualquer pergunta durante a entrevista se ficar incomodado. Sua recusa não dará prejuízo algum na sua relação com o pesquisador ou com a instituição de origem do pesquisador.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

vide Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

vide Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Protocolo, finalmente, atendeu aos requisitos éticos preconizados pelo Sistema Cep Conep.

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para serem devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº. 001/13, item XI.2.d. Solicita-se que antes do envio do Relatório Final ou Parcial na Plataforma Brasil o (a) pesquisador (a) efetue os seguintes passos: 1.Faça o download do Formulário de Envio de Relatório Parcial ou Relatório Final, na página do CEP Humanas UFF no seguinte link: <http://cephumanas.sites.uff.br/formulario-para-envio-de-relatorio-final-ou-parcial-de-pesquisa/>. 2. Preencha o formulário. 3. Anexe o Formulário na plataforma brasil juntamente com o Relatório Final ou Parcial.

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA **CEP:** 24.210-346
UF: RJ **Município:** NITERÓI
Telefone: (21)2629-5119 **E-mail:** eticahumanas.comite@ld.uff.br

Continuação do Parecer: 5.700.538

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1886638.pdf	23/09/2022 13:53:54		Aceito
Parecer Anterior	CartarespostaparecerCEP3.docx	23/09/2022 13:17:48	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	propostaplataformabrasilmodificado_modificado.docx	23/09/2022 13:17:04	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	propostaplataformabrasilmodificado.docx	21/07/2022 14:57:28	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
Outros	AUTORIZACAODEIMAGEM.docx	21/07/2022 14:55:58	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
Outros	EscalaSIS.docx	21/07/2022 14:53:57	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
Outros	Questionario.docx	21/07/2022 14:53:05	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
Parecer Anterior	cartaresposta_parecerCEP2.docx	21/07/2022 14:52:37	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALEpDI.docx	21/07/2022 14:51:45	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPARAOSPAIS.docx	21/07/2022 14:51:28	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEmodificado2.docx	21/07/2022 14:51:14	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
Parecer Anterior	cartaresposta_parecerCEP.docx	31/05/2022 10:32:54	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEmodificado.docx	31/05/2022 10:31:20	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
Folha de Rosto	Sonia_folhaDeRosto.pdf	31/05/2022 10:30:43	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
Outros	CurriculoEdicleaMascarenhasFernandes.pdf	19/01/2022 10:13:34	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA **CEP:** 24.210-346
UF: RJ **Município:** NITERÓI
Telefone: (21)2629-5119 **E-mail:** eticahumanas.comite@ld.uff.br

Continuação do Parecer: 5.700.538

Outros	Curriculo_Sonia.pdf	19/01/2022 10:13:14	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	19/01/2022 10:09:32	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PropostaPlataformaBrasil.docx	19/01/2022 10:09:15	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracaoinfraestrutura.jpg	19/01/2022 10:08:44	Sônia Mendes Ferreira Lopes	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

NITEROI, 14 de Outubro de 2022

Assinado por:
FABIO REIS MOTA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA **CEP:** 24.210-346
UF: RJ **Município:** NITEROI
Telefone: (21)2629-5119 **E-mail:** eticahumanas.comite@ld.uff.br

ANEXO C — AUTORIZAÇÃO DA DIREÇÃO FAETEC



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica

Rio de Janeiro, 00 de janeiro de 2021

CARTA DE ACEITE DA INSTITUIÇÃO

Eu, Fernando Marques de Oliveira
declaro estar devidamente informado (a) dos objetivos da pesquisa "**Funcionalidade, Convivência e Tecnologia: Paradigmas contemporâneos para compreensão da deficiência intelectual**" vinculada a linha de pesquisa: As Perspectivas contemporâneas de ações educativas: mediação escolar e inclusão, desenvolvido em rede pela UFF e UERJ, sob coordenação da Prof.^a D^a. Edicléa Mascarenhas Fernandes. Para tal, concordo em conceder os direitos autorais de relatos e dados prestados à Sônia Mendes Ferreira, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão do PGCTIN da Universidade do Federal Fluminense do Rio de Janeiro, para eventual publicação em trabalhos acadêmicos, na íntegra ou em parte, bem como a utilização das gravações de áudio ou vídeo obtidas para os mesmos fins. Igualmente, declaro estar ciente de que todos os participantes da pesquisa serão devidamente informados sobre a preservação de sua identidade nos trabalhos acadêmicos provenientes desta pesquisa.

Rio de Janeiro, 03 de Junho de 2022.


Representante da Escola de Hotelaria da Faetec

RG nº 072342263 I.F.P
CPF nº 836.842.607-06

Cordialmente,

Fernando Marques de Oliveira
Coordenador Técnico – Escola de Hotelaria
ID- 578457-3

FAETEC QUINTINO / ESCOLA DE HOTELARIA
Rua Clarimundo de Melo, 847 – CEP 21311281 – Quintino – Rio de Janeiro
(21) 2332-4110 | hotetv.q@gmail.com

FAETEC

Secretaria de
Ciência, Tecnologia
e Inovação



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Rio20
30